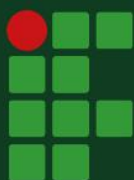


**MESTRADO PROFISSIONAL
EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL
NO ENSINO FUNDAMENTAL
DE ITIÚBA-BA:
UMA ANÁLISE DOS
PROJETOS POLÍTICOS
PEDAGÓGICOS**

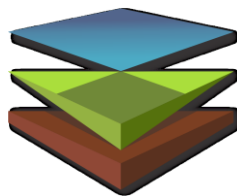
David Dias de Andrade

Serrinha - Bahia - Brasil - 2023



INSTITUTO FEDERAL

Baiano
Campus Serrinha

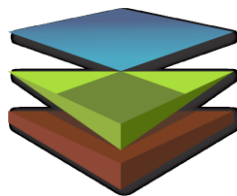


INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS SERRINHA
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

DAVID DIAS DE ANDRADE

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL DE ITIÚBA-BA:
UMA ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS**

SERRINHA
BAHIA - BRASIL
2023



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS SERRINHA
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

DAVID DIAS DE ANDRADE

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL DE ITIÚBA -BA:
UMA ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Serrinha, como parte das exigências do Curso de Mestrado Profissional em Ciências Ambientais, para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Dr. Delfran Batista dos Santos

Coorientadoras: Dra. Camila Lima Santana e Santana
Dra. Maria Nazaré Guimarães Marchi

SERRINHA
BAHIA - BRASIL
2023

Catálogo: Fabiana A. Santos - CRB-5/1521
IF Baiano, Campus Serrinha.

A554c Andrade, David Dias de

Educação ambiental no ensino fundamental de Itiúba - Ba: uma análise dos projetos políticos pedagógicos. / David Dias de Andrade . -- Serrinha, Ba., 2023.

175p.

Il; Color.

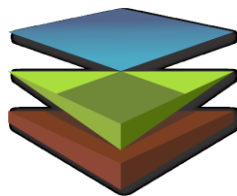
Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação de mestrado profissional em ciências ambientais) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Campus Serrinha Ba.

Orientador: Dsc.Delfran Batista dos Santos

Co orientadores: Dsc. Camila Lima Santana e Santana; DSc. Maria Nazaré Guimarães Marchi

1. Escola pública 2. Projeto Político Pedagógico 3. Educação e Meio Ambiente. I. Título.

CDU: 37




INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS SERRINHA
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS


**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL DE ITIÚBA -BA:
UMA ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS**

**Comissão examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado do
discente David Dias de Andrade**


Data da defesa: 24 de Julho de 2023

Documento assinado digitalmente
 DELFRAN BATISTA DOS SANTOS
Data: 18/09/2023 09:52:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Delfran Batista dos Santos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
(Orientador)

Documento assinado digitalmente
 ANTONIO JOSE DE SOUZA
Data: 18/09/2023 12:15:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Antonio José de Souza
Secretaria Municipal de Educação de Itiúba/BA
(Examinador Externo)

Documento assinado digitalmente
 CAMILA LIMA SANTANA E SANTANA
Data: 20/09/2023 14:10:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Camila Lima Santana e Santana
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
(Examinadora Interna)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por toda a força, coragem e resiliência que me fizeram chegar até esse momento, sem sua infinita bondade não seria capaz de concluir com êxito mais essa etapa da minha vida.

Agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus Serrinha* e ao programa de Mestrado Profissional em Ciências Ambientais por todo apoio e aprendizados gerados durante esses dois anos de curso.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo apoio, criação e manutenção dos Programas de Pós-graduação na modalidade Profissional.

Agradeço a minha família: Alan, Maria Eduarda, Eleones, Cristiano, Valdecy, Lua, Isabelly, Ariel, Ariely, Aparecida, Shofia e Miracy por todo o apoio que me foi dado durante essa caminhada.

Um agradecimento especial a minha esposa Ângela Carvalho. Obrigado por estar ao meu lado em todos os momentos, enxugando as minhas lágrimas ou sorrindo ao meu lado. Você é minha parceira na vida, e foi uma grande incentivadora nessa nossa árdua caminhada. Obrigado Anjinha! E se prepare que logo mais será você. Coincidência?

Um agradecimento especial ao meu orientador e professor Dr. Delfran Batista dos Santos por toda paciência e orientação disponibilizada durante esse desafio, foi uma batalha árdua! Contudo, quis Deus colocar uma pessoa tão humana e acolhedora para me guiar nessa jornada, foram inúmeras dificuldades vencidas com a sua ajuda. Obrigado, PROFESSOR!

Quero agradecer as minhas coorientadoras Dra. Camila Lima Santana e Santana e Dra. Maria Nazaré Guimarães Marchi por toda paciência, zelo e acima de tudo, humanidade que conduziram essa orientação. Quero enfatizar que suas contribuições foram importantíssimas para o desenvolvimento da pesquisa. Obrigado.

Agradeço aos professores do Mestrado Profissional em Ciências Ambientais por compartilharem todas as suas experiências e vivências nas Ciências Ambientais.

Agradecimentos especiais para as escola e seus diretores por serem gentis e colaborarem com o desenvolvimento do trabalho, e conseqüentemente estimularem o fortalecimento da pesquisa e educação brasileira.

Um abraço especial a minha turma de mestrado, em especial: Moacir, Mikaela, José Antônio e Daíse. Obrigado pelos momentos de risos e aflições compartilhadas.

Quero agradecer a Ilana, Jaiane e Camila. Vocês foram pessoas incríveis que a UNEB me deu. Obrigado pela parceria, amizade, gargalhadas e desafios compartilhadas.

Todo o esforço, todas as noites em claro, lágrimas derramadas e dificuldades superadas foram para honrar as pessoas mais importantes da minha vida, minha mãe e meu pai. Saibam que os senhores são meu alicerce, meus exemplos, meus heróis. Sem o esforço de vocês esse momento nunca iria se concretizar. A partir desse momento, meus pais, encham o peito de orgulho e digam: meu filho é **MESTRE!** Obrigado por serem meus pais, pelo incentivo, pelo exemplo e o amor dado ao seu filho amado. Davi de dona Tati (**Maria de Fatima Dias da Cruz**) e seu Tatí (**Delcy Barbosa de Andrade**) e agora mestre.

Dedico esse trabalho aos meus grandes heróis, minha mãe Maria de Fátima Dias da Cruz e meu pai Delcy Barbosa de Andrade. Tudo isso foi por vocês.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL DE ITIÚBA-BA: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

RESUMO: Diante da eminente crise ambiental a preocupação do mundo se intensifica, a necessidade de se criar meios para barrar o colapso é cada vez mais necessário. Hoje, as discussões sobre o uso sustentável do meio ambiente e sua preservação, deve ser um papel da coletividade, nesse sentido, a Educação Ambiental (EA) pode contribuir para a transformação da sociedade em relação aos reais problemas que causam tais impactos no planeta. A partir disso, surgem os objetivos desse trabalho, objetivo geral: Analisar como duas escolas de Ensino Fundamental II do município de Itiúba-BA abordam pedagogicamente a EA a partir dos seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs). E os específicos: *i)* identificar os princípios da EA que norteiam os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas; *ii)* comparar os Projetos Políticos Pedagógicos a fim de observar semelhanças e diferenças na abordagem da EA entre as escolas; *iii)* criar um guia que auxilie as escolas na construção ou atualização dos Projetos Políticos Pedagógicos no que diz respeito à Educação Ambiental Crítica (EAC). Para alcançar os objetivos propostos, o método utilizado foi o de análise documental proposto por Bardin. Esse trabalho ocorreu através da Análise Documental dos PPPs de duas escolas do Ensino Fundamental anos finais do município de Itiúba-BA. O tipo de análise documental foi a temática ou categorial, que é compreendido como uma metodologia onde o pesquisador desmembra os textos e cria categorias, com a intenção de descobrir os núcleos de sentido do *corpus*. Os resultados da pesquisa apontam que as escolas não trazem de forma clara o tema EA, não existe menção a nenhum projeto ou trabalho pedagógico concreto em relação a EA nos PPPs das escolas. As instituições precisam abordar essa temática a partir de uma óptica inter e transdisciplinar, seguindo o que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Base Nacional Comum Curricular. As instituições construíram seus PPPs pautadas em valores sólidos e pré-estabelecidos, evidenciando a preocupação na formação integral do ser humano, propondo durante o processo formativo a construção de indivíduos críticos, promovendo a pluralidade de saberes, e atuando de forma conjunta com a sociedade, tais princípios se relacionam e respingam na corrente da EAC. Contudo, nenhuma das duas instituições apresentaram de forma prática alguma ação relacionada a EAC, esse tema se faz presente de forma empírica, subjetiva. É de extrema importância que as escolas apresentem em seus PPPs exemplos de ações práticas que trabalhem tais temáticas. Diante dessa constatação, foi desenvolvido um guia prático como produto dessa pesquisa, tendo como objetivo central ajudar as escolas na inserção da Educação Ambiental Crítica de forma prática em seus documentos. Além disso, foi descrito nessa pesquisa, um projeto modelo de Educação Ambiental Crítica que foi desenvolvido no Colégio Estadual João Francisco da Silva em Itiúba-BA, podendo servir como parâmetro para essas e outras instituições. Esse trabalho foi importante para melhor compreendermos os perfis educacionais e a forma que a EA está sendo tratada e trabalhada nas escolas Ginásio Municipal Antônio Simões Valadares e Colégio Municipalizado Belarmino Pinto, ambas do Ensino Fundamental II do município de Itiúba-BA.

Palavras-chave: Escola pública; Projeto Político Pedagógico; Educação e Meio Ambiente.

ENVIRONMENTAL EDUCATION IN ELEMENTARY EDUCATION IN ITIÚBA-BA: AN ANALYSIS OF PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECTS

ABSTRACT: Faced with the imminent environmental crisis, the world's concern intensifies, the need to create means to stop the collapse is increasingly necessary. Today, discussions about the sustainable use of the environment and its preservation must be a collective role, in this sense, Environmental Education (EA) can contribute to the transformation of society in relation to the real problems that cause such impacts on the planet. From this, the objectives of this work arise, general objective: To analyze how two elementary schools II in the municipality of Itiúba-BA approach EE pedagogically from their Pedagogical Political Projects (PPPs). And the specific ones: i) identify the EE principles that guide the Pedagogical Political Projects of the schools; (ii) Compare Pedagogical Political Projects in order to observe similarities and differences in the approach to EE between schools; (iii) create a guide that helps schools in the construction or updating of Pedagogical Political Projects with regard to Critical Environmental Education (EAC). To achieve the proposed objectives, the method used was the document analysis proposed by Bardin. The type of document analysis was thematic or categorical, which is understood as a methodology where the researcher dismembers the text and creates categories, with the intention of discovering the cores of meaning in the corpus. The research results emphasize that the schools do not clearly bring the EE theme, there is no mention of any project or concrete pedagogical work in relation to EE in the schools' PPPs. Institutions need to address this issue from an inter and transdisciplinary perspective, following what is established by the Law of Guidelines and Bases of Education and the National Common Curricular Base. The institutions built their PPPs based on solid and pre-established values, evidencing the concern in the integral formation of the human being, proposing during the formative process the construction of critical individuals, promoting the plurality of knowledge, and acting together with society, such principles are related and spill over into the current of the EAC. However, none of the three institutions presented any action related to EAC in a practical way, this theme is present in an empirical, subjective way. It is extremely important that schools present in their PPPs examples of practical actions that work on such themes. Given this finding, a practical guide was developed as a product of this research, with the central objective of helping schools to insert Critical Environmental Education in a practical way in their documents. In addition, a model project of Critical Environmental Education was described in this research, which was developed at Colégio Estadual João Francisco da Silva in Itiúba-BA, which can serve as a parameter for other institutions. This research was important to better understand the educational profiles and the way in which EE is being treated and worked in the schools Ginásio Antônio Simões Valadares and Colégio Municipalizado Belarmino Pinto, both of Elementary School II in the municipality of Itiúba-BA.

Keywords: School; plurality of knowledge; education and environment

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL.....	16
CAPÍTULO I.....	18
1. AUTOBIOGRAFIA.....	19
2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	32
3. CONCEPÇÕES, CORRENTES E MACROTENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	37
4.METODOLOGIA	43
4.1. Pesquisa qualitativa e documental	44
4.1.1 <i>Lócus</i> da pesquisa	45
4.1.2 Colégio Municipalizado Belarmino Pinto	45
4.1.3 Ginásio Municipal Antônio Simões Valadares	46
4.2 Análise dos documentos	47
4.2.1 Primeira etapa: pré-análise	47
4.2.2 Segunda etapa: exploração do material	48
4.2.3 Terceira etapa: inferência e interpretação	48
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
5.1 Unitarização	50
5.2 Categoria inicial (A): Educação Ambiental Crítica	50
5.3 Categoria inicial (B): Educação Ambiental Tradicional	51
5.4 Categoria final: (A) Educação Ambiental crítica para formação do cidadão	51
6. CONCLUSÕES	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
CAPÍTULO II.....	84
CONFECÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO DE PESQUISA.....	84
1. PROPOSTA DE PRODUTO	85
2.CONFECÇÃO DO GUIA DIDÁTICO	85
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	86
PRODUTO ENVIADO PARA A VALIDAÇÃO	126
PRODUTO APÓS VALIDAÇÃO E CORREÇÃO DOS JUÍZES	143
4. CONCLUSÃO	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	162
CAPÍTULO III.....	163

MODELO DE PROJETO PAUTADO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA DESENVOLVIDO NO COLÉGIO ESTADUAL JOÃO FRANCISCO DA SILVA EM ITIÚBA-BA	163
1. METODOLOGIA ADOTADA NO PROJETO DE EXTENSÃO	164
1.2. Módulo I Implantação:.....	164
1.3. Módulo II Desenvolvimento:.....	164
1.4. Módulo III Construção do material:	164
1.5. Módulo IV Apresentações	164
1.6. Módulo I Implantação.....	166
1.7. Módulo II Desenvolvimento	166
1.8. Módulo III Construção do material	168
1.9. Módulo IV Apresentações	169
2. CONCLUSÃO	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS	173

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização da cidade de Itiúba-BA

Figura 2: Imagem da fachada do Colégio Municipalizado Belarmino Pinto em Itiúba-BA

Figura 3: Imagem da fachada do Ginásio Antônio Simões Valadares em Itiúba-BA

Figura 4: gênero dos juízes participantes da validação

Figura 5: natureza das instituições que os trabalham juízes

Figura 6: cargos exercidos pelos juízes nas suas respectivas instituições

Figura 7: percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito do título do guia

Figura 9: percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção “Projeto político Pedagógico (PPP)” do guia

Figura 10: percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção “Educação Ambiental Crítica” do guia

Figura 11: percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção “Apresentação” do guia

Figura 12: percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção “Dez passos básicos para a construção do PPP” do guia

Figura 13: percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção “Identificação da Escola” do guia

Figura 14: percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção “Missão e Valores” do guia

Figura 15: percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção “Justificativa” do guia

Figura 16: percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção “Caracterização da Comunidade” do guia

Figura 17: percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção “objetivos” do guia

Figura 18: percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção “Ações para a inserção da Educação Ambiental Crítica” do guia

Figura 19: percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção “Fundamentação teórica” do guia

Figura 20: percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção “Metodologia e cronograma” do guia

Figura 21: percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção “Avaliação” do guia

Figura 22: percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção “Referências” do guia

Figura 23: percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da linguagem adotada no guia

Figura 24: percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito do ajuste do guia ao seu público-alvo

Figura 25: percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da aplicabilidade do guia

Figura 26: percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito do design/aparência do guia

Figura 27: percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito do conteúdo presente no guia

Figura 28: apresentação do projeto de extensão para os alunos(as) do segundo ano do Colégio Estadual João Francisco da Silva

Figura 29: viagem técnica dos alunos(as) do segundo ano do Colégio Estadual João Francisco da Silva para a Escola Agrícola de Itiúba-BA para a visualização de um sistema de reutilização de águas negras para a construção das maquetes do projeto de extensão de segurança hídrica

Figura 30: alunos(as) do segundo ano do Colégio Estadual João Francisco da Silva construindo maquetes para projeto de extensão de segurança hídrica

Figura 31: culminância do projeto “Segurança hídrica: oficinas didáticas em escolas no semiárido baiano”, construído e desenvolvido pelos alunos(as) do segundo ano do Colégio Estadual João Francisco da Silva

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Descrição das correntes da Educação Ambiental

Quadro 2: *Corpus* analítico das categorias

Quadro 3: Unidade de registro: a) Objetivos educacionais

Quadro 4: Unidades de registro: b) Parcerias estabelecidas entre as escolas e a comunidade visando a integração entre ensino aprendizagem e a formação da cidadania

Quadro 5: Unidades de registro: c) Metas

Quadro 6: Unidades de registro: d) Avaliação qualitativa e quantitativa

Quadro 7: Unidades de registro: e) Missão

Quadro 8: Unidades de registro: f) Caracterização da demanda atendida pelas escolas e da comunidade que se insere

Quadro 9: percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito do título do guia

Quadro 10: percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “Projeto Político Pedagógico (PPP)”

Quadro 11: percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “Educação Ambiental Crítica”

Quadro 12: percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “apresentação”

Quadro 13: percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “Dez passos básicos para a construção do PPP”

Quadro 14: percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “Identificação da escola”

Quadro 15: percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “Missão e valores”

Quadro 16: percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “Justificativa”

Quadro 17: percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “Caracterização da comunidade”

Quadro 18: percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “Objetivos”

Quadro 19: percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “Ações para a inserção da Educação Ambiental Crítica”

Quadro 20: percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “Fundamentação teórica”

Quadro 21: percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “Metodologia e cronograma”

Quadro 22: percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “Avaliação”

Quadro 23: percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “Referências”

Quadro 24: percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito linguagem adotada no guia

Quadro 25: percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito do ajuste do guia ao seu público-alvo

Quadro 26: percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da aplicabilidade

Quadro 27: percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito do design/aparência do guia

Quadro 28: percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito do conteúdo do guia

Quadro 29: avaliação geral dos juízes a respeito do guia

Quadro 30: Porcentagem de validação %

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

CIEJA- Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos as duas unidades EJA- Educação de Jovens e Adultos

CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COP27- Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EA- Educação Ambiental

EAC- Educação Ambiental Crítica

ECO-92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

EMEF- Escola Municipal de Ensino Fundamental

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFBaiano - Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia Campus- Serrinha

LDB -- Bases da Educação Nacional

MPCA- Mestrado Profissional em Ciências Ambientais

ODS- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS- Organização Mundial de Saúde

ONGS- As Organizações não Governamentais

ONU- Organização das Nações Unidas

PNUMA- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPP -- Projeto Político Pedagógico

PPPs- Projetos Políticos Pedagógicos

UNEB- Universidade do Estado da Bahia

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

INTRODUÇÃO GERAL

Essa pesquisa se caracteriza como uma ferramenta de contribuição para abordagem pedagógica da Educação Ambiental (EA) pelas instituições nos seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), visto a sua grande importância. Essa análise permitiu a identificação de pontos fortes e fracos de cada PPP, bem como identificar tendências, desafios e problemas enfrentados pelas instituições na promoção da conscientização socioambiental dentro da comunidade escolar. Além disso, foi possível, mensurar boas práticas que podem ser replicadas e ampliadas em diversas instituições de ensino, visando promover uma EA alinhada, mais ampla, efetiva e unificada no município, sempre zelando e entendendo as diversas realidades e desafios enfrentados pelas escolas em suas realidades singulares.

As escolas participantes dessa pesquisa, foram: Colégio Municipalizado Belarmino Pinto e Ginásio Antônio Simões Valadares; sobre as quais falarei mais adiante. A partir disso, os objetivos desse trabalho foram, objetivo geral: Analisar como duas escolas de Ensino Fundamental II do município de Itiúba-BA abordam pedagogicamente a EA a partir dos seus PPPs. E os específicos: (i) identificar os princípios da EA que norteiam os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas; (ii) Comparar os Projetos Políticos Pedagógicos a fim de observar semelhanças e diferenças na abordagem da EA entre as escolas; (iii) criar um guia que auxilie as escolas na construção ou atualização dos PPP no que diz respeito à EA.

Esse trabalho foi dividido em três capítulos. No capítulo I, trago uma autobiografia destacando a minha trajetória acadêmica, mostrando os motivos pelos quais escolhi trabalhar e pesquisar sobre a EA; abordo o conceito de PPP e sua importância para as escolas; justificativa, problema e os objetivos de pesquisa. Referencial teórico: nessa seção abordo o conceito de EA, o histórico do estabelecimento dos diversos acontecimentos que proporcionaram o estabelecimento da Política Nacional do Meio Ambiente, da Educação Ambiental Brasileira e os diversos acordos estabelecidos durante a história que fortaleceram a causa ambiental mundial e no Brasil, além disso, descrevo também, as diversas correntes da EA que são estudadas e seguidas no Brasil. As outras seções do capítulo são: metodologia, resultados e discussão, conclusão dos resultados e considerações finais.

No capítulo II estão: a descrição do método de validação do produto dessa pesquisa (guia); resultados com os diversos comentários e avaliações realizadas

pelos juízes ao guia; guia enviado para validação pelos juízes e o guia pós correções e avaliações dos juízes. A dissertação finaliza com o capítulo III, nesse descrevo um projeto modelo de Educação Ambiental Crítica (EAC) que foi desenvolvida no Colégio Estadual João Francisco da Silva no distrito de Rômulo Campos, Itiúba-BA em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia baiano *Campus Serrinha-BA*.

CAPÍTULO I

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL DE ITIÚBA -BA:
UMA ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS**

1. AUTOBIOGRAFIA

Eu sou David Dias de Andrade, Itiubense com muito orgulho, filho de Dona Fátima e Seu Delcy, formado com muita luta e perseverança em licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB (2019). Desenvolvi na faculdade trabalhos como Monitor de extensão no projeto de EA que tinha como objetivo a reutilização de óleos residuais em escolas na cidade de Itiúba-BA (2016). Particpei também como aluno de iniciação científica do Programa de Iniciação Científica (2018) com o projeto intitulado “Sustentabilidade nos currículos dos cursos de Ciências Contábeis e enfermagem do *Campus VII-Senhor do Bonfim/UNEB*”. Além disso, fiz parte como aluno de Iniciação Científica pelo CNPq (2019) no Laboratório de Biotecnologia de Microrganismos da UNEB realizando pesquisas na “Avaliação de fungos para a degradação de celulose para produção de etanol lignocelulósico” um tipo de combustível menos poluente. E atualmente atua como professor no Ensino Fundamental II na rede privada, e no Ensino Médio e Técnico na rede pública do Estado no Colégio Estadual João Francisco da Silva em Itiúba-BA.

Início este estudo pronunciando-me em primeira pessoa do singular, suscitando, como ressaltou o professor Antonio Souza (2022, p. 30, grifos do autor), um ‘singular’ que “[...] tem a ver com ‘o nós’ [...] a escrita ‘de nós’.”. Afinal, quando conto ‘de mim’, conto uma história entrecruzada por tantas pessoas que participaram dessa travessia existencial. Portanto, trata-se de uma autobiografia, uma narrativa da minha história, sobre o que me levou a ser professor/pesquisador, a amar a natureza e a Educação Ambiental (EA) (SOUZA *et al.*, 2021) que passa, indubitavelmente, pelo nós... família, amigos, professores, colegas. É importante frisar que a autobiografia é cada vez mais comum em trabalhos acadêmicos no campo das Ciências Humanas (SOUZA *et al.*, 2021; OLIVEIRA *et al.*, 2018), pois ela estabelece uma certa proximidade entre o pesquisador e o problema de pesquisa. Além disso, a narrativa autobiográfica aproxima as pessoas dos significados culturais, sociais, políticos e econômicos das realidades vivenciados pelo sujeito (BRUNER, 1997).

Peço licença aqui nesse espaço para contextualizar essa pesquisa científica com a minha história. Como eu já disse, chamo-me David, tenho 28 anos, sou nascido e criado em uma cidade chamada Itiúba, lugar lindo, com muitas histórias, uma vasta cultura, marcada por ser uma cidade arrodada de serras e possuir paisagens exuberantes, tem um povo alegre e muito acolhedor. Itiúba apresenta nos seus

aspectos geográficos destaque para “[...] a grandiosa Serra de Itiúba. O rio mais importante é o Itapicuru-Açu. Outros três rios menores banham o município: o Jacurici, o Cariacá e o Itapicuru-Mirim [...]” (BAHIA, 2015, p. 26), ainda possuindo o açude do Jacurici localizado no povoado de Rômulo Campos. Rômulo Campos é um dos distritos da cidade de Itiúba-BA ficando a 16 km de distância da sede. Tal distrito se destaca por possuir o maior número de habitantes e por abrigar o açude do Jacurici, um dos mais importantes mananciais da região do sisal. O açude de Jacurici apresenta uma capacidade de 156 milhões de metros cúbicos sendo importantíssimo para a economia e cultura local (BAHIA, 2015).

Nossa amada cidade de Itiúba conta com uma rica biodiversidade “[...] A flora do município é representada por algumas madeiras de lei, tais como: a baraúna, o cedro, o angico, a peroba e o amargoso. Na fauna sobressaem os macacos, as jaguatiricas, os veados e outros animais de menor porte [...]” (BAHIA, 2015, p. 26).

Tenho grande carinho e um amor sem igual por tudo que envolve a minha cidade natal, as histórias, as lendas os contos heroicos, inclusive nos orgulhamos por ser das poucas cidades dessa região que o temido Lampião não ousou a invadir. Amo a minha cultura nordestina, sou apaixonado pela nossa caatinga e pelo nosso jeito simples e feliz de enfrentar a vida, pela proximidade das zonas urbanas de Itiúba com a zona rural, fui criado em um contexto rural, tomando banho em tanques, lagoas, pescando em rios, açudes, participando de manifestações culturais como a colheita do umbu (Fruta típica da nossa região, sendo produzida pelo umbuzeiro), e participando de festejos como o São João e o São Pedro. É necessário salientar que eu nunca morei na zona rural, passava apenas temporadas de um mês ou dois nas férias da escola na casa dos meus avós que moravam na roça. Contudo, meus pais moraram na zona rural por muitos anos, e nossa família possuía uma relação muito afetuosa com o “ser da roça” passando esse carinho pela natureza para os seus filhos, possuo uma relação muito íntima e nostálgica com a natureza e daí veio o meu desejo de ser biólogo e tentar de alguma forma cuidar da natureza.

Mas vamos mais fundo, quero enfatizar que contar a minha história está sendo um grande desafio para mim, contudo, como um bom nordestino sempre fui acostumado a enfrentar desafios, mas vamos lá! Bom, cá estou sentado em frente do computador e rodeado pela minha família tentando escrever algo, pedir a minha Mãe (Maria de Fátima Dias da Cruz) e meu Pai (Delcy Barbosa de Andrade) aqueles que

sempre foram meus incentivadores, que me refrescassem a memória e me contassem histórias interessantes sobre minha vida acadêmica relacionada a minha infância. Ao tempo em que seus lábios deleitavam histórias e lembranças orgulhosas sobre seu filho, me vêm alguns flashes incompletos que adoraria reviver.

A primeira lembrança é do meu primeiro dia de aula, sim, pasmem, eu lembro! Meu primeiro dia na escola foi um misto de emoções, lembro bem, eu com 4 anos de idade e como sempre ansioso acordei cedo, e a minha mãe como sempre cuidadosa e preocupada com seus filhos me arrumou do jeito dela; uma bermuda jeans azul com um cordão branco e uma camisa branca, a bermuda até o umbigo e a camisa por dentro, pronto! Estava preparado. Chegou o grande momento, minha mãe e eu fomos até a Escola Elysio Ferreira Barros situada em Itiúba-Ba, essa foi minha primeira escola oficial. Chegando ao Elysio, minha Mãe me levou até a minha sala, chegando lá, me lembro da cena; tinha algumas mesas grandes e as cadeiras arrodoadas, achei lindo e assustador, pois a minha mãe já estava a soltar a minha mão, comecei chorar muito e por fim ela me levou de volta para casa, pois nunca aguentou nos ver chorar, até hoje.

Agora me remeto ao meu Ensino Fundamental II, esse período da minha vida acadêmica foi muito marcante, nele fiz muitos amigos e tive professores incríveis como: Professora Nildinha, Maurenice, Márcia Gleide, Silvana, Edwilson, Rose e como esquecer das professoras Silvinha, Simone Marques, Diretora Izabel, Ildaciana e o saudoso professor Batista! Tais professores foram essências para meu desenvolvimento como pessoa e profissional. Lembro bem das aulas de Ciências da professora Ildaciana e do Professor Batista, possuíam uma didática impressionante! Aliás, professor Batista me proporcionou o meu primeiro contato com um microscópio, acho que a confirmação da minha paixão pela biologia foi ali, naquela simples observação nasceu um biólogo. Obrigado meus queridos mestres.

Vamos agora falar um pouco do meu ensino médio, nele fiz inúmeros amigos e fui premiado com inúmeros professores que hoje tenho o privilégio de ser colega e amigo de profissão, não poderia deixar de citar alguns, como: Professores(as) Silvinha, Camila, Sandra, João, Ricardo, Joselma, Isac, Cleiton, além dos que me inspiram e continuam inspirando dentro da área da biologia; professora Hilda, professores Edmundo e Ramon! Tais professores foram os responsáveis por sedimentar um vasto conhecimento em minha vida. Hoje sou parceiro de trabalho de

todos esses excelentes profissionais, que apesar do tempo de contribuição na educação do nosso município ainda são referências para mim e várias outras pessoas que passaram e passam pelos seus cuidados.

Logo após a conclusão do ensino médio, fiz uma prova para ingressar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia baiano, *Campus* Senhor do Bonfim, conseguir a aprovação para cursar um curso técnico em zootecnia, fiz 2 anos de curso, fiz amizades incríveis e ainda estava muito confuso do que eu realmente queria fazer, nesse meio tempo me apaixonei pela área, pois tive grandes mestres como exemplo; tais como; professor Paulo, Aécio e Péricles, adorava suas aulas. Mal sabia eu que na verdade não tinha me apaixonado pela “área” da zootecnia, mas sim, pela docência! Sempre tive a influência de excelentes professores em minha vida acadêmica e essa percepção me fez perceber que o meu destino estava traçado na carreira docente. Consegui me formar no Instituto Federal com muito sacrifício, adolescente sem trabalho, sem dinheiro, meus pais passando por inúmeras dificuldades financeiras, mas com todas as esperanças depositadas em mim. Foram dias difíceis, dias que serviram para que eu me tornasse quem eu sou hoje, uma pessoa forte que sabe de onde veio e o que quer como objetivo.

No meio do ano de 2014 já no final do curso de zootecnia, ingressei no curso pré-vestibular Universidade Para Todos (UPT), fiz esse pré-vestibular concomitante ao técnico. Realizei a prova da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) no final de 2014, e fui premiado com a aprovação, foi um dia especial, muito choro (como sempre), um objetivo alcançado. Ali, naquele dia, iniciava a jornada mais desafiadora da minha vida, onde me tornei quem sou hoje! A jornada na universidade foi algo surreal, me vêm lágrimas aos olhos só de lembrar, lágrimas essas de orgulho por ter sobrevivido e vivido todos aqueles momentos especiais, ali naquele espaço tive acesso a experiências que nunca pensei em experimentar, amizades verdadeiras, histórias de vidas diversas, apreensões, choros, alegrias e acima de tudo, felicidades! A Licenciatura em Ciências Biológicas na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), significa para mim uma reafirmação de quem eu sou, da extrema força que tenho, pois só quem passou o que passei para conseguir o título de professor biólogo sabe do que estou falando. Durante o período da faculdade os estudantes que moravam em Itiúba-BA não possuíam transporte para nos levar até a UNEB em Senhor do Bonfim (localizada na região do Piemonte Norte do Itapicuru), para quem não conhece, Itiúba

fica à 65 km de distância de Bonfim e como meu curso era no turno vespertino tínhamos que enfrentar quatro caronas diárias, sim! fiz minha graduação pedindo carona. As caronas significavam para mim uma provação, incontáveis vezes meus amigos de caronas (Ilana, Jéssica, Eleneide, Débora, Edilene, André, Ângela, Adaiane, lane, Celeste e Ana Carla), esperávamos mais de 2, 3, 4 até 5 horas esperando por um gesto de caridade e solidariedade que era uma carona, quase sempre estava sem o dinheiro para comprar nem uma garrafa de água, ou comer. Diversos foram os perrengues, caronas com estranhos, pessoas alcoolizadas e drogadas, caronas em carros abertos, em cima de carregamentos de cebola, pneus, blocos, pedras e até mesmo animais. Porém, conseguimos! Todos formaram e ficaram apenas os agradecimentos as várias pessoas que abriram as portas dos seus veículos para nos carregar até a realização dos nossos sonhos. Obrigado!

Durante o período de graduação me apaixonei ainda mais pela biologia e logo no segundo semestre comecei a trabalhar como professor de reforço escolar em Itiúba. Logo no meu quarto semestre realizei outro objetivo de vida, ensinar no Colégio Municipalizado Belarmino Pinto, onde fui muito feliz como aluno no Ensino Fundamental II, no primeiro dia aula chorei ao lembrar que ocupava ali o espaço de professores de extrema relevância e que foram essenciais para o meu crescimento, nessa escola fiz dois estágios obrigatórios da graduação e fiquei 2 anos por lá, foi maravilhoso! Ali desenvolvi diversas atividades relacionadas a EA, inclusive, um projeto de reutilização de óleo de cozinha usado para produção de sabão, realizado com os alunos(as) do 9º ano, tal projeto teve uma enorme relevância, chegando a ser premiado por empresas do ramo em nossa cidade.

No sexto semestre da graduação outro objetivo concluído, chegara a hora de retribuir o que foi me oferecido na época de pré-vestibular, fiz a seleção para ser professor do curso UPT, conseguir passar e realizar mais um sonho na carreira docente, contribuir para a entrada de pessoas da minha cidade e de várias outras na universidade pública, trabalhei na minha cidade natal e em muitos lugares e cidades diferentes, foi ali que a reafirmação veio, eu era realmente um professor.

Pronto! A tão esperado colação de grau chegou no final de 2019 com uma sensação de gratidão e dever cumprido, estava ansioso para a chegada do novo ano, 2020. Formado, com diploma na mão, experiências de trabalho, uma vontade de fazer a diferença sem igual, o que poderia acontecer para estragar tanta felicidade? Todos

nós sabemos o que aconteceu, no final do ano de 2019... surgia rumores na China de um tal vírus que estava se alastrando muito rápido, a taxa de contágio era assustadora e todas os países e as autoridades estavam em alerta. No dia 26 de fevereiro de 2020 foi registrado no Estado de São Paulo o primeiro caso do então conhecido Coronavírus (SARS-CoV-2) que transmitia a infecção intitulada Covid-19.¹ Após a primeira ocorrência do vírus os casos só amentavam, e a angústia da população também, no dia 12 de março de 2020 ocorreu a primeira morte por Covid-19 em São Paulo², desse dia em diante foram mais de 700 mil mortes por esse vírus maldito, pessoas do nosso convívio, amigos, parentes, conhecidos, quase toda família brasileira passou por uma perda nesse período.

Durante o ano de 2020 e 2021 a maioria dos países adotaram medidas preventivas para diminuir o contágio da doença esperando que os cientistas fabricassem uma vacina eficaz que combatesse o vírus. O Brasil foi um dos países que mais sofreu com essa pandemia global, visto que não tínhamos um Presidente que levasse a sério toda aquele caos, diversas foram as negligências do Ministério da Saúde encabeçada pelo, hoje, ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro³. De acordo com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 o ex-Presidente Bolsonaro teria atrasado a compra de vacinas que estavam sendo produzidas, fazendo com que o nosso país tivesse uma vacinação tardia, conseqüentemente, aumentando o número de mortes por esse vírus maldito, ao tempo em que fazia pouco caso do vírus, receitava e espalhava uma onda de mentiras (*fake news*) sobre medicamentos “milagrosos” que segundo ele eram antídotos⁴. Esses medicamentos não possuíam eficácia comprovada cientificamente contra o vírus, tal atitude levou milhares de

¹ Conferir em: BRASIL confirma primeiro caso do novo coronavírus. **Gov.br**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus>. Acesso em 11 de set. 2023.

² Conferir em: PRIMEIRA morte por Covid-19 no país ocorreu em 12 de março em SP, diz ministério. **CNN Brasil**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/primeira-morte-por-covid-19-no-pais-ocorreu-em-12-de-marco-em-sp-diz-ministerio/>. Acesso em 11 de set. 2023.

³ Conferir em: Mortes no Brasil disparam e país tem 3º maior número do mundo, diz OMS. **UOL**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/02/07/brasil-terceiro-pais-em-numeros-de-mortes-na-semana-diz-oms.htm>. Acessado em 11 de set. 2023.

⁴ Conferir em: Bolsonaro completa 410 dias de propaganda de remédio ineficaz contra a Covid. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/05/04/bolsonaro-completa-410-dias-de-propaganda-de-remedio-ineficaz-contra-a-covid.ghtml>. Acessado em 11 de set. 2023.

peças à morte. Ao ser confrontado sobre o número assustador de óbitos causado pelo vírus, ele respondia “Não sei, eu não sou coveiro!”⁵. Eram várias as chacotas com as pessoas infectadas, tal comportamento de um chefe de estado era um “tapa na cara” da nossa sociedade e das famílias que perderam entes queridos.

Durante esse período tudo mudou, as lojas fecharam, as pessoas eram obrigadas a ficarem em casa para evitar o contágio, tudo parou. As ruas das cidades estavam vazias, as pessoas tinham medo das outras, todos estavam apreensivos sobre o futuro. Durante todo ano de 2020 e 2021 muitas pessoas perderam seus comércios, seus sustentos, famílias passavam dificuldades sem ter o que comer e sem poder trabalhar, era normal notícias nos jornais que traziam as pessoas em lixos em busca de alimento, ou até mesmo nas filas, em busca de restos de comida, ou até mesmo ossos.⁶ Parecia roteiro de um filme de terror apocalítico. Durante esses anos de pandemia a nossa população aprendeu a conviver com esse vírus e graças aos cientistas conseguimos desenvolver diversas vacinas eficazes contra a Covid-19⁷. Passados dois anos após o início das mortes o vírus enfim foi controlado. Concomitante ao descaso configurado pelo governo Bolsonaro no tocante a crise pandêmica, ouve também o descaso ambiental.

Nesse período sombrio do governo Bolsonaro o nosso país passou por um assombroso desmanche nos seus órgãos ambientais, experimentamos um assustador aumento no desmatamento da região da Amazônia (FERREIRA, 2021). O desmanche da estrutura ambiental do Brasil iniciou com a fusão do:

[...] Ministério do Meio Ambiente (MMA) com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)[...], logo após tivemos [...] a extinção da Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas; [...] outras mudanças realizadas na agenda ambiental foi a transferência da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), da Secretária Nacional de Segurança Hídrica (SNSH) e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) para

⁵ Conferir em: 'Não sou coveiro, tá?', diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>. Acessado em 11 de set. 2023.

⁶Conferir em: Na véspera do Natal, pessoas madrugam na fila dos ossos em Mato Grosso. **Jornal Metrópole**. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/na-vespera-do-natal-pessoas-madrugam-na-fila-dos-ossos-em-mato-grosso>. Acessado em 11 de set. 2023.

⁷ Conferir em: A velocidade com que foi criada a vacina da Covid-19 é motivo de preocupação? Especialista do Butantan responde. **Instituto Butantan**. Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/a-velocidade-com-que-foi-criada-a-vacina-da-covid-19-e-motivo-de-preocupacao-especialista-do-butantan-responde>. Acessado em 11 de set. 2023.

o Ministério de Desenvolvimento Regional (MRD)[...]. A transferência do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para o Ministério da Agricultura também foi uma medida adotada pelo governo que causou furor entre os ambientalistas. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que teve uma queda de 9,6% no número total de seus servidores desde o início da gestão de Bolsonaro até janeiro de 2021. [...] A composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), também foi alterada pelo presidente Jair Bolsonaro junto ao Ministro Ricardo Salles em maio de 2019. O Conselho, que contava com 96 integrantes (entre entidades públicas e ONGs) teve seu número reduzido para 23 integrantes [...]. Também houveram polêmicas sobre os dados de desmatamento da Amazônia fornecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) acusados pelo presidente Jair Bolsonaro de serem errôneos [...] (FERREIRA, 2021. p. 26-28)

É importante frisar, que tais medidas adotadas pelo governo Bolsonaro trouxeram uma descrença internacional dos países que compõe o G7 e de diversos outros que disponibilizam incentivos as políticas de preservação da Amazônia, visto que os dados relacionados ao desmatamento batiam recordes negativos e assustavam o mundo inteiro⁸.

Voltando agora para o meu contexto, o ano de 2020 passa com muito sofrimento, um dos mais difíceis da minha vida, o ano de 2021 chegou e com ele veio outro sonho realizado, a tão sonhada aprovação em um programa de mestrado, dessa vez fui premiado em cursar o Mestrado em Ciências Ambientais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia baiano *campus* Serrinha (MPCA), essa aprovação foi motivo de grande orgulho e felicidade dos meus pais, visto que sempre tiveram o sonho de me vê seguindo a carreira acadêmica. Durante toda a minha breve carreira como professor biólogo tentei ajudar de alguma forma o meio ambiente, tal esforço se materializou em diversos trabalhos de extensão desenvolvidos na universidade, em escolas e na minha comunidade. No mestrado não seria diferente, desenvolvi um pré-projeto visando a melhoria da EA em duas escolas de Ensino Fundamental II do meu município, escolas essas que tenho um carinho enorme por possuir raízes e recordações maravilhosas. Tal projeto, chega em um momento importante vivido pelo nosso planeta, diversos cataclismas, desastres e irresponsabilidades ambientais

⁸ Conferir em: Após Alemanha, Noruega também bloqueia repasses para Amazônia. **El País Brasil**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/15/politica/1565898219_277747.html. Acessado em 11 de set. 2023.

aconteceram e estão acontecendo, níveis de poluição do ar, das águas e dos nossos solos estão cada vez maiores. A nossa fauna está sendo destruída pouco a pouco, as nossas florestas passaram por níveis de desmatamento nunca visto antes. Esse cenário é muito triste, contudo, cá estou eu tentando de alguma forma contribuir com a ciência e a melhoria da nossa EA do meio ambiente.

Nesse sentido, diante da eminente crise ambiental, a preocupação do mundo se intensifica e a necessidade de se criar meios para barrar o colapso é cada vez mais necessário. Hoje, as discussões sobre o uso sustentável do meio ambiente e sua preservação, devem ser um papel da coletividade. O crescente consumismo estimulado pelo capitalismo voraz, e o grande crescimento populacional, desencadearam um ciclo de destruição ambiental nunca visto na história (DIAS; DIAS, 2017).

Nos dias atuais, tornou-se frequente presenciarmos diversas catástrofes climáticas. No caso do Brasil, toda a crise ambiental é potencializada pela imensa desigualdade social presente na maior parte do país. Porém, o planeta parece acordar de um sono profundo, um conto de fadas, perceberam-se que não há mais tempo a perder e é necessário agir (NARCIZO, 2009).

Como barrar essa crise? O que deve ser feito para se minimizar esses impactos causados pela sociedade ao meio ambiente? Um dos caminhos para minimizar os efeitos dessa crise, sem dúvida, é a EA (NARCIZO, 2009). Para Loureiro (2003, p.38):

[...] a educação ambiental é definida como uma práxis educativa que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes capazes de possibilitar o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. Contribui para a implementação de um padrão civilizacional distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza.

Na opinião de Narcizo (2009, p. 87), as ações precisam ser urgentes e globais, devendo-se agir localmente a fim de se obter resultados que beneficiarão a todos, universalmente. Diante do exposto, surge a dúvida: Por que é importante analisar a EA no contexto de Itiúba-BA? Para responder essa pergunta e descrever a importância desse trabalho é necessário antes contextualizarmos. De acordo com relatório disponibilizado em 2014 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), mais de 750 milhões de pessoas não possuem acesso a fontes de água potável e cerca de 2,5 bilhões de pessoas têm saneamento básico adequado (JACOB *et al.*, 2014). Um

dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2016-2030) estabelecido pela ONU (2015) é o princípio da equidade no acesso à água potável, contudo, esse princípio torna-se insustentável em países em extrema pobreza e regiões do planeta com baixos índices pluviométricos, como o semiárido brasileiro onde está inserida a cidade de Itiúba-BA.

Para combater os problemas ambientais é necessário, antes, conhecer o cenário social em que se insere o contexto acima descrito. Segundo o texto da Lei Complementar número 377, de 22 de junho de 2015 que instituiu o Plano Municipal de Educação do município de Itiúba-BA tal território possui:

A economia é baseada no setor primário, especificamente na agropecuária. Mas o desenvolvimento do setor é bastante prejudicado devido à estiagem prolongada, que tem causado irregularidade nas safras agrícolas e redução dos rebanhos. O setor secundário é incipiente e gera poucos benefícios para a economia municipal. Já o setor terciário reúne a maioria das empresas, com destaque para o segmento varejista. No entanto, o declínio da atividade primária causa impactos diretos sobre o comércio local, que aliados aos problemas econômicos a nível nacional enfraquecem o setor (BAHIA, 2015, p, 32; 33).

O município de Itiúba apresenta 80,4% de domicílios sem esgotamento sanitário adequado e 98,6% de domicílios urbanos em vias públicas sem urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2022). Isso pode acarretar em inúmeros problemas ambientais, tais como: enchentes, poluição do solo, poluição de nascentes, rios e açudes. Segundo o IBGE (2022), a taxa de mortalidade infantil média da cidade de Itiúba é de 21.53 crianças para cada 1.000 crianças nascidas vivas. Quando analisamos as internações devido principalmente às diarreias são de 0.3 pessoas em cada 1.000 habitantes.

De acordo com o último censo disponibilizado pelo IBGE, no ano de 2021, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos finais da educação básica do município de Itiúba era de 3,2, contando com uma taxa de escolarização de 95,5% sendo essas; crianças, adolescentes, jovens e adultos devidamente matriculados no Sistema de Ensino, sendo estes distribuídos entre: creches, Escolas do Ensino Fundamental e Escolas do Ensino Médio. Segundo o censo do IBGE de 2010 o município conta com taxa de analfabetismo de 11,4 com idade entre 10 e 17 anos. Além disso, possui uma taxa de abandono escolar de 8,1% na faixa etária entre 10 e 17 anos. As causas desse abandono são: gravidez na adolescência, estrutura família debilitada e trabalho infantil (IBGE, 2017).

É importante traçar um planejamento adequado para enfrentar esses desafios de forma conjunta. Devemos, a partir das ferramentas que possuímos, tentar minimizar os problemas. Dentro desse contexto, a Educação e todas as suas facetas se tornam essenciais, fazendo-se necessário, conhecer o perfil dos estudantes, dos docentes e as condições econômicas e sociais do público para, assim, termos condições de auxiliar as escolas na montagem do planejamento estratégico, materializado no documento norteador da escola, o Projeto Político Pedagógico (PPP). E por que os PPPs são instrumentos importantes para essa análise? Para falar da sua importância se faz necessário conceituá-lo (SILVA *et al.*, 2009). Para Veiga (2002, p.1) no sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante, plano, intento, desígnio.

O Projeto Político Pedagógico vai em busca de um propósito, um rumo, um sentido e uma direção. Nele está inserida uma missão construída coletivamente de caráter intencional. Logo, podemos considerar que o projeto pedagógico escolar ganha um caráter sociopolítico por apresentar em seus textos o desejo coletivo da comunidade onde a escola está inserida junto ao corpo escolar. A sua intencionalidade política é observada no sentido da formação do cidadão atuante em uma sociedade política e real. Na sua esfera pedagógica, a escola pautada em um PPP sólido, exerce seu papel, que é a formação do cidadão crítico, participativo e atuante (CHAVES, 2021).

O Projeto Político Pedagógico busca definir as diversas ações que a escola almeja dentro do processo de ensino e aprendizagem. Nele, também, são apresentadas as várias características da comunidade onde se insere e da própria escola. Ou seja, na construção do projeto da escola, planejamos o que temos intenção de realizar. O que se almeja com o PPP é aumentar os acertos e diminuir os erros de um futuro promissor, baseando-se em um presente que quase nunca é o desejado (VEIGA, 2002).

O Projeto Político Pedagógico tem sido estudado por pesquisadores e professores que se engajam na tentativa de melhorar a educação brasileira através de análises profundas desse instrumento tão importante. Existem vários estudos comparativos de PPPs nos diversos níveis de ensino e contextos sociais. Essas pesquisas têm como objetivo analisar as estratégias utilizadas por diferentes unidades educacionais na construção de seus PPP, bem como, identificar as semelhanças e

diferenças entre eles. Uma pesquisa interessante sobre tal tema foi desenvolvida por Nogueira (2017) que realizou uma análise comparativa de dois PPP de uma EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental) e um CIEJA (Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos), as duas unidades de ensino trabalham com a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos). A autora utilizou uma metodologia de caráter qualitativa e documental exploratório. Os resultados obtidos da pesquisa apontaram que a CIEJA apresentou características relacionadas às especificidades da modalidade de EJA. Já a EMEF não aborda tais temas em seu projeto, focando apenas em atividades de nivelamento pedagógico.

Outro estudo interessante foi realizado por Ziegler (2017), que comparou os PPPs de três escolas, a saber: uma privada, o Instituto Pessoaense de Educação Integrada (IPEI), outra pública, o Centro Estadual Experimental de Ensino Aprendizagem Sesquicentenário (CEEEAS) – essas duas escolas fazem parte do município de João Pessoa-PB – e outra associativa, Escola Waldorf Rural Dendê da Serra (EWRDS), pertencente a Vila de Serra Grande, no município de Uruçuca-BA. O objetivo central do estudo foi realizar uma análise ambiental dos PPPs das escolas estudadas. A metodologia utilizada nessa pesquisa foi de caráter qualitativa e etnográfica. Os pesquisadores chegaram à conclusão que os PPPs e o ambiente escolar das três instituições possuíam diferenças quanto à metodologia e concepções pedagógicas teóricas e práticas adotadas nas escolas.

Esses estudos mostram como é importante a abordagem desse tema e a necessidade de se analisar os PPPs das unidades educacionais, pois eles refletem as diferentes visões políticas, filosóficas e pedagógicas da comunidade escolar. Além disso, esses estudos destacam a necessidade de perceber constantemente como os projetos pedagógicos podem ser aprimorados, visando sempre a transitividade educacional e a volatilidade das diversas demandas sociais existentes, essas pesquisas promovem uma educação mais equitativa, democrática e cidadã (CHAVES, 2021).

A comparação dos PPPs tem como objetivo identificar as várias formas de abordagens que as escolas apresentam em relação à EA. Para realizar essa análise, é necessário avaliar os documentos que regem as atividades pedagógicas das escolas, como o PPP, e investigar como a EA está inserida nesses documentos. Os resultados dessa pesquisa podem ajudar na identificação de práticas educativas que

promovem a sensibilização socioambiental, além de identificar problemáticas e limitações na implementação da EA no ambiente escolar de forma clara e multifacetada. Com base nos resultados da investigação, é possível que as escolas montem estratégias para aprimorar a dinâmica da EA e tornar as escolas mais sustentáveis e conscientes dos problemas socioambientais (ALVES *et al.*, 2020).

Essa análise permite identificar pontos fortes e fracos de cada PPP, bem como identificar tendências, desafios e problemas enfrentados pelas instituições na promoção da conscientização socioambiental dentro da comunidade escolar. Além disso, é possível, mensurar boas práticas que podem ser replicadas e ampliadas em diversas instituições de ensino, visando promover uma EA alinhada, mais ampla, efetiva e unificada no nosso município, sempre zelando e entendendo as diversas realidades e desafios enfrentados pelas escolas em suas realidades singulares (VEIGA, 2002; ALVES *et al.*, 2020; CHAVES, 2021).

Baseado na realidade que estou inserido como professor da educação básica do município de Itiúba, tentando a todo custo ajudar na construção de um futuro global e local promissor onde se contextualiza essa pesquisa, acredito na importância que tal tema abrange. É importante mencionar que o meu interesse em desenvolver essa pesquisa sobre a EA nas escolas surge após toda esse cenário caótico que o planeta e o Brasil vem enfrentando, e foi potencializado com a realização de um projeto de extensão (Capítulo III) que desenvolvi no colégio no qual leciono Colégio Estadual João Francisco da Silva, tal projeto teve parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus* Serrinha e o Colégio Estadual João Francisco da Silva situado no povoado de Engenheiro Rômulo Campos, Itiúba-BA, tal projeto tinha como objetivo a realização de oficinas em escolas de ensino fundamental e médio com o tema *Segurança Hídrica* promovendo o desenvolvimento da cidadania através do estímulo a ações capazes de gerar transformações positivas, contribuindo para uma reflexão prática dos estudantes sobre o seu papel na sociedade. Esse projeto abordou temas como o funcionamento de uma Estação de Tratamento de Água – ETA; distribuição de água na cidade de Itiúba; ligação de água; padronização das ligações, funcionamento do hidrômetro; como identificar vazamentos, como limpar a caixa-d'água e a importância do açude de Jacurici como bem natural e social. A intenção era que os participantes tivessem um panorama geral do funcionamento de um sistema de abastecimento de água, enfatizando a importância dos cuidados com

os mananciais e da economia de água, sendo que cada indivíduo tem uma parcela de responsabilidade pela preservação do meio ambiente. É importante mencionar que esse projeto se caracteriza como um modelo de como se trabalhar a Educação Ambiental Crítica (EAC) dentro do ambiente escolar de forma transversal, envolvendo todo o corpo escolar e a comunidade.

Ao finalizar esse projeto, percebi que a EA deveria ser trabalhada de forma diferente dentro das escolas, não como algo estático voltado apenas para o meio ambiente, mas sim, como uma temática abrangente que gerasse discussões, debates sobre as diferentes ideias a partir de uma determinada problemática, ali surge a curiosidade e o meu problema/questão de pesquisa do mestrado sobre o tema EA nas escolas: Como duas escolas de Ensino Fundamental II do município de Itiúba-BA abordam pedagogicamente a EA a partir dos seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs)?

2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental tem sido um tema cada vez mais importante em todo o mundo, devido aos problemas ambientais que afetam a humanidade, tais como as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a poluição. A EA tem por finalidade fornecer conhecimentos e habilidades para a compreensão da relação entre o ser humano e o meio ambiente, bem como promover atitudes responsáveis em relação à natureza (RAMOS, 1996; OLIVEIRA, 2004; DIAS; DIAS, 2017).

O marco das preocupações com as questões ambientais surgiu após o advento da revolução industrial, período ao qual a humanidade passou por diversas e profundas transformações econômicas e sociais. Essas mudanças ocorreram, principalmente, na forma de produção da sociedade, onde um sistema de manufatura artesanal foi substituído por um sistema produtivo baseado em fábricas com a utilização de máquinas (OLIVEIRA, 2004).

A partir desse período, a interação do homem com a natureza se tornou cada vez mais abusiva, predatória e exploratória. A década de 1960 pode ser considerado o marco das preocupações com o ambiente, diversos movimentos intitulados “ambientalistas” que incluíam todas as associações, grupos e organizações sociais denunciavam os riscos que as atividades antrópicas podiam causar aos recursos

naturais (RAMOS, 1996; KUSS *et al.*, 2015). A partir de 1972, um período de referência histórica para o movimento ambiental global, surgiam as primeiras discussões sobre este tópico, culminando na conferência de Estocolmo (KUSS *et al.*, 2015).

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano e Meio Ambiente foi realizada de 5 a 16 de junho de 1972, sediada em Estocolmo com a participação de 113 países. Foi o primeiro grande encontro internacional em que representantes de diferentes países discutiram questões ambientais, um marco histórico. Isso levou à Declaração de Estocolmo de 26 princípios e à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). No encontro, além da poluição do ar que tem chamado a atenção da comunidade científica, também foram discutidas a poluição da água e do solo provocada pela industrialização e a pressão do crescimento populacional sobre os recursos naturais, além da EA (RIBEIRO, 2001; PASSOS, 2009). Em seu princípio 19, a declaração de Estocolmo destacou:

É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos (ONU, 1972, p. 5).

A partir da Conferência de Estocolmo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) assumiu a organização e a responsabilidade das discussões regionais e internacionais sobre a EA. Posteriormente, no ano de 1975, ocorreu o Seminário Internacional sobre a EA sendo realizado em Belgrado, Iugoslávia. O resultado desse seminário foi a chamada “Carta de Belgrado”, essa carta definiria a estrutura mundial para a EA, em que ela assumiria a difícil missão contra a crise global ambiental apontada pelo Clube de Roma (KUSS *et al.*, 2015). A carta de Belgrado trouxe em seu texto sobre a EA seis objetivos a serem alcançados:

1. Tomada de consciência: Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir maior sensibilidade e consciência do meio ambiente em geral e dos problemas. 2. Conhecimentos: Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir uma compreensão básica do meio ambiente em sua totalidade, dos

problemas associados e da presença e função da humanidade neles, o que necessita uma responsabilidade crítica. 3. Atitudes: Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir valores sociais e um profundo interesse pelo meio ambiente que os impulse a participar ativamente na sua proteção e melhoria. 4. Aptidões: Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir as aptidões necessárias para resolver os problemas ambientais. 5. Capacidade de avaliação: Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a avaliar as medidas e os programas de educação ambiental em função dos fatores ecológicos, políticos, sociais, estéticos e educativos. 6. Participação: Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a desenvolver seu sentido de responsabilidade e a tomar consciência da urgente necessidade de prestar atenção aos problemas ambientais, para assegurar que sejam adotadas medidas adequadas (UNESCO, 1975, p. 12, grifos do autor).

Esse documento foi importantíssimo para o estabelecimento de diversos princípios e diretrizes que regem a EA ainda nos dias de hoje. Dentre eles, estão: a aquisição de valores e atitudes sociais e a necessidade do desenvolvimento de capacidade de avaliação de programas de EA. O documento ainda trouxe a ideia de se trabalhar a EA de forma permanente e interdisciplinar, tanto em espaços formais como não formais (KUSS *et al.*, 2015).

A Conferência Intergovernamental sobre EA em Tbilisi, Geórgia - URSS -1977, foi organizada pela UNESCO em coordenação com PNUMA sendo o primeiro evento internacional a discutir as temáticas relacionadas a EA. Nela foi estabelecida a necessidade de a EA atingir diferentes públicos, de forma que a comunidade pudesse adquirir conhecimentos para resolver problemas inerentes às questões ambientais, os indivíduos deveriam ser envolvidos em um processo ativo de aprendizagem estimulando a iniciativa, a responsabilidade e a criatividade de lidar com as diferentes realidades (UNESCO, 1994). Nessa conferência foram estabelecidos categorias e objetivos, que deveriam auxiliar os grupos sociais e os indivíduos:

[...] adquirir consciência do meio ambiente global e ajudar-lhes a sensibilizarem-se por essas questões; adquirir diversidade de experiências e compreensão fundamental do meio ambiente; comprometerem-se com os valores fundamentais criadores de interesse e preocupação pelo meio ambiente, motivando-os a participar ativamente da melhoria e da proteção do meio ambiente; adquirir as habilidades necessárias para determinar e resolver os problemas ambientais; e a participarem ativamente nas tarefas que têm por objetivo resolver os problemas ambientais (UNESCO, 1994, p. 30)

Após quase 20 anos da Conferência de Tbilisi, ocorreu um dos marcos mais importantes da história das questões ambientais, a Eco-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. A conferência tinha como objetivo principal a confirmação e reafirmação dos pontos discutidos na Declaração de Estocolmo e estabelecimento de planos

conjuntos para o desenvolvimento da sociedade de forma que não trouxesse prejuízos ao meio ambiente, reduzindo os impactos causados pela ação antrópica para que os recursos naturais fossem assegurados para as presentes e futuras gerações. A Eco-92 estabeleceu os mais importantes acordos globais relacionados às causas ambientais, são eles: Declaração do Rio para o Meio Ambiente e Desenvolvimento; Declaração de Princípios para Florestas; As Convenções do Clima e da Biodiversidade e a Agenda 21 (SÃO PAULO, 1994; KUSS, 2015).

Dos vários acordos estabelecidos na Eco-92, a Agenda 21 foi o mais importante para o campo da EA. Ela propõe um esforço conjunto para o fortalecimento de valores que visam o desenvolvimento de forma plena e sustentável através do ensino, da conscientização e do treinamento. O capítulo 36 da Agenda, *Ensino da Conscientização e do Treinamento*, formula propostas para o estabelecimento de programas em diversas áreas, a saber: promoção do treinamento; reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável e o aumento da consciência pública (BRASIL, 2004; KUSS, 2015).

O programa *Reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável* afirma que o ensino formal e informal possuem papéis fundamentais na promoção do desenvolvimento sustentável, eles são indispensáveis para a mudança de mentalidade do povo nas suas capacidades de avaliação e resolução de problemas de caráter socioambientais (ONU, 1992). Além disso, o programa destaca que:

O ensino é também fundamental para conferir consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos em consonância com o desenvolvimento sustentável e que favoreçam a participação pública efetiva nas tomadas de decisão. Para ser eficaz, o ensino sobre meio ambiente e desenvolvimento deve abordar a dinâmica do desenvolvimento do meio físico/biológico e do socioeconômico e do desenvolvimento humano (que pode incluir o espiritual), deve integrar-se em todas as disciplinas e empregar métodos formais e informais e meios efetivos de comunicação (BRASIL, 2004, p. 55).

O documento afirma que as inter-relações entre todas as atividades humanas e o meio ambiente permanecem desarmônicas devido à precariedade de informações. Os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, em particular, necessitam de habilidades, tecnologias e especialistas competentes. É necessário informar o público sobre questões ambientais e de desenvolvimento, envolvê-los na resolução de problemas e incentivar a responsabilidade ambiental individual e

coletiva, além de motivar todos os grupos da sociedade para que haja um engajamento comum no desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2004; ONU, 1992).

Após um intervalo de 10 anos da Eco-92 em Johannesburgo, na África do Sul, foi realizada a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10. Essa conferência tinha como principal objetivo avaliar o andamento dos acordos firmados na Rio-92, a partir da Agenda 21 e traçar novas metas para o desenvolvimento sustentável. Além disso, a Rio+10 se fez importante quando em seus acordos entre países incluíram pautas com os aspectos sociais e a qualidade de vida dos indivíduos. Diversos temas foram discutidos: manejo dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável; erradicação da pobreza, fome, uso consciente da água e EA (DINIZ, 2002). Passadas duas décadas da Eco-92, que foi o marco mais significativo mundial no que tange o desenvolvimento sustentável, foi realizada a Rio+20 (A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, acontecida no Rio de Janeiro), tendo como objetivo principal a necessidade de firmar acordos e renovar compromisso com os representantes de cada país para discutir temas necessários e emergentes para o desenvolvimento sustentável. O resultado dessa conferência foi o importante documento *O futuro que queremos* (GUIMARAES; FOUTORA, 2012). Em seu texto o documento destaca a importância de se combater temas comuns que assolam os países como pobreza e fome, além disso, no capítulo *Educação* o documento reafirma a necessidade e a importância da educação para o desenvolvimento sustentável:

Tomamos a decisão de promover a Educação para o Desenvolvimento Sustentável e integrar o desenvolvimento sustentável mais ativamente na educação [...] ressaltamos a importância de apoiar instituições de ensino, especialmente instituições de ensino superior em países em desenvolvimento, para efeitos de investigação e inovação para o desenvolvimento sustentável, nomeadamente no domínio da educação, para desenvolver programas de qualidade e inovadores, incluindo o empreendedorismo e formação profissional habilidades, profissional, formação técnica, profissional e aprendizagem ao longo da vida, orientada para preencher as lacunas de competências para promover os objetivos nacionais de desenvolvimento sustentável (CNUDS, 2012, p. 46).

Nos dias 6 e 18 de novembro de 2022 em Sharm El Sheikh, Egito, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a COP27. Nessa conferência foi criado o fundo de compensação de perdas e danos para os países em desenvolvimento. O Ministro da Educação da época, Victor Godoy, e o Ministro do

Meio Ambiente, Joaquim Leite, participaram da COP-27, nessa participação estes os Ministros brasileiros apresentaram o *Programa Escolas + Verdes*, que tem como objetivo a promoção da EA e o gerenciamento dos resíduos produzidos nas escolas, por meio de iniciativas práticas e continuadas. Na ocasião, o Ministro do Meio Ambiente destacou a importância da EA dentro das escolas e a preocupação do Governo Federal para debater o tema de forma prática e real. O Ministro da Educação também destacou a necessidade de se desenvolver nas crianças a consciência da sustentabilidade ambiental, preservação e das mudanças de hábitos cotidianos (BRASIL, 2022).

Conhecer todo o contexto de desenvolvimento e amadurecimento da EA é de extrema importância para compreender, portanto, sua transformação enquanto campo científico, seus desafios, lacunas, potencialidades e sua história, mesmo sendo um campo científico novo, já demonstrou ser de fundamental importância para o desenvolvimento de uma sociedade sadia, consciente e crítica (LOUREIRO, 2003; KUSS, 2015).

3. CONCEPÇÕES, CORRENTES E MACROTENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação é um fenômeno que se relaciona com aspectos sociais, políticos, econômicos, científicos e culturais de uma sociedade. Ela exerce o poder de influenciar contextos e mudá-los. A capacidade de transformação da educação é inegável, pois ela atua no direcionamento da construção dos pensamentos que moldam o ser social (DIAS *et al.*, 2019).

Embora perceba-se a importância da educação, é necessário salientar que o seu processo não é linear, muito menos uniforme, essa conjuntura é baseada nas diferenças socioculturais existentes que culminam na formulação de concepções. Essas concepções são moldadas durante toda a vida. Segundo Ponte (1992), as concepções são baseadas nos valores, nas motivações, nos eixos socioculturais e nas relações interpessoais, essas, sofrem evolução constante devido às dinâmicas coletivas. Já para Thompson (1992), as concepções podem ser entendidas como um arranjo mental, conscientes ou inconscientes, que são compreendidas e compostas por significados, imagens mentais, crenças e preferências.

Para Ponte (1992), existe uma impregnação de elementos socioculturais que participam da constituição do saber, para ele é notável a relação de interação entre as concepções existentes e as práticas. Para o autor, as práticas são totalmente influenciadas pelas concepções, essas, influenciam no direcionamento de caminhos, estruturando decisões, etc. A partir disso, as concepções geram fatores que podem influenciar suas ações.

Ponte (1992) reitera que no campo do ensino, no caso da docência, existem outros fatores que podem influenciar a construção das concepções e conceitos, tais como: o tipo de formação científica e pedagógica, o nível de instrução, interação social e o direcionamento ideológico são fatores que, para esse autor, influenciam as diversas concepções dos professores.

As concepções direcionam o sentido que criamos sobre a EA, elas se constroem em um processo concomitante dentro de um contexto social que exerce seu poder educativo, com laços familiares e culturais, e misturam-se, na escola, por exemplo, em um processo de absorção do resultado do embate da nossa carga cultural com as dos demais com quais nos relacionamos. As concepções dos professores acerca da EA supostamente orientam a finalidade das suas práticas (SILVA *et al.*, 2018).

No campo da EA, as concepções são baseadas em conceitos (pré)estabelecidos durante grande parte da nossa vida, existem formas e maneiras diferentes de entender o mundo, existem ideologias distintas, diferentes sistemas políticos econômicos e diferenças socioculturais que, possibilitaram uma vasta ramificação de pensamentos sobre a EA (LAYRARGUES; LIMA, 2011).

Antes de iniciarmos a discussão sobre as diversas correntes EA, é necessário conceituá-las de antemão – o que, definitivamente, não é uma tarefa simples, afinal a EA perpassa por diferentes áreas do saber, várias são os campos de compreensões e disciplinas que ela dialoga. Ainda hoje, não se tem uma classificação acabada e pronta, pois está constantemente se transformando, se construindo (KUSS *et al.*, 2015). Contudo, vamos partir de uma classificação geral, abrangente e pedagógica formulada e defendida por Loureiro (2003, p. 38):

[...] a educação ambiental é aqui definida como uma *práxis* educativa que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes capazes de possibilitar o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. Contribui para a implementação de um padrão civilizacional distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza.

A EA no Brasil apresenta diversas correntes, cada corrente tem o direcionamento ao redor de algum pensamento político distinto. Todos os autores que descrevem as correntes enxergam a EA e a crise mundial de forma peculiar, abordando os problemas de óticas variadas e adotando metodologias que se encaixam nas suas formas de pensar e ver o mundo. No quadro abaixo destacamos as principais correntes da EA organizadas em ordem semântica por macrotendências.

Quadro 1. Descrição das correntes da Educação Ambiental

Macrotendência	Autores	Correntes	Descrição
Conservacionista	Sorrentino (1997)	Conservacionista	Essa corrente vê a natureza como recurso intocável defendendo a preservação rigorosa dos recursos naturais, de forma que toda a biodiversidade seja protegida e inabalada pelo homem.
Conservacionista	Sorrentino (1997)	Educação ao ar livre	Corrente relacionada a sensibilização da sociedade, totalmente relacionada com grupos de trilhas ecológicas e ecoturismo.
Conservacionista	Sorrentino (1997)	Economia ecológica	Corrente ligada aos conceitos de ecodesenvolvimento, essa corrente subdivide-se em duas vertentes, <i>desenvolvimento sustentável</i> e <i>sociedades sustentáveis</i> , a primeira subdivisão está relacionada a parcela da sociedade ligada aos empresários, organizações não governamentais e o governo. Já na vertente sociedades sustentáveis, estão, grupos que se opõem a esse modelo atual, defendendo uma sociedade ambientalmente justa e equilibrada, estão entre esses grupos as ONGs, as comunidades tradicionais e os grupos sociais.
Conservacionista	Sato (2003)	Positivista	Essa corrente exalta o objetivismo, e possui características mais voltadas ao

			campo ecológico, enfatizando a importância da informação.
Conservacionista	Suavé (2005)	Naturalista	Baseada na relação da sociedade humana com a natureza. Essa corrente estabelece que a natureza deve ser intocada e reconhece que os recursos naturais não devam ser utilizados, pois, o seu valor intrínseco é maior que o material.
Conservacionista	Suavé (2005)	Conservacionista ou Recursista	É centrada na ideia de conservação dos vários recursos naturais, nessa corrente se tem a ideia de gerenciamento e administração dos recursos.
Conservacionista	Suavé (2005)	Científica	Está inteiramente ligada ao desenvolvimento de conhecimentos através da confirmação ou não de hipótese a partir de observações no campo da ciência ambiental para melhor resolver os problemas encontrados.
Conservacionista	Suavé (2005)	Prática	Estabelece a relação de importância entre aprendizagem, ação e a reflexão no campo da EA.
Conservacionista	Layrargues (2012; 2014)	Conservadora	Valoriza os pensamentos ecossistêmicos, as pautas verdes, principalmente, a relação afetiva da questão ambiental, questionando a visão antropocentrista. Nessa dinâmica, tem papel importantíssimos os profissionais ligados ao meio biótico, como biólogos e ecólogos, pois estão ligados as atividades de EA.
Conservacionista	Layrargues (2012; 2014)	Pragmática	Essa corrente funciona como um mecanismo de correção de imperfeições causadas pela ação antrópica. Ela é sustentada em pautas neoliberais tendo o mercado e o capital como os responsáveis por desenvolver tecnologias e indicadores que darão fim aos problemas ambientais. Atualmente, pode ser vista como a visão

			hegemônica da EA em nossa sociedade. Ela apoia-se, na busca pela redução da pegada ecológica, sistemas de gestão ambiental, criação de mercados verdes, pagamentos por serviços ambientais e ecossistêmicos, racionalização e gerenciamento do padrão de consumo e uso consciente dos recursos.
Conservacionista	Suavé (2005)	Eco-Educação	O enfoque dessa corrente não seria a resolução de problemas, mas sim, de aproveitar o meio ambiente e se desenvolver como indivíduo em uma relação mútua. O ambiente é percebido como um local de desenvolvimento educacional e pessoal.
Conservacionista	Suavé (2005)	Sustentabilidade	Ela aborda essencialmente uma visão naturalista do meio ambiente, sem levar em consideração aspectos sociais, culturais e econômicos das sociedades ali inseridas
Crítica	Sorrentino (1997)	Gestão ambiental	Essa corrente possui uma visão voltada a crítica do sistema capitalista e seu funcionamento lógico, defende a democracia e a participação popular nos aspectos socioambientais.
Crítica	Sato (2003)	Construtivista	Essa corrente baseia na transformação da sociedade, partindo da aceitação e da compreensão da atual realidade em que vivemos.
Crítica	Sato (2003)	Sócio-construtivista	Baseada nos preceitos da Teoria Crítica, cuja intenção é fazer com que a mudança se inicie a partir da transformação do sujeito, identificando as potencialidades dentro de cada realidade, levando em consideração um contexto histórico.
Crítica	Suavé (2005)	Resolutiva	Essa corrente leva a sociedade a buscar as informações sobre os problemas ambientais, além de desenvolver

			habilidades voltadas para sanar essas problemáticas, essa corrente se concentra na mudança de comportamento do indivíduo.
Crítica	Suavé (2005)	Sistêmica	Essa é baseada na compreensão e análise minuciosa da realidade e das problemáticas que cercam o ambiente, podendo através de componentes relacionar elementos biosféricos com os sociais de uma determinada situação ambiental.
Crítica	Suavé (2005)	Humanista	Essa vertente dá ênfase à dimensão humana do meio ambiente, ela vê o ambiente não apenas sob o olhar abiótico, deve-se levar em consideração aspectos culturais, históricos, políticos, econômicos e estéticos.
Crítica	Suavé (2005)	Moral/Ética	Essa corrente afirma que relação existente entre homem e natureza é de origem ética, baseado em um conjunto de valores que molda um código de comportamentos indesejáveis aos valores ambientais.
Crítica	Suavé (2005)	Holística	Essa vertente possui uma visão analítica e racional dos problemas ambientais, para a autora essa corrente vê a dinâmica ambiental de forma global, leva-se em consideração as múltiplas realidades ambientais e as diversas realidades do ser.
Crítica	Suavé (2005)	Biorregionalista	Essa corrente adota uma ética preferencial a uma determinada região, a EA é realizada no contexto local e regional trazendo um sentimento de pertencimento e valorização.
Crítica	Suavé (2005) Layrargues	Crítica	Possui a missão de se pensar a EA do ponto de vista de sua perspectiva político-pedagógica crítica, destacando a EA Popular pelo seu viés político e

	(2012; 2014)		sociológico. A EAC vai contra as visões conservadoras já descritas, ela sugere que se busque questionar a base dos problemas socioambientais, ao invés de apenas procurar compensações. Essa macrotendência expressa um sentido político muito forte.
--	-----------------	--	---

Muitos foram os estudos que tentam agrupar ou classificar a EA, contudo, devemos perceber que esse campo do conhecimento está em plena construção, as tentativas de dimensionar essa área são válidas, contudo, deve-se entender a natureza maleável e instável do pensamento humano. Além disso, não se deve considerar que uma corrente ou tendência seja melhor ou pior em detrimento da outra, devemos entender que existem pensamentos e formas diferentes de enxergar o mundo, e que as correntes e macrotendências apenas refletem o que determinados grupos entendem sobre o campo da EA (KUSS, 2015).

Eu, como professor de biologia da Educação Básica da rede pública, enxergo a EA como uma importante ferramenta de estabelecimento de valores e concepções sócias e morais, tenho na educação a certeza da mudança de mentalidade dos indivíduos e a esperança da transformação do atual cenário de destruição socioambiental. Por isso, adoto e sigo a corrente *crítica* da EA; baseado nessa visão, surge o meu desejo de aprofundar os conhecimentos e, se possível, contribuir com o desenvolvimento socioambiental das pessoas, principalmente da minha cidade.

4.METODOLOGIA

Esse trabalho ocorreu através da Análise Documental dos PPPs de duas escolas do Ensino Fundamental anos finais do município de Itiúba-BA. Os resultados foram analisados e discutidos de forma qualitativa, baseados em literaturas especializadas e no que estabelece Bardin (1977). Os documentos foram disponibilizados pelas secretarias das escolas na forma física e digital.

4.1. Pesquisa qualitativa e documental

A pesquisa qualitativa para Minayo (2001, p. 22) “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. De acordo com Triviños (1987, p. 131) “[...] na pesquisa qualitativa, de forma muito geral, segue-se a mesma rota ao realizar uma investigação. Isto é, existe uma escolha de um assunto ou problema, uma coleta e análise das informações [...]”.

A pesquisa documental se caracteriza por utilizar fontes primárias, ou seja, informações de dados que ainda não passaram por um tratamento de cunho científico e analítico.

A documentação trabalha com documentos, a análise de conteúdo com mensagens (comunicação); a análise documental faz-se principalmente por classificação indexação, a análise categorial temática, é entre outras, uma das técnicas da análise de conteúdo. O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem, o da análise de conteúdo, é a manipulação da mensagem (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (BARDIN, 1977, p. 46).

Esse tipo de metodologia é comumente utilizado em pesquisas das mais diversas áreas do conhecimento, essa ferramenta analisa documentos atuais ou históricos, de caráter cultural, social e econômica de uma sociedade em determinado recorte temporal. Ela permite o pesquisador transformar documentos que *a priori* possuíam informações de caráter primário, ou seja, eram brutas, em um documento secundário que possui a partir do memento do tratamento dos dados, características secundárias e informações filtradas para os termos designados pelo pesquisador (BARDIN, 1977).

Assim, essa análise pode ser realizada a partir de várias fontes, em todo o material que ainda não passou por algum tipo de análise ou tratamento analítico, são diversas as fontes documentais, tais como: leis, fotos, vídeos, jornais, manuscritos e etc. Além disso, esse método pode ser utilizado tanto como uma ferramenta de análise de cunho qualitativo, como também de cunho quantitativo, possuindo como característica principal a busca por informações concretas nas várias fontes documentais escolhidas como base para a realização da pesquisa (BARDIN, 1977).

De acordo com Cappelle *et al.*, (2011), a análise do conteúdo atua no campo da compreensão, deve-se ultrapassar filosoficamente o que está contido no texto, é necessário alcançar o campo dos significados, para isso foram desenvolvidas diversas

técnicas de análise de conteúdo, são elas: análise de avaliação ou representacional; análise da expressão; análise das relações; análise da enunciação e análise temática ou categorial.

4.1.1 Lócus da pesquisa

O estudo foi realizado em duas escolas públicas pertencentes ao município de Itiúba, Bahia. A cidade de Itiúba fica localizada na região norte do Estado da Bahia e faz parte da região sisaleira, possui cerca de 1 722,7 km² de extensão territorial, 33, 872 habitantes, que são reconhecidos como itiubenses. A densidade demográfica do município é de 20,52 habitantes por km², os habitantes dessa cidade possuem uma renda per capita de R\$ 9.032 reais. Itiúba tem como vizinhos os municípios de Andorinha, Filadélfia, Monte Santo, Ponto Novo, Queimadas e Senhor do Bonfim que é a maior cidade da microrregião (IBGE, 2022).

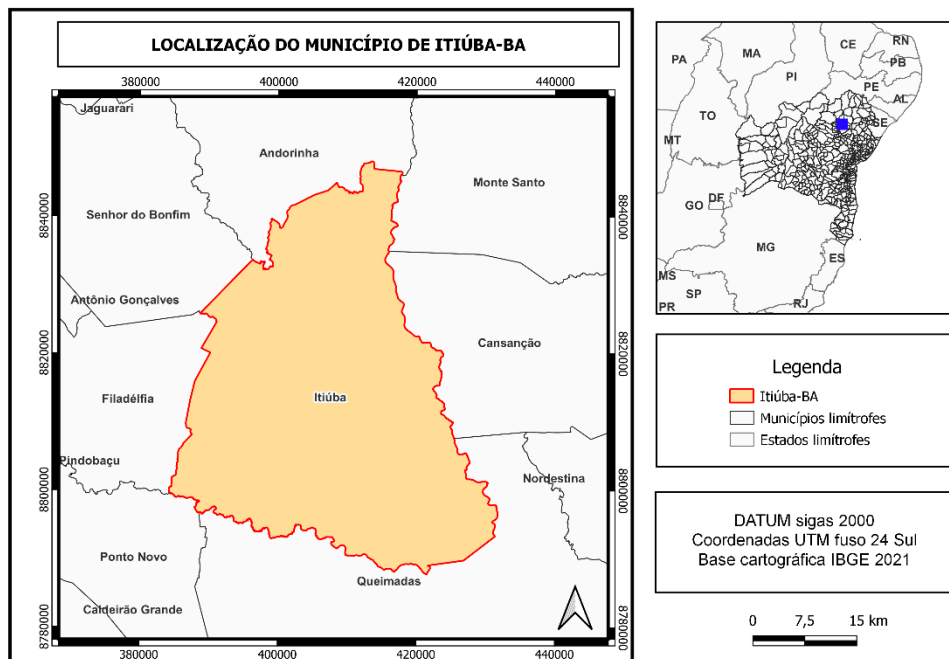


Figura 1: Mapa de localização da cidade de Itiúba-Ba. Fonte: Acervo do autor

4.1.2 Colégio Municipalizado Belarmino Pinto

O colégio Municipalizado Belarmino Pinto fica localizado na avenida principal da cidade, e recebe alunos(as) de todas as esferas do município, desde de áreas com condições sociais mais altas, até áreas com condições sociais mais baixas. Contudo,

a maioria da comunidade local é de média/ baixa renda. Quanto à estrutura física do colégio o mesmo apresenta: 10 salas de aulas; sala de diretoria; sala de professores; quadra de esportes descoberta; cozinha; biblioteca; banheiro dentro do prédio; banheiro adequado aos alunos(as) com deficiência ou mobilidade reduzida; sala de secretaria; banheiro com chuveiro; despensa, pátio coberto e área verde. O estado organizacional do colégio segue uma linha razoável quando comparado a outros colégios municipais situados no interior da Bahia.



Figura 2: foto da fachada do Colégio Municipalizado Belarmino Pinto em Itiúba-BA. **Fonte:** Acervo do autor.

4.1.3 Ginásio Municipal Antônio Simões Valadares

Ginásio Municipal Antônio Simões Valadares fica localizado na Rua Vereador Ademir Simões de Freitas, 172, Bairro Alto em Itiúba, Bahia. O público-alvo é diverso desde de alunos(as) que moram na sede do município até alunos(as) que residem na zona rural da cidade. Em média possui mais de 532 alunos(as) com faixa etária aproximadamente de 10 aos 50 anos de idade, funcionando nos 3 turnos (matutino, vespertino e noturno) do 6º ao 9º ano e Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escola possui: 17 professores; 15 salas de aula, biblioteca, diretoria, secretaria, sala dos professores, cantina, sala de recursos, sala de vídeo, banheiros, depósitos, quadra esportiva, dispensa. A escola atende educandos em período matutino iniciando seu atendimento às 7:30 horas da manhã e encerrando as atividades às 11:30 horas da manhã, e vespertino iniciando seu atendimento às 13:00 horas da tarde, e encerrando

as atividades às 16:30 horas da tarde. À noite iniciam às aulas às 18:30 e encerra às 21:30.



Figura 3: foto da fachada do Ginásio Antônio Simões Valadares em Itiúba-BA. **Fonte:** Acervo do autor.

4.2 Análise dos documentos

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, o método utilizado foi o de análise conteúdo (temática/categorial), que é compreendido como uma metodologia onde o pesquisador desmembra os textos e cria categorias, com a intenção de descobrir os núcleos de sentido do *corpus*, analisando a frequência desses elementos (CAPPELLE *et al.*, 2011).

As análises dos PPPs das escolas se baseiam na análise de conteúdo (BARDIN, 1977), que apresenta os seguintes passos, a saber: *pré-análise*, *exploração do material* e *inferência e interpretação*.

4.2.1 Primeira etapa: pré-análise

A primeira fase é chamada, *pré-análise*, nela, foi realizado o recolhimento e à organização do material, sistematizamos as ideias iniciais indicadas pelo referencial e organizamos os Projetos Políticos Pedagógicos para uma leitura geral e inicial (SILVA; FOSSÁ, 2015). Silva e Fossá (2015, p. 3) Estabelece os passos a serem seguidos na pré-análise: [...] Escolha dos documentos: consiste na definição do corpus de

análise[...]; [...] Leitura flutuante: é o primeiro contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer os textos, entrevistas e demais fontes a serem analisadas[...].

4.2.2 Segunda etapa: exploração do material

Na segunda etapa, foi realizada a *exploração do material*. A exploração do material consistiu na elaboração das várias operações de codificação, transformando os trechos do documento em unidades de registros, a partir dessas, foram construídas as categorias simbólicas ou temáticas. Essas primeiras categorias, foram agrupadas de acordo com os temas correlacionados, e deram origem às categorias iniciais. Após isso, agrupamos as categorias iniciais de acordo com a temática e chegamos as categorias finais (BARDIN, 1977).

4.2.3 Terceira etapa: inferência e interpretação

A terceira etapa foi a fase da *inferência e interpretação*, nela realizamos o tratamento minucioso do conteúdo manifesto e latente do documento, realizamos a análise comparativa através da justaposição das categorias criadas na fase exploratória, identificando os aspectos considerados semelhantes e diferentes (SILVA; FOSSÁ, 2015).

As *unidades de registros* foram selecionadas baseadas nos tópicos relevantes aos dados que foram analisados dentro de cada PPP. As *categorias simbólicas ou temáticas* foram criadas através de uma profunda revisão da literatura, uma análise qualitativa dos projetos políticos pedagógicos e uma análise de documentos e artigos relacionados. As *categorias iniciais* foram criadas baseadas nos objetivos propostos dentro da pesquisa de acordo com Ruy *et al.*, (2020). A *categoria final* foi criada de forma indutiva, baseados nas análises dos dados dos PPP. Além disso, foram identificados temas e padrões relevantes para as discussões propostas pela pesquisa. Na categoria final *Educação Ambiental crítica para formação do cidadão* foram agrupados todos os núcleos de sentidos identificados nos documentos.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Podemos observar no Quadro 2 o *corpus* analítico das categorias simbólicas, iniciais e final das escolas estudadas

Quadro 2: *corpus* analítico das categorias

Unidades de Registros	Categorias simbólicas ou temáticas.	Categorias iniciais	Categoria Final
a) Objetivos Educacionais	a) Educação Ambiental	a) Educação Ambiental Crítica	a) Educação Ambiental crítica para formação do cidadão
b) Parcerias estabelecidas entre as escolas e a comunidade visando a integração entre ensino aprendizagem e a formação da cidadania	b) Cidadania	b) Educação Ambiental Tradicional	
c) Metas e valores	c) Contexto socioeconômico		
d) Avaliação qualitativa e quantitativa	d) Democracia		
e) Missão			
f) Caracterização da demanda atendida pelas escolas e das comunidades que se inserem			

5.1 Unitarização

Verifica-se a seguir as informações contidas nos Quadros de 3 a 8 referentes as unidades de registro comparadas entre as escolas Colégio Municipalizado Belarmino Pinto (CMBP) e Ginásio Municipal Antônio Simões Valadares (GMASV). De acordo com Ruy *et al.*, (2020) essa etapa constitui a unitarização que basicamente é a etapa de separação e organização elementar de informações.

5.2 Categoria inicial (A): Educação Ambiental Crítica

Essa subcategoria irá buscar informações e interpretações que categorizam a EA Crítica (EAC) dentro do PPP das escolas estudadas, para tal procedimento a análise será pautada na busca por uma EA que tenha como característica central a transformação e mudança social e a emancipação dos indivíduos, visando a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável. A EAC questiona as relações sociais e econômicas que geram problemas ambientais, bem como as estruturas de poder que perpetuam essa realidade. Essa abordagem está intimamente relacionada à educação popular, que considera o conhecimento do povo como primordial para a transformação social e ambiental (LAYRARGUES, 2009; 2012; TREIM, 2012).

Por esses motivos, um PPP que utilize e adote a EAC deve incluir a análise das relações sociais que geram problemas ambientais no cotidiano, bem como a promoção de atitudes sustentáveis e o respeito pelos direitos humanos. Ele deve contribuir com a participação ativa dos estudantes na construção dos conhecimentos, valorizando ao máximo os seus diversos saberes e experiências. O PPP deve ainda promover a interdisciplinaridade, fomentando a integração de diferentes áreas de conhecimento para abordar questões ambientais complexas, fazendo assim a transdisciplinaridade. Portanto, essa busca se baseia em uma abordagem transformadora e voltada para a emancipação dos indivíduos, e conseqüentemente da sociedade. O PPP deve contemplar a EAC de forma a garantir uma abordagem mais crítica da relação entre ser humano e ambiente (SUAVÉ, 2005; LAYRARGUES, 2009; 2012; TREIM, 2012).

5.3 Categoria inicial (B): Educação Ambiental Tradicional

Já a categoria da Educação Ambiental Tradicional (EAT) tem como objetivo principal a transferência de informações técnicas e científicas a respeito do meio ambiente, sem questionar os sistemas sociais e econômicos que desencadeiam os diversos problemas ambientais. Ela se concentra em abordagem mais tecnicista, que visa somente resolver os problemas ambientais imediatos que assolam as sociedades, sem antes analisar as diversas causas profundas. A EAT está mais relacionada com a educação formal, que enfatiza a transmissão de conhecimentos acadêmicos puros e frios. Por sua vez, um PPP que adota e utiliza a EAT prioriza o ensino de conceitos científicos e acadêmicos sobre o meio ambiente, enfatizando a transmissão de informações técnicas e destacando as diversas soluções imediatistas para a problemática ambiental. É necessário tomar cuidado com a abordagem tecnicista, que despreze as questões socioeconômicas que culminam nos problemas ambientais conhecidos pela nossa geração (LAYRARGUES, 2012; TREIM, 2012).

5.4 Categoria final: (A) Educação Ambiental crítica para formação do cidadão

Analisei cada unidade de registro dos *corpus* a partir dos aspectos relevantes apresentados em cada uma das descrições das categorias iniciais. As unidades de registros se apresentam como fragmentos integrais dos textos analisados.

Quadro 3. Objetivos educacionais dos Projetos Políticos Pedagógicos. CMBP - Colégio Municipalizado Belarmino Pinto ; GMASV - Ginásio Municipal Antônio Simões Valadares

CMBP	Favorecer a realização pessoal e coletiva, com o pensamento autônomo e reflexivo, concomitante a uma educação para a cidadania, promovendo o desenvolvimento integral da pessoa humana.
------	---

GMASV	Contribuir para que os alunos se tornem seres ativos conscientes de seus direitos e deveres, um cidadão político e realizador; Fomentar ações pedagógicas para combater a evasão escolar e repetência; Criar hábito de pesquisa com elaboração de Projetos interdisciplinares. Promover parcerias para auxiliar no trabalho pedagógico da escola.
-------	---

Os objetivos educacionais das instituições de ensino estão de acordo com as diretrizes educacionais vigentes, tendo como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB/1996 que no seu Art. 2º estabelece os princípios e os fins da educação, esse artigo estabelece que a educação “[...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania [...]”, além disso, ela estabelece que a educação brasileira deve ser pautada nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência dos alunos(as) na escola, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, liberdade de aprender e ensinar, valorização da experiência extraescolar, consideração com a diversidade étnico-racial, ou seja, uma educação para a cidadania deve levar em consideração diversos aspectos fundamentais (BRASIL, 1996).

Tais objetivos, portanto, devem seguir as orientações definidas de acordo com essas diretrizes, esse alinhamento de pensamento se faz necessário na construção de uma escola que tenha como objetivo a formação cidadã crítica que busque formar pessoas capazes de enfrentar os desafios e as problemáticas do nosso planeta, tal formação lhe garante um leque de conhecimentos, competências, habilidades e responsabilidades éticos sociais que conduz o estudante a ser autônomo e reflexivo em todas as decisões advindas de uma realidade avassaladora. Deve-se levar em consideração, também, as características, necessidades e realidades trazidas pelos educandos, como os seus contextos econômicos, culturais, históricos e socioambientais em que todos estão inseridos (BRASIL, 1996). Ruy *et al.*, (2020), defende que “[...] A finalidade dos processos educativos constitui a base política da escola, uma vez que incidem sobre a formação pessoal de cada sujeito integrante da

dinâmica escolar, em especial nos estudantes [...]”. Nesse sentido, é necessário que as escolas possuam em seus objetivos uma clareza de ideias, pois, o tipo de educação oferecida pela mesma irá refletir diretamente na formação do educando.

As instituições CMBP e GMASV apresentam em seus objetivos pedagógicos uma preocupação em fazer seus(suas) alunos(as) se constituírem como cidadãos(ãs) autônomos(as) e dotados(as) de cidadania ao abordarem e afirmarem nos seus textos que favorecem a:

Realização pessoal e coletiva, com o pensamento autônomo e reflexivo, concomitante a uma educação para a cidadania (CMBP).
Contribuir para que os alunos tornem-se (*sic*) um ser ativo consciente de seus direitos e deveres, um cidadão político e realizador. (GMASV).

Para Gadotti (1998, p. 20) “[...] cidadania é essencialmente consciência de direitos e deveres no exercício da democracia. Não há cidadania sem democracia [...]”. O pensamento de Gadotti sobre cidadania leva a compreensão dos fragmentos das unidades de registro que abordam a busca pela cidadania, Gadotti ainda afirma que a cidadania juntamente com autonomia do indivíduo são pilares para uma sociedade melhor:

Cidadania e autonomia são hoje duas categorias estratégicas de construção de uma sociedade melhor em torno das quais há frequentemente consenso. Essas categorias se constituem na base da nossa identidade nacional, tão desejada, e ainda tão longínqua em razão do arraigado individualismo tanto das nossas elites quanto das fortes corporações emergentes, ambas dependentes do Estado paternalista (GADOTTI, 1998, p. 20).

O viés filosófico que sustenta tal embasamento dos autores citados e das instituições que acreditam em uma escola cidadã vem do pensamento Freiriano. O grande educador Paulo Freire influenciou a educação brasileira e todo o mundo com a sua forma de pensar e realizar a educação. Freire, nos anos 80 e 90 foi um dos grandes defensores da metodologia pedagógica que adotava a educação crítica como pilar das escolas brasileiras, esse método tem como objetivo central promover a conscientização e a ação social pelos alunos(as), levando em consideração toda uma bagagem cultural e socioambiental trazida para a sala de aula, buscando ampliar os seus conhecimentos e suas habilidades para que eles se tornassem cidadãos(ãs) críticos, transformadores e autônomos para que fossem capazes de buscarem soluções que revertissem ou mudassem as suas próprias realidades (LAYRARGUES, 2012; ARRAIS; BIZERRIL, 2020). Para Paulo Freire:

As relações que o homem trava no mundo com o mundo (pessoais, impessoais, corpóreas e incorpóreas) apresentam uma ordem tal de

características que as distinguem totalmente dos puros contatos, típicos da outra esfera animal. Entendemos que, para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser conhecida. É fundamental, contudo, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é (FREIRE, 1967, p.39).

A partir dessas discussões, a EAC e a formação de uma escola que busque uma educação para a cidadania se caracterizam como duas propostas inter-relacionadas e complementares. Pois, EAC tem como objetivo envolver nos debates educativos questões socioeconômicas, político culturais e socioambientais, indo além da mera preocupação com a preservação do meio ambiente. Essas linhas de pensamentos metodológicos têm como preocupação central, a reflexão pessoal e coletiva sobre as diversas causas das problemáticas ambientais, as relações de poder que envolvem essas diversas questões e como podemos mudar a lógica do pensamento coletivo para a mudança real da sociedade e da realidade (LAYRARGUES, 2012; TREIM, 2012). Para Paulo Freire a educação para a criticidade é essencial:

Nas relações que o homem estabelece com o mundo há, por isso mesmo, uma pluralidade na própria singularidade. E há também uma nota presente de criticidade. A captação que faz dos dados objetivos de sua realidade, como dos laços que prendem um dado a outro, ou um fato a outro, é naturalmente crítica, por isso, reflexiva e não reflexa, como seria na esfera dos contatos (FREIRE, 1967, p.40).

Nesse sentido, a EAC se aproxima do pensamento de Paulo Freire, que entendia a educação para a criticidade, tal criticidade se estabelece em um processo de construção coletiva, no qual os alunos(as) são convidados a participar ativamente, dialogando e refletindo sobre suas práticas e realidades. Para ele, a educação não deve apenas transmitir conhecimentos acabados, mas sim desenvolver a capacidade crítica e reflexiva, incentivando a autonomia e a participação cidadã (LAYRARGUES, 2012; ARRAIS; BIZERRIL, 2020).

Com isso, a realização de uma escola cidadã passa necessariamente pela construção de uma EAC, pois os seus princípios se relacionam fortemente com os princípios da criticidade e a escola cidadã. Nesse sentido, as duas escolas não apresentam em seus objetivos a preocupação na formação de pessoas conscientes e dotadas de um olhar diferente para os problemas enfrentados, capazes de entender a complexidade e as raízes das problemáticas ambientais que assolam o nosso planeta, tornando-se atuantes de forma ativa na resolução dessas questões. As

escolas precisam destacar de forma clara objetivos que se relacionem com a EA. Pois, é o PPP o principal orientador do percurso pedagógico, a comunidade escolar precisa na maioria das vezes, de uma orientação no sentido pedagógico para melhor construir um espaço de formação de pessoas críticas, dotadas de capacidades e habilidades que possam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável (GADOTTI, 1998; ARRAIS; BIZERRIL, 2020).

Quadro 4. Parcerias estabelecidas entre as escolas e a comunidade visando a integração entre ensino-aprendizagem e a formação da cidadania. CMBP - Colégio Municipalizado Belarmino Pinto ; GMASV - Ginásio Municipal Antônio Simões Valadares

CMBP	Buscar parcerias com Ongs, iniciativas privadas e outras organizações: (projeto horta escolar; projeto jardinagem; projeto de atividades culturais; passeios educativos; palestra na escola sobre: indisciplina e violência, sexualidade, drogas, adolescência, primeiros socorros, família, uso racional dos recursos ambientais e midiáticos e feira do conhecimento voltados ao interesse da comunidade);
GMASV	Promover parcerias para auxiliar no trabalho pedagógico da escola.

Neste contexto, as diversas parcerias entre escolas e diferentes áreas da sociedade têm se mostrado fundamentais para o desenvolvimento dos alunos(as). As parcerias entre as escolas e as comunidades se caracterizam como fundamentais para o desenvolvimento educacional, social, ético e moral dos alunos(as). Através da colaboração entre ambas, é possível criar um ambiente de aprendizagem que integre os diversos saberes, diversificando o aprendizado e atendendo às várias necessidades e peculiaridades da comunidade onde a escola se encontra. São muitas as vantagens da formação de parcerias, dentre elas: melhora significativa na qualidade do ensino; percepção real da realidade profissional e social das

organizações locais, como ONGs, empresas e instituições governamentais, além disso, as parcerias podem trazer recursos adicionais para as instituições de ensino, através de fomento de projetos estudantis, materiais didáticos, equipamentos, amparo social e emocional (PALMIER *et al.*, 2018; LEAL *et al.*, 2020). Nesse sentido Martino afirma que:

[...] a relevância social da questão das parcerias na educação, que está atrelada ao novo significado do trabalho, das transformações em curso na sociedade, bem como também da chamada sociedade da informação e do conhecimento. Assim entre os educadores o tema da relação escola-comunidade tem sido objeto de atenção, porque parece ser uma resposta as muitas interrogações: da formação para a cidadania, da possibilidade de promover uma educação mais significativa na escola, da solução de problemas estruturais, da permanência dos alunos na escola, e 9 sobretudo das questões sobre a relação entre educação e desenvolvimento econômico e social [...] (MARTINO, 2006, p. 8-9).

Quando pesamos de forma mais ampla e trazemos tal discurso para dentro da temática ambiental, temos dentro dessa discussão “*Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*” que se caracterizam como uma série de metas traçadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para garantir o desenvolvimento sustentável da sociedade até 2030. São 17 objetivos e 169 metas que possuem a finalidade da erradicação da pobreza, fomentar a igualdade socioeconômica, proteção do planeta e zelo pela paz e justiça global. Esses objetivos são importantíssimos para caminharmos em prol de uma sociedade mais justa e reflexiva das suas ações, dentre os temas estão: igualdade de gênero, educação, energia limpa, conservação da biodiversidade, saúde e urbanização sustentável. Os ODS têm como objetivo principal promover um modelo de desenvolvimento que integre a sustentabilidade ambiental, social e econômica para que possamos desenvolver um sistema que possa abordar todos os eixos importantes dentro da sociedade. Um dos ODS refere-se as parcerias em prol das metas, o objetivo de número 17 flutua como um conector que interliga e envolve todas os outros eixos, tanto o de fatores naturais quanto os de sociedade e economia, para que haja um conjunto de ações e parcerias entre todos os ramos da sociedade. (COSTA, 2020).

A realização de parcerias estimula o engajamento dos estudantes com a participação ativa da comunidade nas suas formações, pois, a comunidade escolar tem a oportunidade de interagir e se relacionar com pessoas e organizações de diversos nichos da sociedade, essa relação traz uma carga enriquecedora em suas

formações pessoais. A integração das escolas com as organizações civis fortalece e estreita o relacionamento entre a escola e a sociedade, esses laços de parcerias podem ajudar a florescer um sentimento de pertencimento na comunidade, tornando a escola mais próxima, acessível e integrada aos moradores da comunidade, essas iniciativas estimulam a aproximação da escola com realidades ainda não percebidas, como, por exemplo, as comunidades carentes ou áreas rurais com realidades de moradia e acesso a alimentação precárias, nessas realidades específicas a escola se coloca como um agente social, podendo ela ser a via única de socorro e refúgio dessas famílias que carecem e padecem por um suspiro de solidariedade (LOUREIRO, 2004; LEAL *et al.*, 2020).

Segundo Loureiro (2014), essas parcerias devem ser firmadas com a intenção de complementar as atividades que a escola realiza, possibilitando a troca de informações e conhecimentos, compartilhando recursos e fomentando ações conjuntas entre as múltiplas instituições, desde que haja uma visão de interesse conjunto. Martino (2006, p. 5) acredita que: “[...] o tema parcerias na educação, parece responder à necessidade de se repensar a educação e a escola sob uma nova perspectiva, em sintonia com a complexidade da sociedade e seus novos desafios [...]”.

Com isso, escola é um espaço de privilégio e de oportunidades das mais variadas discussões com os diversos ramos da sociedade. Nesse sentido, o debate para o desenvolvimento da EAC se faz importante, uma vez que é na escola que nos deparamos com os indivíduos que constituirão e formarão o nosso presente e futuro, além de se encontrar os indivíduos em formação e construção de valores, habilidades e conceitos. Nessa perspectiva, o ambiente escolar pode oferecer as mais variadas discussões, práticas, projetos interdisciplinares e transdisciplinares, entre outras ações que instiguem o alunado buscar refletir sobre as diversas realidades existentes, as possibilidades e a uma sensibilização sobre a sua realidade e como ela afeta o ambiente ao seu redor. (LOUREIRO, 2004; NARCIZO, 2009).

De acordo com Narcizo (2009); Layrargues (2012); Treim (2012), a EAC na escola deve ser pensada como uma prática de mudanças socioambiental, político social, sendo essa capaz de despertar nos indivíduos uma visão reflexiva e crítica sobre a realidade em que estão inseridos, encorajando-os da necessidade da atuação conjunta como agentes de mudança de uma realidade ambiental precária. Nesse

sentido, é necessário que a escola se torne um espaço de diálogo e interação entre o alunado e a sociedade, e que valorize a experiência e os saberes dos diversos grupos que compõe a comunidade, ela deve promover ações que pautem valores ambientais.

Dessa forma, é possível afirmar que as duas escolas não trouxeram em seus PPPs de forma clara quais são as parcerias firmadas entre escolas e os ramos da sociedade, seria necessário e de grande importância pedagógica um maior esclarecimento sobre a importância das parcerias estabelecidas pelas escolas abordando as atividades desenvolvidas, os objetivos de tais parcerias e as entidades envolvidas nesse processo de troca de experiências, pensando na EA as parcerias entre diferentes entidades dos mais variados campos da esfera ambiente/sociedade/escola são fundamentais para o desenvolvimento da EAC, pois, contribuiria de forma significativa para o avanço das ações em prol da sustentabilidade do planeta e formação de cidadãos(ãs) mais conscientes e engajados em relação à temática ambiental. A escola tem papel primordial no estabelecimento desse processo, sendo responsável por promover a EA de forma transformadora e crítica. Nesse sentido, a realização de parcerias entre a comunidade e a escola é uma estratégia importantíssima para garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes. Ao realizar um trabalho em conjunto, pode-se criar um ambiente de ensino-aprendizagem mais inclusivo, diversificado, enriquecedor e real (NARCIZO, 2009; LOUREIRO, 2004; PALMIER *et al.*, 2018; LEAL *et al.*, 2020).

Quadro 5. Metas. CMBP - Colégio Municipalizado Belarmino Pinto ; GMASV - Ginásio Municipal Antônio Simões Valadares

CMBP	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar a proposta pedagógica de acordo com a realidade local, visando promover uma educação voltada às necessidades da comunidade; • Implementar o trabalho, em equipe, visando à integração de toda a comunidade escolar, ajudando-se mutuamente em direção a objetivos bem definidos em busca de um trabalho de qualidade em todas as áreas, primando pelo comportamento ético; • Valorizar a cultura regional, mantendo o respeito, a confiança e a credibilidade da comunidade.
------	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a Educação Empreendedora de modo que o educando possa conhecer os instrumentos; a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas;
GMASV	<ul style="list-style-type: none"> • Resgatar as comemorações cívicas durante o ano letivo; • Nomear o articulador de eventos com a participação da comunidade durante o ano letivo; • Organizar ao final da última unidade uma ação global e devolutiva à comunidade sobre as atividades do ano letivo. • Envolver a família e a comunidade na Escola pelo menos uma vez ao ano. • Preservar o ambiente interno e externo no que tange à natureza e estrutura física durante o ano letivo.

Definir metas a serem alcançadas é fundamental para um bom planejamento e para a execução de ações eficazes nas instituições de ensino. Quando o estabelecimento das metas é baseado no desenvolvimento de valores éticos e morais, está contribuindo para a formação de estudantes conscientes, críticos e autônomos, capazes de atuarem e sobressaírem de forma positiva na sociedade. Nesse sentido, é importante que as metas educacionais sejam claras, mensuráveis, realistas e alcançáveis, para que possam ser efetivamente realizadas pelas escolas. Além disso, é de extrema importância envolver todo corpo escolar e a comunidade nessas metas, para que todos possam contribuir de forma conjunta no seu alcance efetivo (LOURENÇO e SILVA, 2017).

Segundo Freire (1996, p. 11) em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, destaca a importância dos valores éticos e morais na formação do indivíduo. Segundo o educador, "A ética se torna inevitável e sua transgressão possível é um desvalor, jamais uma virtude [...]", a partir disso, é fundamental que esses espaços educacionais

tão importantes promovam a reflexão sobre valores como respeito, ética, solidariedade, diversidade, justiça, honestidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) enfatiza e destaca a necessidade e importância das questões éticas no processo de desenvolvimento do educando. No Art. 35, a lei estabelece como finalidade da educação básica "[...] o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico [...]" a mesma ainda enfatiza no Art. 32 a necessidade da compreensão dos diversos meios e valores que se sustentam a sociedade: "[...] a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade [...]", portanto, ao firmar metas voltadas aos valores que sustentam a sociedade, conseqüentemente, a EAC é desenvolvida. Marin (2004, p. 3) destaca que:

[...] Que os educadores ambientais repensem seu papel e finquem seus esforços em despertar os cidadãos que precisamos -cidadãos críticos, livres, posicionados em seus contextos e na amplitude do mundo, que então estarão construindo a ética necessária[...].

Para Marin (2004) a EA deve ser uma prática crítica, reflexiva e transformadora, que transcenda a EAT, que desperte nos indivíduos a necessidade de questionarem suas atitudes e a repensarem seu modo de vida em relação ao meio natural. Nessa perspectiva, a realização de uma educação transformadora está de acordo com os objetivos e as diversas finalidades trazidas pela nossa Lei de Diretrizes e Bases, e dessa forma, a atuação da escola contribui para a formação de cidadãos(ãs) conscientes autônomos e reflexivos. Porém, é importante salientar que nenhuma das duas escolas trouxeram em seus PPPs metas relacionadas ao desenvolvimento de uma EA, é necessário que tais documentos tragam metas com as diversas temáticas, inclusive a ambiental.

Quadro 6. Avaliação qualitativa e quantitativa. CMBP - Colégio Municipalizado Belarmino Pinto ; GMASV - Ginásio Municipal Antônio Simões Valadares

	<ul style="list-style-type: none"> • Citando a avaliação como parte indispensável do processo de ensino e aprendizagem, onde a mesma se baseia na Lei Municipal e LDB 9394/96. O plano de ação está em consonância com todas as propostas do PPP.
--	--

CMBP	<ul style="list-style-type: none"> • A avaliação acontece em todos os momentos em que o professor convive com o aluno e, não somente em momentos determinados quando as dúvidas já se acumularam. • A avaliação assume um caráter formativo e, por isso, requer uma postura dialética, que a compreende como parte do processo de aprendizagem. Seu objetivo central é perceber as deficiências dos alunos e trabalhar suas dificuldades até que eles realmente as superem. Avaliar significa acompanhar todo o processo de aprendizagem do aluno e tomar decisões a partir dos resultados obtidos. • Nas salas de aula, o professor é quem compreende a avaliação e a executa como um projeto intencional e planejado, que deve contemplar a expressão de conhecimento do aluno como referência para uma aprendizagem continuada • Neste sentido, a avaliação do processo ensino-aprendizagem, entendida como questão metodológica, de responsabilidade do professor • Dificilmente conseguiremos grandes mudanças se não criarmos nova mentalidade junto aos alunos e seus familiares. Temos que trabalhar na conscientização da comunidade educativa, ampliando o grupo de adesão às novas concepções de avaliação. Esse processo deve ser coletivo, pois as principais decisões de mudanças devem obter o consenso da maioria para vê-las sair do papel.
GMASV	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar é um processo dinâmico, contínuo e constante, onde os aspectos qualitativos preponderem os quantitativos. • Os critérios adotados para apurar o aproveitamento deverão constar no detalhamento da avaliação. A escola adotou cinco

	<p>(5): (participação, organização, assiduidade, tarefas cumpridas e comportamento); mas que podem variar de um ano para outro de acordo com as necessidades de ajustamento. No artigo que segue, consta a pontuação equivalente de cada critério.</p> <ul style="list-style-type: none"> • As disciplinas Educação Artística, Educação Física e Religião devem ser inseridas em todas as áreas curriculares com tratamento globalizado. Estas áreas não devem ter avaliação de aproveitamento para efeito de promoção.
--	--

Por que a importância de analisar o processo de avaliação das escolas na perspectiva da EAC? Segundo Darsie:

Avaliar é uma atividade intrínseca e indissociável a qualquer tipo de ação que vise provocar mudanças. Nesse sentido a avaliação é uma atividade constituinte da ação educativa, quer nos refiramos à avaliação do projeto educativo, avaliação do ensino ou à avaliação de aprendizagem. Por ser reflexão da ação, aqui da ação educativa, podemos inferir que a avaliação torna-se a possibilidade de superação da própria ação e que, se permanente, provocará mudanças na ação educativa, rumo à efetivação de sua intencionalidade. Se a ação educativa visa promover modificações nos sujeitos nela e por ela envolvidos, interferindo na aprendizagem destes, e se a ação de aprender se torna capaz de provocar tais modificações, em outras palavras, se é na aprendizagem que se efetiva e objetiva a intencionalidade da ação educativa, então a avaliação da ação de aprender deve refletir tal intencionalidade. Assim, a avaliação passa a ser um instrumento da intencionalidade educativa, não um mero momento da constatação desta [...]. (DARSIE, 1996, p.48).

Para Paulo Freire (1996) a avaliação pedagógica não deveria ser vista como um simples instrumento de controle e hierarquização do conhecimento. A avaliação deve ser compreendida como um processo, o professor precisa desenvolver ferramentas e instrumentos pedagógicos que inspirem a reflexão e a construção coletiva do saber durante todo o processo de ensino e aprendizagem, a avaliação não poderia ser resumida em uma prova ou um teste frio, sem atender todas as peculiaridades de cada realidade, cada aluno em sua totalidade. Para escola GMASV “Avaliar é um processo dinâmico, contínuo e constante, onde os aspectos qualitativos preponderam os quantitativos.”.

Nesse contexto, a EAC, assume um papel importante dentro do processo de avaliação, pois, ela busca a construção de novos paradigmas dentro da nossa sociedade, a EAC almeja uma relação reflexiva de valores reais entre a sociedade e

o meio ambiente (LOUREIRO, 2004), por esse motivo as escolas devem levar em consideração a criticidade, as diversas realidades, os valores éticos e as diversas peculiaridades no processo avaliativo participativo, assim como afirma a instituição CMBP:

A avaliação assume um caráter formativo e, por isso, requer uma postura dialética, que a compreende como parte do processo de aprendizagem. Seu objetivo central é perceber as deficiências dos alunos e trabalhar suas dificuldades até que eles realmente as superem. Avaliar significa acompanhar todo o processo de aprendizagem do aluno e tomar decisões a partir dos resultados obtidos (CMBP).

A avaliação é apenas uma parte do todo, a educação assume diversas facetas, dentre essas, a avaliação é parte constituinte e fundamental do processo de ensino e aprendizagem, ela não deve ser compreendida como um simples instrumento que busque a mera classificação do indivíduo, mas, sim, como um elemento que permite o professor enxergar o processo de evolução multifacetada da construção individual do estudante, para a partir daí, se construir uma educação de qualidade que valorize os múltiplos saberes (FREIRE, 1996).

Para que a avaliação pedagógica possa contribuir para a construção de uma EAC, é preciso levar em conta não apenas a aquisição de conhecimentos técnicos, mas também a formação de valores éticos, atitudes e comportamentos comprometidos com a sustentabilidade e a justiça social (LOUREIRO, 2004), assim como afirma os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs):

A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e a atuar na realidade socioambiental de modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso, é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos. Esse é um grande desafio para a educação. Comportamentos “ambientalmente corretos” serão aprendidos na prática do dia-a-dia na escola: gestos de solidariedade, hábitos de higiene pessoal e dos diversos ambientes, participação em pequenas negociações podem ser exemplos disso (PCNs, 1998, p.67).

Toda prática educativa deve ser uma ação transformadora pautada nos valores que estabelecem a LDB, como: valores éticos, que levem em consideração às diferentes dimensões do desenvolvimento humano, físico, estético, emocional, intelectual, socioeconômico, sócio cultural e ecológico. Todas as escolas devem seguir tais preceitos, pois são fundamentais para a orientação e construção de uma educação diversa e de qualidade. Além disso, se faz necessário nas escolas uma maior discussão na perspectiva histórico-crítica, que busque formar sujeitos críticos e

reflexivos, capazes de compreender o mundo e transformá-lo (CHAVES, 2021). Segundo o CMBP:

Difícilmente conseguiremos grandes mudanças se não criarmos nova mentalidade junto aos alunos e seus familiares. Temos que trabalhar na conscientização da comunidade educativa, ampliando o grupo de adesão às novas concepções [...]. Esse processo deve ser coletivo, pois as principais decisões de mudanças devem obter o consenso da maioria para vê-las sair do papel (CMBP).

Nas discussões sobre avaliação é perceptível que as duas instituições de ensino levam em consideração todo o processo de construção do conhecimento, valorizando todo o percurso de aprendizagem, os princípios da avaliação abordado pelas escolas são semelhantes o que a EAC defende para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, as escolas trazem em suas propostas avaliativas princípios interdisciplinares que fazem menção a valorização da diversidade, promovendo o desenvolvimento integral do educando.

Quadro 7. Missão. CMBP - Colégio Municipalizado Belarmino Pinto ; GMASV - Ginásio Municipal Antônio Simões Valadares

CMBP	<ul style="list-style-type: none"> • A Unidade Escolar Colégio Municipalizado Belarmino Pinto assume como missão, a formação da pessoa em seus aspectos intelectual, físico, social, moral e afetivo, pelo desenvolvimento da sensibilidade, da capacidade de reflexão, de pensamento autônomo e de ação, de modo a levá-la a desempenhar um posicionamento diante da vida, a autodeterminar-se conscientemente e a contribuir dignamente para a construção de um mundo melhor.
GMASV	<ul style="list-style-type: none"> • A missão da Unidade Escolar é que no decorrer da escolaridade obrigatória, seus alunos sejam capazes de: analisar e atuar no mundo podendo discernir o que mais lhe convém, planejar e organizar a vida por si mesma, de julgar criticamente a organização social, que do ponto de vista moral possam se comportar como agentes autônomos e respeitar a liberdade, a integridade e os direito dos outros.

A escola é o local de construção cidadã, ela possui a missão fundamental na formação de pessoas. A missão da escola deve estar diretamente alinhada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que é a principal base norteadora e que orienta a educação do Brasil. Segundo a LDB, é de responsabilidade da escola promover a formação integral dos alunos(as), desenvolvendo suas potencialidades e habilidades preparando-os para o exercício da cidadania e sua inserção no mundo do trabalho (FREIRE, 1996). Nesse sentido, a escola CMBP enfatiza que:

A Unidade Escolar Colégio Municipalizado Belarmino Pinto assume como missão, a formação da pessoa em seus aspectos intelectual, físico, social, moral e afetivo, pelo desenvolvimento da sensibilidade, da capacidade de reflexão, de pensamento autônomo e de ação, de modo a levá-la a desempenhar um posicionamento diante da vida, a autodeterminar-se conscientemente e a contribuir dignamente para a construção de um mundo melhor (CMBP).

A visão defendida pela a escola, vai ao encontro com o que defende a escola cidadã de Paulo Freire e a nova escola de Anísio Teixeira, esses pensamentos consolidam a ideia da transformação humana a partir da óptica educacional, na formação integral, aquela que não pode ser minimizada, apenas, na frieza técnico-teórico do ensino de disciplinas e valências técnicas (FREIRE, 1996; LOUREIRO, 2004).

De acordo com Freire (1996), o ambiente escolar deve despertar no indivíduo a necessidade do conhecimento, da auto reflexão do pertencimento político e social, a escola deve, portanto, potencializar o pensamento crítico dos seus estudantes sobre a sua realidade, trazendo-lhes consciência da vasta desigualdade social. O dever da escola é estimular a construção e o desenvolvimento individual do ser, o indivíduo deve, a partir das diversas experiências vividas formular a sua própria concepção de mundo, a escola GMASV enfatiza a construção do ser autônomo, e pressupõe a necessidade da construção das suas próprias concepções:

A missão da Unidade Escolar é que no decorrer da escolaridade obrigatória, seus alunos sejam capazes de: analisar e atuar no mundo podendo discernir o que mais lhe convém, planejar e organizar a vida por si mesma, de julgar criticamente a organização social, que do ponto de vista moral possam se comportar como agentes autônomos e respeitar a liberdade, a integridade e os direitos dos outros (GMASV).

A construção do ser autônomo e crítico desencadeia uma série de questionamentos e reflexões acerca do mundo e de suas diversas problemáticas, uma das questões mais urgentes e necessárias a se tratar no ambiente escolar é a EA (LOUREIRO, 2004).

Hoje, o mundo passa por um enorme desafio, uma crise ambiental jamais vista, sendo desencadeada, principalmente, pela ação humana. Uma série de problemas afligem nosso planeta, tais como: poluição dos recursos naturais, desmatamento e a potencialização do aquecimento global. A maioria desses problemas naturais, estão ligados a atuação do ser humano, com sua vasta irresponsabilidade e ganancia. Contudo, falar de resolução de problemas ambientais imediatos é cair na óptica tecnicista, tradicional, é tratar dos sintomas e não da raiz do problema, é claro, existe a necessidade de diagnosticar os problemas, mesmo sendo eles tão evidentes em nossa sociedade. Haja vista essa difícil problemática global, a educação se faz necessário, uma EA diferente, aquela que valorize o ser, a que enxergue no ser humano o problema e a resolução do mesmo, por isso é de extrema necessidade a atuação crítica na escola, o indivíduo deve conhecer sobre as suas responsabilidades e a própria atuação dentro de um macro e micro ecossistema político social. Ou seja, a escola não deve apenas se limitar ao ensino da resolução do problema, trabalhando com temas tradicionais, por exemplo: reciclagem, horta escolar ou as diversas técnicas sustentáveis, ela deve, atrelado a isso, atuar de forma mais ampla, torna-se participativa no processo de formação dos cidadãos(ãs). Nesse sentido, é necessário que as escolas desenvolvam em sua comunidade o pensamento crítico reflexivo, mostrar aos indivíduos que o que desencadeia toda a crise ambiental são, na verdade, problemáticas de ordem política e econômica (LOUREIRO, 2004; LAYRARGUES, 2009; 2012; TREIM, 2012).

O que deve ser trabalhado e discutido de forma transdisciplinar e no cotidiano escolar é a relação entre desenvolvimento econômico e os problemas ambientais; sobre como a exploração dos recursos naturais beneficia os interesses do capital; sobre como os sistemas políticos e econômicos baseados no lucro excessivo desencadeia as consequências sociais e ambientais existente; como a concentração de renda em uma pequena parcela da sociedade estimula a desigualdade social e consequentemente a crise ambiental (LOUREIRO, 2004).

A unidade escolar deve aceitar e valorizar a diversidade cultural existente no contexto escolar, visto que existem diversas formas da sociedade se relacionar com a natureza, a escola deve, a partir, de uma ótica acolhedora, estimular a consciência política, mostrando que a luta por um ambiente equilibrado é de fato uma luta social. Em síntese, as instituições devem zelar pela formação de indivíduos que saibam a

sua importância dentro da sociedade e do meio ambiente, que sejam capazes ao final do processo formativo, de entenderem que as mazelas sociais estão intimamente relacionados com questões políticas e de ordem financeira, e que a EA se faz necessário para que o nosso presente, e conseqüentemente no futuro, sejamos capazes de usufruir de forma consciente, reflexiva e equilibrada (LOUREIRO, 2004; LAYRARGUES, 2009).

É notório que as duas escolas destacam nas suas missões, a importância do princípio da criticidade e a preocupação da formação cidadã, porém, é importantíssimo que as escolas tragam de forma explícita a preocupação com a EA, é necessário trazer em suas missões com clareza a preocupação com o meio ambiente, e necessidade de formar pessoas capazes de entender as mazelas ambientais, fazendo tal comparação é importantíssimo que as instituições abordem tais temas de forma mais concreta.

Quadro 8. Caracterização da demanda atendida pelas escolas e da comunidade que se insere. CMBP - Colégio Municipalizado Belarmino Pinto ; GMASV - Ginásio Municipal Antônio Simões Valadares

CMBP	<ul style="list-style-type: none"> • A escola por sua localização geográfica recebe a função de agregar os alunos da região, ou seja, de outras comunidades, rurais e bairros, onde ela está inserida. Em sua maioria são filhos de pequenos produtores rurais, vindos de outras localidades do município. Para o deslocamento até a escola, usa-se como transporte a maioria ônibus escolares mantidos pela Secretaria Municipal de Educação. • A maioria tem como fonte de renda a agricultura familiar de subsistência e a pecuária. Há, ainda, casos de famílias que vivem apenas com subsídio dos Programas do Governo Federal. A zona rural significa para alguns, meio de sobrevivência, afinidade com a terra, para poucos, forma de crescer financeiramente e lazer. Significa, também, para alguns, qualidade de vida, tranquilidade, facilidade para criar os filhos e para outros, significa, resultado de não terem tido
------	---

	<p>oportunidades para estudar e, assim, conseguir um bom emprego na cidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A escola é vista pela comunidade como a principal fonte de conhecimento para seus filhos rumo a um futuro melhor. Na visão dos pais, a escola é boa e tem um papel importante na vida dos filhos, onde eles desenvolvem seus conhecimentos. Quanto aos educandos, podemos observar que a maioria mora com os pais, tendo, porém, uma boa parcela deles que vivem com os avós, só com o pai ou só com a mãe, outros com tios, e outros.
GMASV	<ul style="list-style-type: none"> • O corpo discente apresenta diferente contexto sócio-econômico e cultural: há alunos com distorção idade/série, com NEE, oriundos da zona rural, de classes multisseriadas, trabalhadores da zona rural e urbana. O vínculo entre família, escola e comunidade ainda é restrito, se dá apenas nas reuniões de pais e mestres, ao final de cada unidade e nos eventos que são executados pela Escola. Existe uma parcela de pais sem instrução adequada para auxiliar no processo educativo dos filhos, o que muitas vezes compromete e distancia a interação no que diz respeito à vida escolar dos mesmos.

As duas instituições estão inseridas na cidade de Itiúba-BA, se caracterizando como um município relativamente pequeno com economia baseado, principalmente, no setor primário da economia, as pessoas que aqui residem possuem como renda majoritária do extrativismo vegetal, agricultura e a pecuária, tendo como destaque as atividades pesqueiras, ou seja, a população que está nas nossas escolas é majoritariamente rural e de baixa renda, a escola CMBP destaca que:

A maioria tem como fonte de renda a agricultura familiar de subsistência e a pecuária. Há, ainda, casos de famílias que vivem apenas com subsídio dos Programas do Governo Federal. A zona rural significa para alguns, meio de sobrevivência, afinidade com a terra, para poucos, forma de crescer financeiramente e lazer. A escola é vista pela comunidade como a principal fonte de conhecimento para seus filhos rumo a um futuro melhor. Na visão

dos pais, a escola é boa e tem um papel importante na vida dos filhos, onde eles desenvolvem seus conhecimentos. Quanto aos educandos, podemos observar que a maioria mora com os pais, tendo, porém, uma boa parcela deles que vivem com os avós, só com o pai ou só com a mãe, outros com tios, e outros (CMBP).

É importante ressaltar que as mazelas sociais existentes em nosso município podem ter uma relação com degradação ambiental (LAYRARGUES, 2009; ITIÚBA, 2015; ROSA *et al.*, 2021). Tais problemáticas sociais, iniciam de fato, nos mais altos sistemas produtivos e de lucros exacerbados e atinge com mais força os indivíduos que estão em uma faixa social específica, que são as pessoas carentes, ribeirinhos, produtores da agricultura familiar e comunidades tradicionais, assim como afirma corroborando com Fernandes e Sampaio (2008) que destacam que o “[...] desequilíbrio social e desequilíbrio ambiental são problemas que têm a mesma origem: a racionalidade predominantemente econômica [...]”. Nesse contexto, Jacobi *et al.*, (2009, p. 4) afirmam que “[...] é cada vez mais notória a complexidade do processo de transformação de uma sociedade crescentemente não só ameaçada, mas diretamente afetada por riscos e agravos socioambientais [...]” pensando nisso, o abismo social existente nas camadas da sociedade se caracteriza como um enorme problema estrutural na sociedade:

[...] ou seja, existe uma relação entre baixa condição socioeconômica e alta exposição ao risco ambiental, corroborando a desigual distribuição dos riscos ambientais entre os grupos sociais, causando injustiça ambiental. Outra forma de conceber a desigualdade ambiental é relacioná-la com outras formas de desigualdade, como raça, sexo, renda, etc. Neste caso, os indivíduos são desiguais ambientalmente porque são desiguais de outras maneiras. Visto dessa forma, a noção de desigualdade ambiental possui uma sobreposição a outras formas de desigualdade. Assim, a desigualdade social estaria na origem da desigualdade ambiental, já que indivíduos e grupos sociais possuem acesso diferenciado a bens e amenidades ambientais (LAYRARGUES, 2009, p. 6) [...].

Nesse contexto, a EAC se torna cada vez mais importante, ela deve alcançar de forma total as camadas mais vulneráveis da sociedade, pois é munida do dever de transformar a visão do indivíduo, ampliar as suas fronteiras, tendo o papel de ser multifacetada como destaca Loureiro (2004, p. 16):

A educação ambiental que incorpora a perspectiva dos sujeitos sociais permite estabelecer uma prática pedagógica contextualizada e crítica, que explicita os problemas estruturais de nossa sociedade, as causas do baixo padrão qualitativo da vida que levamos e da utilização do patrimônio natural como uma mercadoria e uma externalidade em relação a nós. É por meio da atuação coletiva e individual, intervindo no funcionamento excludente e desigual das economias capitalistas, que os grupos sociais hoje vulneráveis podem ampliar a democracia e a cidadania. Dessa forma, invertem o

processo de exclusão social e de degradação das bases vitais do planeta, com novos padrões culturais cujos valores propiciem repensarmos na natureza e nos realizarmos em sociedade.

Para Pinho e Andrade (2017, p. 3):

[...] a Educação Ambiental é uma atividade intencional da prática social, que agrega ao desenvolvimento dos indivíduos um caráter social em sua relação com o meio ambiente. É nesse contexto que a Educação Ambiental assume um caráter de grande valia, uma vez, que se coloca à disposição da valorização do patrimônio socioambiental, por meio do incentivo de ações que visam o despertar da comunidade para a importância do meio ambiente em que vivem.

Portanto, é necessário e de fundamental importância que a EAC, através da escola possa alcançar os mais diversos setores sociais, em especial os mais vulneráveis, deve se promover uma ação conjunta de políticas públicas de acolhimento social, incentivo social e EAC. As instituições de ensino precisam ser para as pessoas que dependem dos seus serviços um local de acolhimento social, emocional e educacional, a escola em determinadas regiões do Brasil se caracteriza como o único subterfúgio de diversas famílias sedentas por oportunidades, é necessário que a escola ofereça esse suporte para que possamos almejar um futuro promissor, nesse sentido a EAC se faz importante como ferramenta auxiliar de diminuição da desigual social, promovendo a conscientização através da construção do sujeito crítico e autônomo (LOUREIRO, 2004; LAYRARGUES, 2009).

6. CONCLUSÕES

Como duas escolas de Ensino Fundamental II do município de Itiúba-BA abordam pedagogicamente a EA a partir dos seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs)? Diante da análise dos dois PPPs das escolas estudadas, não foi possível identificar a presença da EA de forma clara, as escolas não trazem nenhuma menção ou ação relacionada a nenhuma corrente da EA, pode-se perceber que as mesmas trazem os princípios que, muitas das vezes, se relacionam com a EAC em seus PPPs.

As instituições não trazem essa temática de forma transversal, não existe menção a presença de um componente curricular atrelado a EA, as escolas precisam tratar de interagir com a temática a partir de uma óptica transdisciplinar, seguindo o que estabelece a Base Nacional Comum Curricular. Os PPPs das escolas precisam ter ações claras e objetivas em relação a EA.

É preciso que as instituições encarem a evidente crise ambiental pautadas em valores sólidos e pré-estabelecidos, evidenciando em seus PPPs a preocupação na formação integral do ser humano, propondo durante o processo formativo atingir o indivíduo de forma reflexiva e acolhedora com ações evidentes.

Quais foram as semelhanças e diferenças observadas na abordagem da EA nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas? Nas análises realizadas foi possível identificar as diferenças existentes entre os PPPs das escolas. Um dos pontos analisados foi a gestão democrática, esse tema se caracteriza como uma peculiaridade comum entre as escolas. Outra semelhança importante diz respeito a organização teórica dos documentos, as instituições de ensino apresentam uma linha de pensamento clara, valores estabelecidos e uma organização dinâmica na construção dos seus documentos.

Existem pontos comuns entre os dois PPPs analisados, dentre eles está o desejo de transformação da realidade dos indivíduos através da educação cidadã, esse tema é recorrente dentro dos documentos. Além disso, é importante frisar que as duas instituições buscam na Lei de Diretrizes e Bases da Educação o norte para a construção de uma educação de qualidade, esse é um ponto interessante visto a diferença na natureza das instituições.

Pode-se perceber também, que as escolas tratam a desigualdade de forma clara, as instituições destacam em seus documentos a real realidade dos seus educandos, trazem à tona as diferenças socioeconômicas existentes no município onde estão inseridas e tentam a todo custo transformar as suas realidades através da educação.

Os PPPs analisados, através dos princípios contidos nos documentos orientam e norteiam o trabalho pedagógico sob uma perspectiva democrática, uma educação baseada e alicerçada nos seus valores morais inegociáveis, as escolas estudadas abrangem diversas discussões importantes dentro dos seus documentos, abordam questões raciais, de gênero e socioeconômicas, sempre pautadas no diálogo, tolerância e respeito entre os indivíduos.

Quais são os princípios da EA que norteiam os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas? Foi possível identificar através das análises dos documentos e do que afirmam Suavé (2005) e Layrargues (2012, 2014) que as duas escolas construíram seus PPPs baseados em princípios e valores e esses, são também comuns aos da

EAC, visto que as instituições abordam em seus documentos a importância da transformação do ser político, autônomo, crítico e reflexivo. Todas as escolas possuem em seus projetos uma raiz freiriana, baseada na construção da escola cidadã e nos valores reais defendidos por Paulo Freire.

Contudo, é importante salientar que nenhuma das duas instituições apresentaram de forma prática alguma ação relacionada a EA ou EAC, esse tema se faz presente de forma tangencial. É necessário e de extrema importância que as escolas apresentem em seus PPPs exemplos de ações práticas que trabalhem tais temáticas mostrando diferentes metodologias em sala de aula, projetos, aulas temáticas, feiras, viagens técnicas ou aulas de campo. De acordo com Mota (2014, p. 10):

[...] A inserção da Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico da Escola pode nortear ações que estimulem a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, a nível local valendo-se de estratégias democráticas [...].

As escolas estudadas precisam, de fato, rever pontos importantes dentro dos seus PPPs no sentido da adoção de uma EA concreta. Segundo Tozoni-Reis (2008, p. 49):

[...] se a função – democrática e transformadora – da escola é a garantia da apropriação, pelos sujeitos, do saber elaborado, a contextualização, histórica e social, dos conhecimentos é sua tarefa educativa, inclusive na dimensão ambiental [...]. Então, não tem nenhum sentido pensarmos na inserção da Educação Ambiental na escola sem integrá-la plena e concretamente ao currículo escolar. A proposta ingênua e imobilista da inserção da temática ambiental como atividade extracurricular esvazia de importância essa temática e não contribui para a formação, plena e reflexiva, de sujeitos ambientalmente comprometidos e responsáveis pela construção de relações socioambientais socialmente justas e ecologicamente equilibradas, como expresso no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1995), um dos mais importantes documentos internacionais que orientam a Educação Ambiental.

Para Mota (2014, p. 11)

[...] a prática da educação ambiental, principalmente nas escolas públicas, pode contribuir para garantia de direitos para a parcela da sociedade que hoje está à margem do sistema, pode também abrir caminho para formação de indivíduos conscientes na sua forma de consumir e se relacionar com meio ambiente [...]. A inclusão da educação ambiental no projeto político pedagógico da escola torna-se uma necessidade, uma vez que a nova geração precisa construir uma concepção diferente de desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente. A prática da Educação Ambiental nas

atividades acadêmicas da escola abre a possibilidade de desenvolver uma compreensão crítica dos problemas ambientais na comunidade escolar e ao mesmo tempo pode contribuir com o desenvolvimento de atitudes que permitam a utilização sustentável dos recursos naturais [...].

Nessa perspectiva, foi constatado durante o processo de pesquisa que a EA precisa ser abordada dentro dos PPPs das instituições estudadas, tal inserção necessita de uma abordagem substancial.

Pensando na dificuldade enfrentada pelas escolas em construir um PPP voltado para tais propostas, desenvolvemos como produto dessa pesquisa um guia prático (Capítulo II) que será de grande valia para uma possível atualização nos documentos das escolas, visto que o guia foi pensado e produzido para preencher tais lacunas, nele são apresentadas estratégias relacionadas a: Conscientização ambiental; Desenvolvimento de valores, Promoção da sustentabilidade e Integração curricular.

Por fim, esse trabalho atingiu o seu objetivo proposto, que foi analisar como duas escolas de Ensino Fundamental II do município de Itiúba-BA abordam pedagogicamente a Educação Ambiental a partir dos seus PPPs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21 GLOBAL. UNCED - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), Agenda 21 (global). Ministério do Meio Ambiente – MMA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/ag21global/>>.

ALMEIDA, D. M. Elaboração de materiais educativos. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4412041/mod_resource/content/1/ELABORA%C3%87%C3%83O%20MATERIAL%20EDUCATIVO.pdf> acessado em 20 de maio de 2023.

ALVES, Polyane Corrêa; DOS SANTOS, Maria Mirtes Cortinhas; ALMEIDA, Rodolfo Maduro. Educação ambiental, um estudo comparativo em duas escolas do município de Santarém, Pará, Brasil. **Educação Ambiental em Ação**, v. 19, n. 72, 2020.

ALVES, Sabrina Alaide Amorim et al. Cartilha digital sobre práticas sustentáveis para a promoção da saúde do adolescente. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 2215-2226, 2023.

APARECIDA MARIN, Andréia. **Ética, moralidade e educação ambiental**. INCI, Caracas , v. 29, n. 3, p. 153-157, marzo 2004 . Disponible en <http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0378-18442004000300009&lng=es&nrm=iso>. accedido en 22 abr. 2023.

ARRAIS, Antonia Adriana Mota; BIZERRIL, Marcelo Ximenes Aguiar. A Educação Ambiental Crítica e o pensamento freireano: tecendo possibilidades de enfrentamento e resistência frente ao retrocesso estabelecido no contexto brasileiro. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 37, n. 1, p. 145-165, 2020.

BARBOSA, Eryjosy Marculino Guerreiro et al. Desenvolvimento e validação de cartilha educativa para saúde e bem-estar no pós-parto. **Rev Rene**, v. 21, p. 38, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2000. BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais.

BRASIL. **Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2022 acontece em novembro no Egito**. Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/10/27/conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-mudancas-climaticas-de-2022-acontece-em-novembro-no-egito> > acessado em 18 de janeiro de 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRUNER, J. (1997). *Atos de Significação*. Porto Alegre: Artes Médicas.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Organizações rurais & agroindustriais**, v. 5, n. 1, 2003.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Revista Evidência**, v. 7, n. 7, 2012.

CHAVES, Lyjane Queiroz Lucena. **Um breve comparativo entre as LDBs**. **Revista Educação Pública**. Disponível em < <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/29/um-breve-comparativo-entre-as-l dbs> > acessado em 17 de maio de 2023.

DA COSTA, Rafaela Reis. **Empreendedorismo na Engenharia Civil: Um Estudo de Caso em uma Iniciativa Inovadora na Ufpa**. Rafaela Reis da Costa. – 2020.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Belém, 2020.

DA SILVA, José Bittencourt; PINTO, Elisangela Castro Redig; PINHEIRO, Marcio Fernando Duarte. Análise do PPP da Escola Bosque, Belém, Pará. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 13, n. 28, p. 823-843, 2018.

DARSIE, Marta Maria Pontin. Avaliação e aprendizagem. **Cadernos de pesquisa**, n. 99, p. 47-59, 1996.

DE PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon. A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 6, 2009.

DIAS, Érika ; PINTO, Fátima Cunha Ferreira, **Educação e Sociedade, Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, n. 104, p. 449–454, 2019.

DIAS, Isabella Cristina Galvan. **O uso de cartilha como ferramenta para promover a educação ambiental no ensino de Ciências**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

DO NASCIMENTO NOGUEIRA, Silvia Helena. Projeto Político-Pedagógico e a Educação de Jovens e Adultos: estudo comparativo entre uma EMEF e um CIEJA do município de São Paulo. **Revista Sinergia**, v. 18, n. 2, p. 115-122, 2017.

DOS SANTOS NARCIZO, Kaliane Roberta. Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 22, 2009.

FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 18, 2008.

FERREIRA, Gabriela Felipe. Políticas ambientais em chamadas: uma análise sobre as políticas ambientais no governo Bolsonaro e suas consequências para o Brasil e suas Relações Internacionais. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. Paz e Terra, 1996 (Coleção leitura), 166p.

GADOTTI, Moacir. **Salto para o Futuro: Construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico/ Secretaria de Educação a Distância**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998. 96 p. - (Série de Estudos. Educação a Distância, ISSN 1516-2079; v.5).

GIL, Antonio Carlos et al., **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIORDANI, A. T.; PIRES, P. A. B. F. Normas editoriais, orientação aos autores: cartilhas. Editora UENP, 2020.

IBGE. **Itiúba**. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itiuba/panorama> > acessado dia 05 de março de 2023.

JACOB, Amanda Martins; FRACALANZA, Ana Paula; DE LIMA CALDAS, Eduardo. Tecnologia apropriada no acesso à água: em busca da diminuição das vulnerabilidades e injustiças socioambientais no semiárido brasileiro. **Revista GeoUECE**, v. 3, n. 4, p. 268-293, 2014.

JACOBI, Pedro Roberto; TRISTÃO, Martha; FRANCO, Maria Isabel Gonçalves Correa. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Cadernos Cedes**, v. 29, p. 63-79, 2009.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. Repensar a educação ambiental: um olhar crítico. São Paulo: **Cortez**, p. 11-31, 2009.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. **Revista contemporânea de Educação**, v. 7, n. 14, p. 388-411, 2012.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & sociedade**, v. 17, p. 23-40, 2014.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. **Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 6, p. 1-15, 2011.

LEAL, Antonio Cezar et al. Resíduos sólidos e políticas públicas em Presidente Prudente–SP: construindo parcerias para a educação ambiental. **Brazilian Journal of Environmental Sciences (Online)**, n. 03, p. 32-39, 2006.

LIMA, Ana Carolina Maria Araújo Chagas Costa et al. Construção e Validação de cartilha para prevenção da transmissão vertical do HIV. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 30, p. 181-189, 2017.

LIMA, Thereza Cristina Souza et al. 38. Análise comparativa entre o projeto pedagógico de um Curso de Graduação em Secretariado Executivo e relatórios produzidos pelos discentes à luz da Linguística de Corpus. **Revista Philologus**, v. 27, n. 81 Supl., p. 542-57, 2021.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educar, participar e transformar em educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, 0, p. 13-20, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Ambiente & Educação**, v. 8, n. 1, p. 37-54, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Cidadania e Meio Ambiente**. Salvador: Centro de recursos ambientais, 2003, p.168, v1.

LOURENÇO, Linesanio de Sousa; SILVA, Deinne Airles da. A importância do projeto político-pedagógico para a organização escolar. , v. 10, 2017.

MARTINO, Mariluci Alves. A importância das parcerias na educação profissional. 2006.

MATOS, Daniel Abud Seabra; JARDILINO, José Rubens Lima. **Os conceitos de concepção, percepção, representação e crença no campo educacional: similaridades, diferenças e implicações para a pesquisa**. Uece.br. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/111/94>>. Acesso em: 27 set. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza - Pesquisa social - Teoria, método e criatividade. Petrópolis, **Vozes**, 2001.

MOTA, José Eraldo Fernandes. A educação ambiental no projeto político pedagógico da escola. 2014.

OLIVEIRA, Elisângela Magela. Transformações no mundo do trabalho, da revolução industrial aos nossos dias/Word of work transformations-from industrial revolution to our days. **Caminhos de Geografia**, v. 5, n. 11, 2004.

OLIVEIRA, Valéria Marques de; SATRIANO, Cecília Raquel. Narrativa autobiográfica do próprio pesquisador como fonte e ferramenta de pesquisa. *Linhas Críticas*, [S. l.], v. 23, n. 51, p. 369-386, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/8231>. Acesso em: 18 agos. 2023.

ONU – Declaração da Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano; Estocolmo, 1972. Em www.onu.org.br (acessado em 20.03.2023). p. 337-356, jul./dez. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Carta de Belgrado: Uma estrutura global para a educação ambiental, 1975.

PALMIER, Cristiani Sanches; SANCHES, Crisleide Ribeiro; CARNEIRO, Sonia Maria Ramalho; ALVES, Rosilene Trujillo . **Comunidade e escola: uma integração necessária**. Disponível em < <http://www.isciweb.com.br/revista/546-comunidade-e-escola-uma-integracao-necessaria> > acessado em 30 de abril de 2023.

PERDIGÃO, A. L. Concepções pessoais de futuros professores sobre os processos de aprendizagem e de ensino. **Formação de professores, práticas pedagógicas e escola**. São Carlos: EdUFSCar, p. 265-294, 2002.

PINHO, Maria José Souza ; DE ANDRADE, David Dias. **Educação Ambiental através da reciclagem de óleos residuais m escolas na cidade de Itúba-BA**. Disponível em < <http://revistaea.org/artigo.php?idartigo=2896> > acessado em 10 de março de 2023.

PONTE, J. P. Concepções dos professores de Matemática e processos de formação. In: BROWN, M.; FERNANDES, D.; MATOS, J. F.; PONTE, J. P. (Orgs.). (Orgs.). Educação matemática: temas de investigação. Lisboa: **Instituto de Inovação Educacional**, 1992. p. 185-239.

RAMOS, Elisabeth Christmann. **Educação ambiental: evolução histórica, implicações teóricas e sociais**. Uma avaliação crítica. Curitiba, 1996. Dissertação de mestrado – UFPR.

RIBEIRO, WAGNER COSTA. Político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14 edição **Papirus**, 2002.

RODRIGUES, Jéssica Cordeiro; AVILA, Mariana Arias; DRIUSSO, Patricia. Cartilha educativa para promoção da saúde entre mulheres com dismenorrea primária. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 34, 2021.

RUY, Gustavo Rossoni et al. A formação para a cidadania no cotidiano escolar: uma análise por meio do projeto político-pedagógico. **Revista da Educação, Umuarama**, v. 20, n. 2, p. 337-356, 2020.

SABINO, Leidiane Minervina Moraes de et al. Elaboração e validação de cartilha para prevenção da diarreia infantil. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 31, p. 233-239, 2018.

SANTOS, Aloma Henrique Ferraz dos; MOL, Marcos Paulo Gomes. Educação ambiental no espaço escolar: percepção e perspectivas na Escola Municipal Professor Geraldo Basílio Ramos, Contagem-MG. **Educação Ambiental em Ação**, v. 17, n. 65, 2018.

SÃO PAULO. Educação AMBIENTAL E Desenvolvimento: Documentos oficiais. Disponível em <file:///C:/Users/DGRAU/Desktop/Mestrado%20Davi/projeto%20atualizado/ARTIGOS%20DISSERTE%C3%87%C3%83O/SAO%20PAULO,%201994.pdf > acessado em 20 de janeiro de 2023.

SATO, Michèle; SANTOS, José Eduardo. Tendências nas pesquisas em educação ambiental. Educação ambiental e cidadania: cenários brasileiros. **Santa Cruz do Sul: EDUNISC**, p. 253-283, 2003.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. Educação ambiental: **pesquisa e desafios**, p. 17-44, 2005.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas revista eletrônica**, v. 16, n. 1, 2015.

SILVA, MD da; CARNIATTO, Irene; POLINARSKI, Celso Aparecido. Projeto político-pedagógico como instrumento para Educação Ambiental formal. **Anais do VII Enpec- Encontro Nacional de Pesquisas em Educação em Ciências, Florianópolis**, 2009.

SILVA, Rosa Adeyse; TORRES, Maria Betânia Ribeiro. Sustentabilidade e educação ambiental na agricultura familiar: o caso de uma cooperativa no semiárido potiguar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 55, 2020.

SILVA, Vagner Freitas. Uso de Agrotóxicos na cultura do abacaxi [livro eletrônico] : e suas implicações na saúde do trabalhador rural / Vagner Freitas da Silva ; [produção, edição e ilustrações Bianca Stephanie Paranhos da Silva Ramos, Larissa Souza Rocha da Conceição]. --1. ed. -- Itaberaba, BA : Ed. do Autor, 2022.

SORRENTINO, Marcos; KRASILCHIK, Myriam. **Educação ambiental e universidade: um estudo de caso**. São Paulo: Tese de Doutorado, USP 1995.

SOUZA, A. J. de; ARAÚJO, T. C. .; CARDOSO, D. P. de S. .; NUNES DA SILVA, J. J. .; SILVA, A. M. A. da; RABINOVICH, E. P. Autoetnografias na educação do campo/roça: perspectivas reflexivas e polifônicas : Autoethnographies in countryside education: reflective and polyphonic perspectives. **Revista Macambira**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. e052006, 2021. DOI: 10.35642/rm.v5i2.645. Disponível em: <https://www.revista.lapprudes.net/index.php/RM/article/view/645>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SOUZA, Antonio José de. **Tornar-se negrogay**: a história de vida de um homem-professor situado e “sitiado”. Salvador, 2022. 183 f. Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea. Linha de Pesquisa: Contextos Familiares e Subjetividade.

THOMPSON, Alba G. Teacher's beliefs and conceptions: a synthesis of the research. In: GROUWS, D. A. (Org.). Handbook of research in mathematics teaching and learning. **New York: MacMillan**, 1992. p. 127-146.

TOZONI-REIS, M. F.C. Educação Ambiental no Brasil. Salto para o futuro, ano XVIII, boletim 01, mar. 2008. Disponível em:< <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambi>

ental%20no%20Brasil%20(texto%20basico).pdf> acessado em 27 de agosto de 2023.

TREIN, Eunice Schilling. A educação ambiental crítica: crítica de quê?. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 43, 2022.

TRIVIFIOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**.--São Paulo : Atlas, 1987.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14a edição Papyrus, 2002.

ZIEGLER, Sandra Sylvia et al. **Educação Ambiental e a Pedagogia Waldorf: estudo comparativo do processo de ambientalização da educação em três escolas em diálogo com os princípios steinernianos**. 2017.

CAPÍTULO II
CONFECÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO DE PESQUISA

1. PROPOSTA DE PRODUTO

Criar um guia que auxilie as escolas Colégio Municipalizado Belarmino Pinto (CMBP) e Ginásio Municipal Antônio Simões Valadares (GMASV) na construção ou atualização dos seus PPPs no que diz respeito a EAC.

2.CONFEÇÃO DO GUIA DIDÁTICO

Para a produção do guia didático foram estabelecidos os seguintes elementos: *Definição do tema: público-alvo, objetivo do guia: roteiro do guia e design.* A definição do tema do guia surgiu após a realização da pesquisa documental, sendo delimitado com base nas conclusões dos resultados observados. O objetivo foi criado baseado nas lacunas encontradas nos PPPs das escolas estudadas. O público-alvo foi definido com base nos objetivos. Após a definição do tema, público-alvo e objetivo foi elaborado o *roteiro do guia*, estabelecendo os tópicos importantes para serem abordados e selecionando as informações necessárias para atingir o público-alvo. Logo após, foram selecionados o estilo, formato e as ilustrações (ALMEIDA, 2017; DIAS, 2018; GIORDANI; PIRES, 2020; SILVA, 2022).

2.1. Método de validação do guia didático

A validação foi executada por uma equipe multiprofissionais de 43 juízes que foram responsáveis por avaliar cada item indicado no formulário de validação. Para tal validação, foi adotado como valor desejável uma média de porcentagem de concordância igual ou superior a 0,80% para cada item avaliado corroborando com Sabino et al. (2018); Araújo et al. (2017); Lima et al. (2020). O método utilizado para quantificar a porcentagem de concordância entre os juízes foi a de Porcentagem de Concordância, de acordo com (ALEXANDRE; COLUCI, 2011). A fórmula utilizada foi:

$$\% \text{ concordância} = \frac{\text{número de participantes que concordaram}}{\text{número total de participantes}} \times 100$$

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através das análises dos Projetos Políticos Pedagógicos e de uma vasta revisão bibliográfica durante o processo de realização desse estudo estruturamos o produto de pesquisa, que se caracteriza como um guia que pode auxiliar as escolas durante todo processo de construção de um PPP pautado na EAC. Tal produto possui um grande potencial, pois, é algo concreto, real, nele contém informações de forma didática sobre como construir um PPPs baseado na EAC, ele servirá como instrumento de consulta, será mais um auxiliador para as escolas.

Pensando em melhorar esse guia, decidimos realizar uma validação abrangente desse produto, através de uma revisão pública, envolvendo professores, coordenadores pedagógicos e técnicos pedagógicos, essa validação ocorreu através de um questionário disponibilizado via *google forms* e contou com a colaboração de 43 juízes que ajudaram na melhoria do guia. As sugestões e observações acatadas pela comissão de construção do guia foram destacadas nos quadros de avaliações dos juízes com a cor amarela.

Gênero:

43 respostas

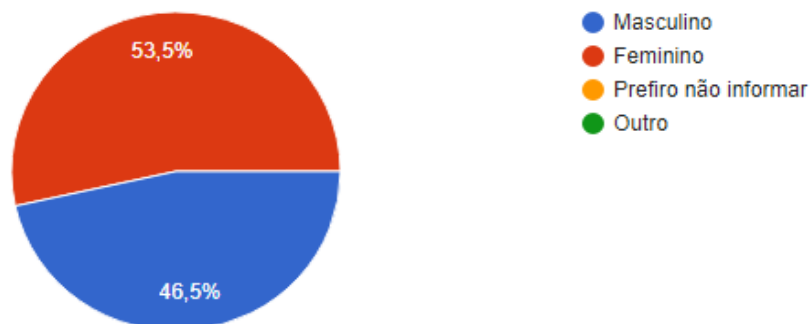


Figura 4: Gênero dos juízes participantes da validação

Natureza da instituição que você trabalha?

43 respostas

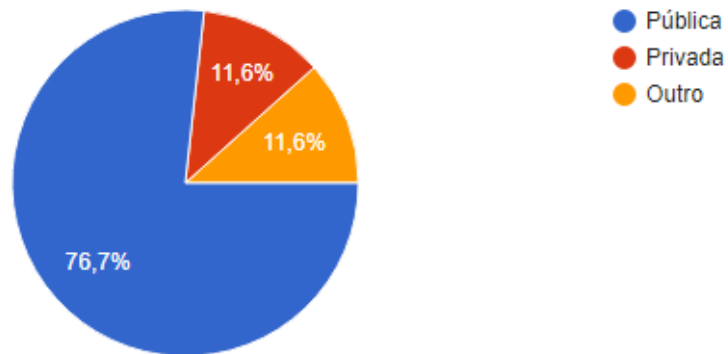


Figura 5: Natureza das instituições que os trabalham juizes

Qual cargo você exercer nessa instituição?

43 respostas

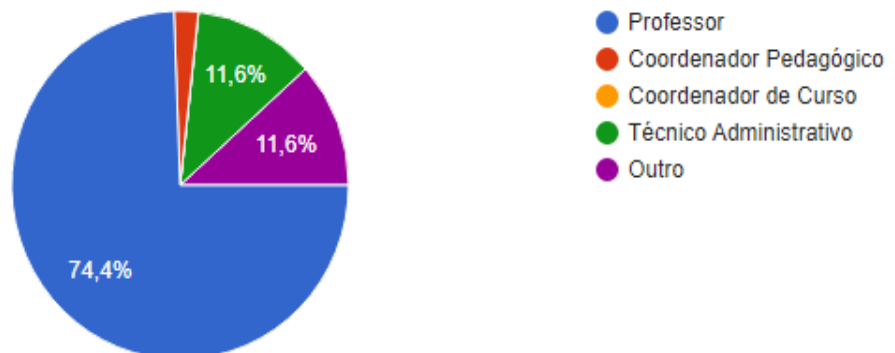


Figura 6: cargos exercidos pelos juizes em suas respectivas instituições

1. O título do guia está condizente com o conteúdo abordado?

43 respostas

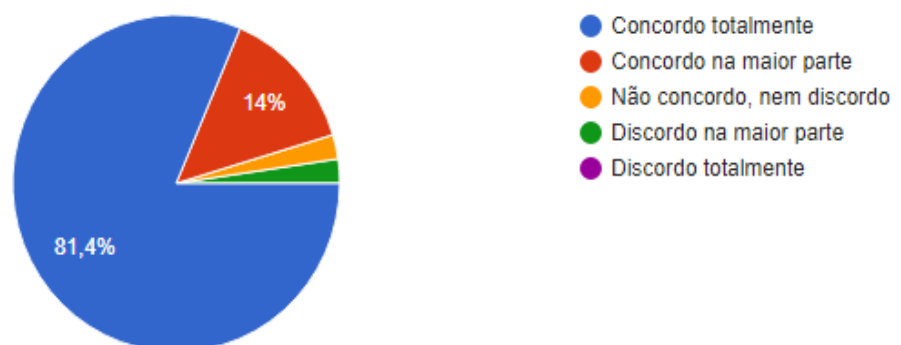


Figura 7: Opinião dos juizes a respeito do título do guia

Quadro 9: Percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito do título do guia

1. É bem significativo
2. Bem elaborado
3. Coerente com a proposta
4. Excelente e como o próprio nome diz muito prático!
5. Objetividade
6. Excelente
7. A construção do PPP na perspectiva da Educação Ambiental, acho que faltou definir público-alvo, no caso se é, Ensino fundamental, Educação Infantil, Ensino médio, EJA.
8. O guia apresenta os elementos condizente com a proposta. Sugiro, se o autor achar conveniente usar o termo "(RE) elaboração do PPP já que tem escolas que têm PPP, mas que precisa passar por reformulação.
9. O título é claro e objetivo.
10. Achei interessante e viável para os PPP das escolas.
11. Adequado.
12. Título assertivo
13. O guia condiz com o conteúdo.
14. Bem representativo
15. Muito Pertinente
16. Adequado
17. Faltou uma maior preocupação com os aspectos socioambientais das relações humanas, com as relações que os indivíduos estabelecem entre si e com o ambiente onde vivem
18. O título é atrativo. Uma proposta de educação ambiental que envolve a participação de todos como sujeitos protagonistas.
19. O título está de acordo ao texto apresentado.
20. Muito bom!!
21. Caminho/ Rota/ modelo pratico
22. Muito bom.
23. Maravilha de produção
24. Está bem objetivo
25. Bastante interessante, visto que fazemos parte de uma comunidade de pouco conhecimento sobre a preservação do meio ambiente.

26. Ótimo!
27. Claro, objetivo e conciso
28. Retrata com convicção o tema abordado
29. Guia ótimo, com informações bem definidas e precisas
30. Excelente trabalho!
31. Gostei
32. Ao ler o "guia", dei-me conta de que estava lendo "slides" de uma aula sobre "elaboração de projeto político-pedagógico" com alguns nexos com a educação ambiental.
33. É pertinente e necessário.
34. É pertinente pois trata o assunto como um Projeto de política educacional, pautado em elementos claros e objetivos definidos.
35. O guia define a forma mais coerente a ser seguida

2. Como você avalia a seção "Projeto Político Pedagógico (PPP)"?

43 respostas

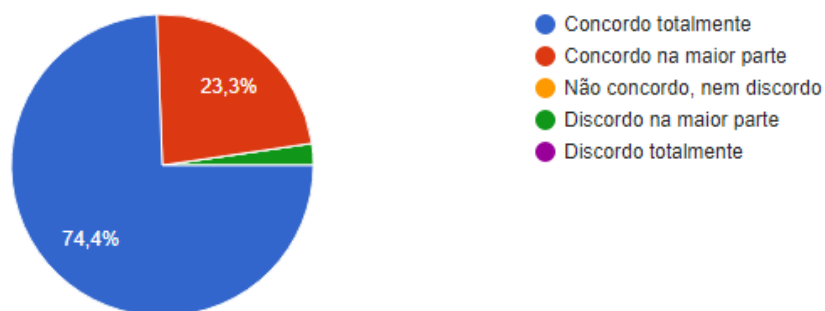


Figura 8: Percepção dos juízes a respeito da seção "Projeto político Pedagógico (PPP)" do guia

Quadro 10: Percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção "Projeto Político Pedagógico (PPP)"

1. Está de acordo com a realidade
2. Projetos tem que conter sempre a participação em um todo.
3. O abordagem é fluida e Pedagógica
4. Muito esclarecedora
5. Excelente e de grande importância

6. Muito importante
7. Na construção do PPP do Ensino Fundamental I, a fundamentação teórica e a Metodologia são partes que não utilizamos nesses termos, tive a impressão de tratar de um projeto. O PPP, ele contém todas as intenções da gestão escolar, dos professores e da comunidade, tem um diferencial que é mostrar a cara da instituição, ele é o Timão da escola
8. A seção de maneira objetiva contemplou o conceito de PPP
9. É interessante trazer essa introdução para quem for ler entender melhor.
10. O coração dos projetos escolares
11. Ótimo.
12. Conceitos bem desenvolvidos
13. O conceito de projeto não deveria ser referenciado?
14. E um excelente trabalho de conscientização dos estudantes.
15. Bem Prático e didático
16. Poderia ser mais específica.
17. Por se tratar de uma cartilha, poderia ser mais detalhado, mostrando como um instrumento onde constasse a proposta educacional da escola e o papel que cada um da comunidade escolar tem, bem como suas responsabilidades.
18. A participação de todos em conjunto para podermos atuar em prol de uma melhor qualidade de vida.
19. Cortaria o termo projeto, e deixaria apenas o que um PPP.
20. Poderia apresentar principais referências
21. Necessário para dar um norte ao trabalho escolar
22. Projeto bem elaborado e pontuações pertinentes
23. Muito interessante essa sessão pois comentar sobre o conceito e origem dos termos trabalhados sempre enriquece a escrita.
24. É uma possibilidade louvável. No entanto, deve deixar claro que há espaço para inserção de outros tipos de conhecimento.
25. Bom!
26. Importante tópico para entendermos a importância do PPP na vida escolar
27. O PPP está condizente e traduz a ideia central com afinco
28. O conteúdo foi bem organizado e norteia sem deixar ambiguidade para realização de um PPP. É um conteúdo de grande relevância
29. Excelente descrição!
30. Achei muito bem descrito

31. Pelo título da seção, espera-se uma definição de "Projeto político-pedagógico"; o que não foi feito. Nesta seção, poderia haver ilustrações de projetos político-pedagógicos, exemplos com trechos de projetos bem avaliados e mal avaliados. Afinal, está se propondo um guia prático.
32. Ferramenta de urgência na prática docente
33. Uma proposta bastante engajada e inclusiva.
34. Poderia acrescentar uma definição mais completa sobre o PPP
35. É um projeto de Inclusão, que envolve os sujeitos que compõe o processo pedagógico de forma ampla

3. Como você avalia a seção "Educação Ambiental Crítica" ?

43 respostas

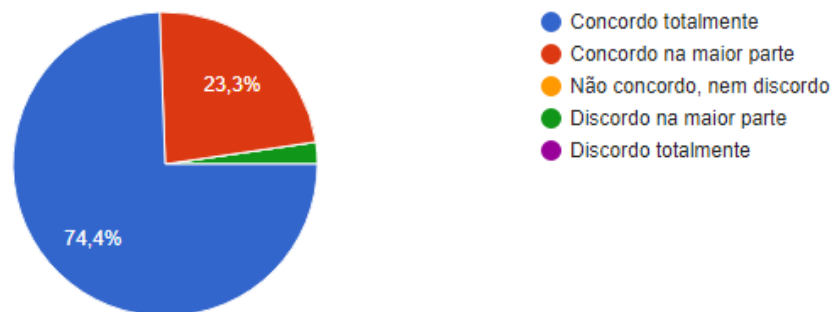


Figura 9: Percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção “Educação Ambiental Crítica” do guia

Quadro 11: Percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “Educação Ambiental Crítica”

1. É pertinente
2. A população tem que tomar ciência nos direcionamento sobre a educação ambiental.
3. O texto traz algumas reflexões incisivas e necessárias.
4. Necessária para diferenciar da educação ambiental tradicional!
5. Tema relevante
6. Relevante
7. A Educação Ambiental ela deve constar no espaço escolar como disciplina, ela necessita ser consciente e sustentável para formação cidadã, o senso crítico

precisa ser desenvolvido como um dos pilares da formação acadêmica sem distinção do nível de ensino.

8. O autor trouxe uma fundamentação teórica que contemple a corrente de EA crítica.
9. É necessário haver o questionamento para que a educação ambiental seja melhorada.
10. Conhecer criticamente o papel da educação ambiental faz se necessário a todo cidadão para agir com criticidade nas atitudes.
11. Adequado e necessário. Perfeito!
12. Ótima abordagem
13. Condizente com a perspectiva crítica da educação ambiental.
14. Excelente forma de ouvir outras opiniões
15. Reflexiva
16. Boa seção.
17. A EA Crítica no contexto de um PPP deve partir de um coletivo de pensamento que sugere a inserção de aspectos sociais, políticos, éticos, estéticos, econômicos e culturais no debate da temática ambiental
18. Importante a visão holística. Refletir, questionar, valorizar o ser, fazer, agir.
19. Que as escolas precisam rever suas formas de trabalhar Educação Ambiental, já estamos cientes, nesse caso a Educação Ambiental Crítica entra como esse papel fundamental para ampliar essas discussões, pois perpassa por caminhos que vão além de uma visão conservadora na qual as escolas estão acostumadas a trabalhar. No entanto, para que essa discussão possa acontecer de forma satisfatória é preciso que haja uma formação complementar para que os profissionais docentes possam compreender o que de fato é Educação Ambiental, e como dialogar com a temática, não basta querer mudar é preciso mostrar caminhos para que a mudança possa acontecer. Pois a apesar de se falar tanto em Educação Ambiental, pouco se faz, e não faz por falta de conhecimento, por falta de formação, formação essa que deveria ser obtida dentro dos espaços de formação/graduação e isso não ocorre. Com isso, acredito que apresentar medidas de diálogo e conhecimentos sobre o que de fato é EA crítica e como ela pode ser trabalhada dentro dos espaços educacionais de ensino seria um passo inicial fundamental para que essa EA possa de fato fazer a diferença e não cair na mesmice da EA conservadora e emancipadora.

20. Porém faltou ressaltar o protagonismo estudantil em articulação com entidades ambientais governamentais ou não; montar um núcleo permanente com eleições anuais e; compor articulação com a saúde e a sec obrigatoriamente pelo colégio.
21. Extremamente necessária.
22. De suma importância para o momento é para a educação pública
23. Ótimo
24. Ótimo!
25. Importante, nos leva a refletir sobre as importância de trabalhar questões socioambiental no âmbito escolar.
26. Bem sugestiva, seus princípios são uma temática atualíssima e abrangente.
27. E abrir Horizonte para novas possibilidades
28. O tema foi bem desenvolvido, ótima contribuição.
29. Gostei da abordagem
30. Um guia prático deve esforçar-se para ser o mais didático possível. Da maneira como a seção se apresenta, parece uma citação indireta de um livro teórico sobre educação ambiental crítica.
31. É pertinente e necessário para ampliar as discussões e servir de referência para formação de professores, que levarão a condução dessa proposta.
32. A escola tem a responsabilidade de abrir o debate quanto ao atual estágio da evolução humana, mostrando suas perspectivas e possíveis equívocos, definidores estes da manutenção da vida neste planeta Terra.
33. É uma modalidade de Educação, que não pratica só na Escola, más também em outros espaços, para uma melhor compreensão e abrangências dos sujeitos envolvidos

4. Como você avalia a seção "apresentação"?

43 respostas

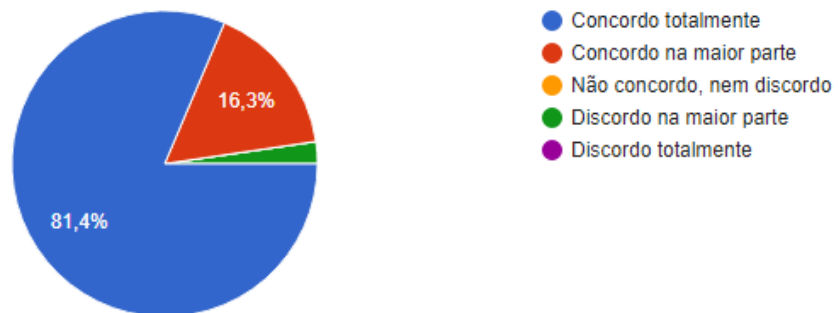


Figura 10: Percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção “Apresentação” do guia

Quadro 12: Percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “apresentação”

1. Boa
2. Muito boa
3. A apresentação é o processo no qual foi mostrado a sua impressão dentro do projeto.
4. A abordagem é coerente com a proposta
5. De fácil entendimento
6. Ótimo
7. Apresentação excelente
8. O autor de maneira condizente apresentou o público alvo do guia.
9. É muito bom salientar que o PPP deve ser feito com a participação inclusive da comunidade, pois normalmente as escolas fazem somente com professores, diretor e coordenador.
10. Abordagem participativa é fundamental para realização do projeto.
11. Condizente.
12. Concisa e objetiva
13. Sem ressalvas.
14. Poderia ser um pouco mais resumida
15. Sucinta
16. Explicativa.
17. Faltou aspectos visuais

18. Produto didático que irá auxiliar no entendimento, aplicação do PPP pautado na educação ambiental crítica.
19. Muito bom!!
20. Ressaltar mudanças
21. Magnífica
22. Poderia colocar exemplos de participação da comunidade onde a escola está inserida.
23. Bem explicativa.
24. Ótima!
25. Necessário pois deixa claro a importância da construção do ppp pautada na gestão escolar democrática
26. A apresentação traduz o com exatidão o processo do desenvolvimento do projeto.
27. Perfeito
28. Uma ótima apresentação
29. Atende os objetivos do material
30. Utilizou recursos multimodais. Excelente!
31. Estar clara para o leitor o objetivo do guia
32. Excelente!
33. Bem apresentado
34. O conteúdo é bastante genérico. Não só dessa seção, mas de todas.
35. Coerente.
36. Bem formulado e objetivo!
37. Situando a Educação como um instrumento de inclusão do indivíduo e desenvolvimento da sociedade como um todo, a proposta do Projeto Político Pedagógico (PPP) sugere aos gestores um caminho de "mão-dupla", com retroalimentação do processo (feedback), tendo a comunidade na condição de sujeito do processo, a partir da adoção do pensamento crítico.
38. A seção tem elementos necessários para a compreensão da origem do documento.
39. Está contemplado a proposta
40. Está explicativa, dentro do contexto
41. Acho que poderia melhorar

5. Como você avalia a seção "Dez passos básicos para a construção do PPP"?

43 respostas

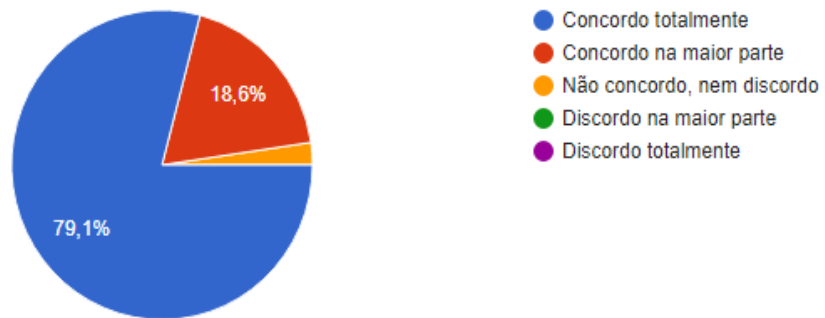


Figura 11: Percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção “Dez passos básicos para a construção do PPP” do guia

Quadro 13: Percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “Dez passos básicos para a construção do PPP”.

1. Ótimo
2. Uma abordagem compreensível, didática
3. Inicialmente com as abordagens de interação e construção de suma importância para sua construção. Num todo com excelência.
4. O texto tem caráter tutorial, o que torna a compreensão facilitada.
5. Objetivo!
6. Importante e necessária na construção do PPP
7. Verdade
8. Itens, estrutura ou passos, porque alguns passos a passos inclui reunir a comunidade para discussão na construção do PPP e como itens na questão de organização da estrutura, alguns termos poderiam ser incluídos ou excluídos.
9. São passos importantes para a elaboração de um PPP e de maneira profícua demonstra um material com conhecimento teórica condizente com as normas educacionais.
10. Muito bom, já mostrar quais são os pontos que serão abordados.
11. Achei bom.
12. Perfeito.
13. Bem estruturado e de fácil entendimento
14. Fazer uma reflexão sobre a palavra "redigido", acredito não ser necessária no contexto.

15. É mais um excelente ferramenta para construção de um trabalho de educação política nas escolas
16. Simples
17. Didática
18. Faltou aspectos visuais
19. Bem objetivo.
20. Não gosto do termo metodologia e cronograma... mas tudo bem!! Acho que soaria melhor medidas, ferramentas ou ações para essa construção...metodologia é muito particular de cada projeto...Acredito que passos fundamentais para essa construção caberia melhor ao invés de cronograma, que também é muito particular.
21. Melhor descrever
22. Ótima
23. Excelente pois esse passo a passo direciona muito bem o professor
24. Suscito.
25. Coeso e bem explicado
26. Todos os passos são fundamentais para construção de uma educação de qualidade.
27. Gostei da organização
28. Mostram-se as seções que compõem um PPP. Mas, além disso, é necessário defini-las, explicar suas funções, dar exemplos.
29. Traz os Marcos norteadores fundamentais
30. Satisfaz ao propósito do Projeto em foco.
31. Nós 10 passos o tópico 5 é descrito como objeto geral, já na cartilha o tópico 5 apresenta objetivos, geral e específico, sugiro que nos
32. É o básico para a formação de um projeto pedagógico

6. Como você avalia a seção "Identificação da Escola"?

43 respostas

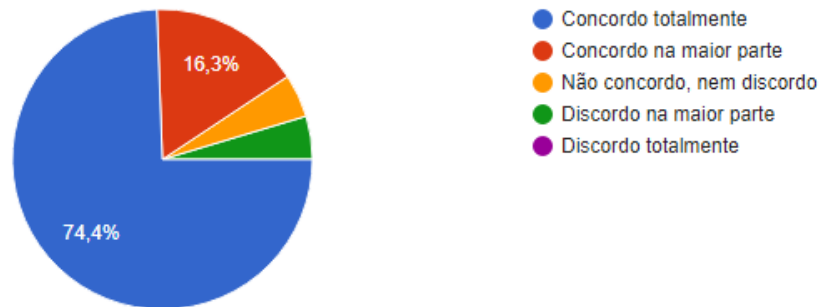


Figura 12: Percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção “Identificação da Escola” do guia

Quadro 14: Percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “Identificação da escola”

1. Boa
2. Ótimo
3. Bem esclarecido
4. A escola foi bem abordada, já que identifica o seu ambiente escolar e sua contribuição juntamente para com os alunos.
5. Faz referência com exatidão
6. Indispensável essa informação.
7. Ok
8. A identificação, inclui identidade, história e função social dessa instituição dentro da comunidade onde está inserida.
9. O autor apresenta de maneira coesa de que maneira os elementos textuais desta seção.
10. A identificação da escola não pode faltar.
11. Não acho tão necessário
12. Sugiro que dentro das possibilidades se possível incluir a localização geograficamente (referência geográfica). Talvez se possível criar um tópico com "características ambientais da escola" (identificação do espaço), como: área, pluviosidade, clima...
13. Conteúdo necessário
14. Sem comentários.

15. Muito bom mostra as escolas que estão participando do projeto de conscientização política
16. Objetiva
17. Faltou aspectos visuais
18. Bem prático para entendimento e posterior prática.
19. Está muito genérico, muito tradicional, é preciso mostrar que escola é essa, que aluno estuda nessa escola e o que essa escola espera e pretende fazer com esse aluno. Apenas mostrar o endereço da escola não caracteriza a escola, o que a escola tem de diferencial?
20. Contexto / perfil/ dinâmicas socioespacial
21. Muito bom.
22. Acredito que a identificação da escola está além do nome.
23. Bem coerente!
24. Ótimo!
25. Gostei
26. Um "slide" de aula.
27. Essencial.
28. Pertinente.
29. A escola é parte da convivência educacional

7. Como você avalia a seção "Missão e valores"?

43 respostas

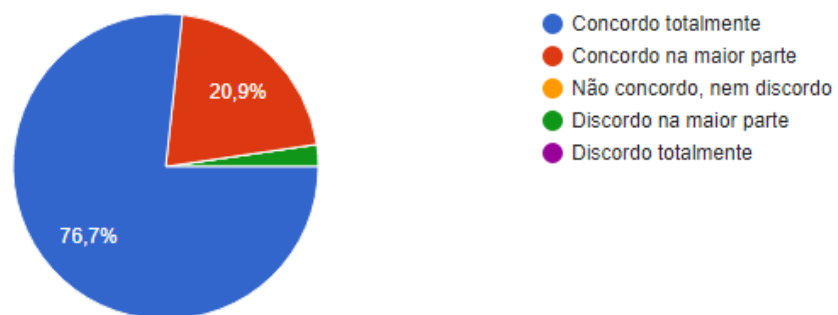


Figura 13: Percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção "Missão e Valores" do guia

Quadro 15: Percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “Missão e valores”

1. Ótimo
2. Tudo a ver com a prática pedagógica
3. Missão de inserir as pessoas e os valores como fonte de inspiração para todos que participam do processo.
4. Aborda a proposta com a necessidade relevância.
5. Excelente!
6. Qualidades que somam e enriquecem o PPP
7. Ok
8. Entendo que a missão e os valores dentro da concepção de educação e vida em sociedade, devem unir-se no ideal de sustentabilidade ambiental.
9. O autor apresenta de maneira coesa essa seção.
10. É importante para saber o objetivo que deve ser alcançado.
11. Conhecer de suma importância
12. Adequado.
13. Considero ser bastante desejável durante a execução das atividades escolares que a comunidade escolar, incluindo a comunidade externa, mantenha em perspectiva a missão e os valores para o alcance e contínuo aprimoramento dos processos.
14. Sem comentários
15. Como um trabalho de valorização do conhecimento na política transmitido para os jovens
16. É condizente com as necessidades local
17. Adequada
18. Faltou a coletividade na construção dos valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente
19. Considera os valores éticos e morais presente na comunidade.
20. Muito Bom!!
21. Apresentar os valores mais relevantes e quanto a missão- como gostaria de ser vista apresentando principais intenções/ prospecção
22. Coerente
23. Muito bom para este guia pois em um PPP é muito importante todos os colaboradores terem clareza da Missão e valores da escola em que estão inseridos.

24. Muito importante. Mas, é preciso destacar que alguns desses valores, devem ser ensinados pela família.
25. Muito bem colocado as explicações
26. Fundamental!
27. Correto nada a declarar
28. Muito genérico.
29. Fundamental para saber o que se oferecerá e como oferecerá
30. Creio que deve situar a comunidade no cenário do processo em cursos das forças produtivas e implicações para o desenvolvimento como um todo.
31. Uma complementa a outra

8. Como você avalia a seção "Justificativa"?

42 respostas

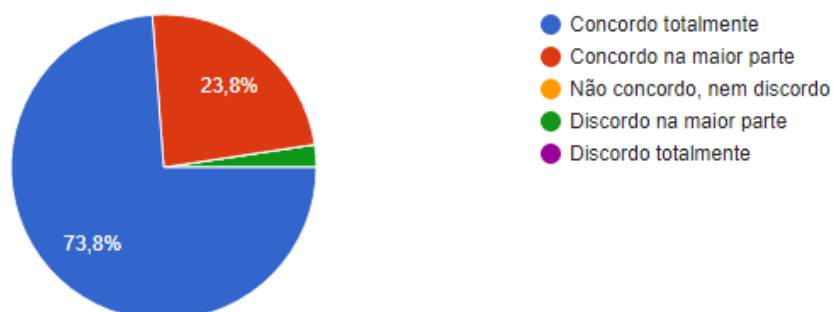


Figura 14: Percentual de concordância e discordância dos juizes a respeito da seção "Justificativa" do guia

Quadro 16: Percepções, sugestões e observações dos juizes a respeito da seção "Justificativa"

1. Boa
2. A justificativa tem uma base sólida, nas impressões de cada tópico discorrido.
3. O texto é claro e coerente
4. Boa!
5. Importante na construção do PPP
6. Ok
7. É um item que não circula em alguns PPP.

8. A justificativa se encontra condizente com a proposta do guia
9. Deve ter pois traz explicando o porquê de falar de educação ambiental.
10. Trabalhar na formação do cidadão considero essencial.
11. Ótimo!
12. Tópico bem desenvolvido e estruturado
13. Observar a palavra consideração e o restante do parágrafo. Nesse parágrafo a colocação das palavras não está ajudado no fluir da leitura.
14. Esse projeto deveria ser obrigatório em todas escolas
15. Está bem embasada
16. Pertinente
17. Faltou aspectos visuais
18. Importante, pois a educação ambiental crítica abrange as várias facetas da sociedade.
19. ... de um futuro menos degradado e MAIS justos. Porque justo nunca será. População venerável entra em desigualdade social.
20. Condição relevante
21. Norteadora
22. Muito pertinente
23. Poderia colocar na lista também o empreendedorismo ecológico
24. Bem direta.
25. Ótimo
26. Traz com a exatidão a explicação sobre o que se propõe.
27. Bacana!
28. Achei pertinente
29. Não define o que é justificativa, não explica qual é a sua função no PPP, não dá exemplos, não traz ilustrações de PPP bem-sucedidos. A seção, assim como as demais, está bastante genérica.
30. Prova a relevância e importância da proposta
31. Só não entendi o que diz respeito a "um futuro menos degradado", porquanto - na minha opinião - não é o futuro mas o espaço-ambiente em que vivemos e as relações humanas, fruto do estágio das forças produtivas neste período e no porvir que são/serão definidoras das condições de vida no planeta Terra.
32. Pode ser acrescentado a importância do ensino da educação ambiental, para a localidade em que a escola está inserida, pois essa discussão em sala de aula consegue promover também a sensibilização dos alunos e famílias
33. É a afirmação do texto

9. Como você avalia a seção "Caracterização da comunidade"?

43 respostas

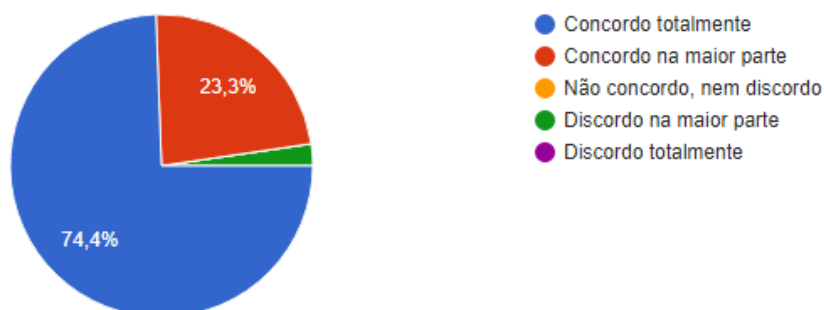


Figura 15: percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção “Caracterização da Comunidade” do guia

Quadro 17: Percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “Caracterização da comunidade”

1. Ótimo
2. Boa
3. A base do projeto é introduzida com as característica local, assim cada comunidade tem seus pontos e características específicas, no qual foi bem abordado no projeto.
4. Descreve com exatidão
5. Necessária porque a escola deve promover as transformações a partir da própria realidade!
6. No documento PPP, tem que ter a participação da comunidade da qual a escola está inserida.
7. A comunidade é caracterizada conforme o público que frequenta a escola, a questão ambiental tem que ser proposta e assumida pelos gestores e professores na tentativa de que a mesma seja resinificada e valorizada dentro do espaço escolar.
8. O autor menciona de maneira coerente com dicas importante de como caracterizar a comunidade no PPP
9. A caracterização vai trazer pontos importantes para o PPP para um melhor funcionamento da escola.
10. Importante conhecer a comunidade que vai trabalhar
11. Perfeita!
12. Etapa fundamental para as construção e execução contextualizadas do PPP

13. Sem comentários
14. É fundamental para a gente identificar o perfil do público alvo
15. Seria interessante propor algumas ferramentas de diagnóstico rápido participativo. Algo que desperte a comunidade a se enxergarem e tomarem decisões independente de apoio
16. Clara
17. Uma educação que se fundamenta na busca pela construção de territórios múltiplos para o ensino-aprendizagem, espaços para o exercício da cidadania
18. São aspectos que irão ajudar a conhecer a comunidade local.
19. Muito boa, porém esta repetitivo, seja mais direto.
20. Aprofundar
21. Totalmente necessário.
22. De extrema importância
23. Muito bom pois os alunos tem que gerar mudanças positivas em suas comunidades e realmente os ensinamentos na escola tem que estar alinhado com a realidade deles.
24. Muito importante.
25. Traz no seu corpo escrito o retrato fiel.
26. Excelente!
27. Bem caracterizado
28. Como fazer "levantamento"? Como saber a "renda per capita" da população? Como "caracterizar"? Um guia prático deve definir, explicar objetivos de cada procedimento, dar exemplos, ilustrar.
29. Sem essa etapa, não tem como identificar os problemas e estabelecer metas
30. Incluir o nível de participação social nos processos decisórios da comunidade como fator determinante na evolução do pensamento crítico.
31. Acho o primeiro passo.

10. Como você avalia a seção "Objetivos"?

43 respostas

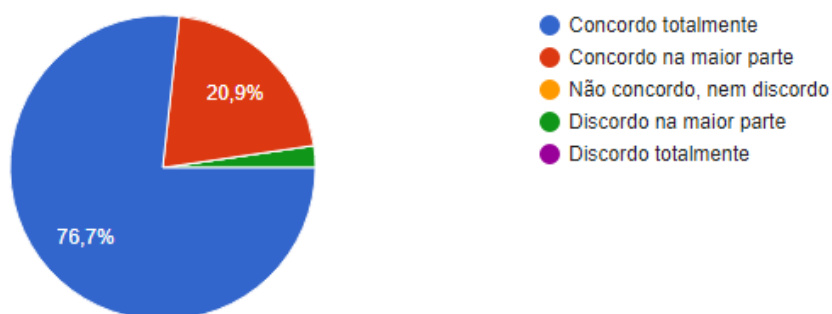


Figura 16: Percentual de concordância e discordância dos juizes a respeito da seção “objetivos” do guia.

Quadro 18: Percepções, sugestões e observações dos juizes a respeito da seção “Objetivos”

1. Ótimo
2. Ótimos
3. Os objetivos estão bem colocados e impulsionam o entendimento de cada ponto colocado.
4. Condizentes com a proposta
5. Muito bom!
6. No PPP tem que ter os objetivos que nortearão as demais atividades acadêmicas.
7. De acordo com a proposta da educação ambiental
8. Os objetivos estão bem articulados.
9. Não tem como o PPP não ter objetivos, já que algumas almejam alcançar metas.
10. Bem elencado
11. Satisfatório.
12. Considero muito bom e importante
13. Sem comentários
14. Deve ser traçado os objetivos após a identificação desse público-alvo a ser trabalhado
15. Fala da participação social. Muito importante
16. Fundamentação
17. Acho interessante quando considera como sujeitos todos os relacionados diretamente ou indiretamente.
18. Gostei
19. Assertividade maior

20. Coerente
21. Muito pertinente
22. Muito bom, nada a acrescentar!
23. Ótimos.
24. Importante, pois traz à tona ações que serão realizadas com a realização do PPP
25. Coerente e coesa
26. Bem definidos
27. Atende a proposta do material
28. Seção dos objetivos está bem claro
29. Estão claros para o leitor
30. Fundamentais e de muita responsabilidade.
31. Bom
32. O conteúdo dos comentários às questões anteriores se aplica também a esta questão.
33. Fundamental pois é como se busca solucionar os problemas identificados na comunidade
34. Condiz com o tema.
35. Não entendi quando se refere às "discussões críticas do 'ambiente'". Especificar qual ambiente.
36. A seção tem elementos necessários para a compreensão dos objetivos.
37. Pode acrescentar também a importância do objeto geral
38. É determinante no processo de análise
39. São condizentes

11. Como você avalia a seção "Ações para a inserção da Educação Ambiental Crítica"?

43 respostas

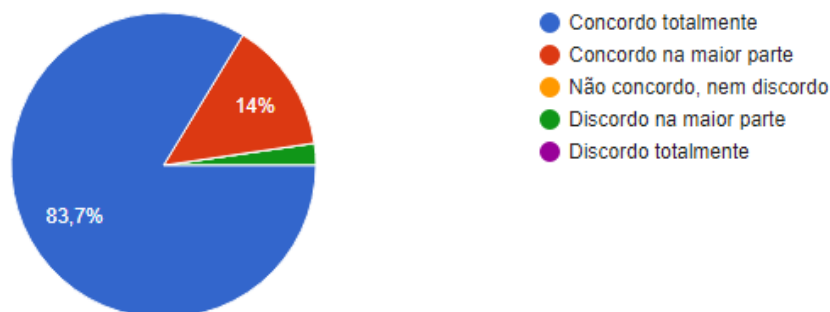


Figura 17: Percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção “Ações para a inserção da Educação Ambiental Crítica” do guia

Quadro 19: Percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “Ações para a inserção da Educação Ambiental Crítica”

1. Ótimo
2. Bem significativa
3. Estão bem abordadas
4. Pertinentes e exequíveis
5. Boa
6. Precisa ter as ações concretas no estudo relacionado à Educação Ambiental.
7. Excelente
8. Muito boa, daí dá pra se visualizar a definição do público -alvo.
9. O autor apresentou propostas interessantes de uma EA que valorize a inserção do estudantes na pauta Ambiental evidenciando uma proposta de protagonismo juvenil.
10. É preciso falar de educação ambiental em todos os âmbitos, principalmente no âmbito escolar.
11. Fundamental
12. Como sugestão: Se existir possibilidade incluir tópico que trate de "projetos/trabalhos que façam uso racional da água". Em meio a escassez desse recurso e mudanças climáticas é interessante algo relacionado. Pode ser economia de água na escola, captação de água da chuva, irrigação eficiente, fossa séptica, reuso...
13. Parabéns pelas sugestões! Elas contemplam, se não toda, mas cobrem parte considerável das estratégias sócio educacionais para formação humana crítica em consonância com as subjetividades.

14. Sem comentários
15. É de extrema e necessidade para as universidades e escolas vai forçar aos estudantes ter um pensamento crítico em relação à política.
16. São Ações factíveis
17. EA Crítica deve ser abordada de forma transversal
18. Achei interessante, pois considera temas socioeconômicos e ambientais que estão interligados.
19. Muito bom!!
20. Maior assertividade
21. Muito bom.
22. Excelente!
23. Um momento bastante propicio, visto que, já estamos enfrentando as mudanças climáticas.
24. As ações estão muito bem colocadas, com certeza serão essenciais para a inserção.
25. Muito importante essa temática!
26. O conteúdo dos comentários às questões anteriores se aplica também a esta questão.
27. É relevante propor essas orientações para se obter a consolidação da proposta
28. Incluir a apropriação do conceitos de realidades local e territorial como apropriação do sentido de espaço e a reflexão quanto ao elemento geracional, como atributo de sujeitos históricos relevantes.
29. É fundamental para a percepção e conhecimento da comunidade

12. Como você avalia a seção "Fundamentação teórica"?

42 respostas

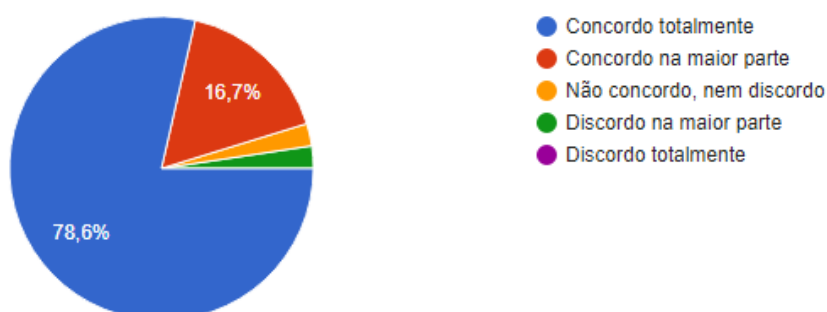


Figura 18: Percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção "Fundamentação teórica" do guia

Quadro 20: Percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “Fundamentação teórica”

1. Ótimo
2. Boa
3. Bem embasada
4. Texto robusto e bem fundamentado.
5. Esclarecedora
6. Concordo que no PPP deva haver a fundamentação teórica, embasamento para um PPP de qualidade.
7. Fundamentação teórica não aparece em todos os PPP.
8. Os teóricos estão condizentes.
9. É nela que entra os pensamentos filosóficos, e autores que falam sobre educação.
10. Vem estruturada
11. Adequada.
12. Bem apresentado
13. Sem comentários
14. Fundamental para começar os trabalhos mais não deve ficar só na teoria.
15. Orienta de forma bem sucinta como fazer
16. Pouco explicativa
17. Interessante, pois as pesquisas ampliam o nosso olhar sobre os problemas.
18. Isso mesmo!!
19. Principais referências apresentação
20. Importante
21. Bem embasada e com teóricos pontuais a questão
22. Para início, está ótimo.
23. Fundamentação teórica bem assertiva,
24. Excelente!
25. O conteúdo dos comentários às questões anteriores se aplica também a esta questão.
26. Outras experiências e referências são necessárias para balizar o trabalho
27. Bastante pertinente e salutar.
28. Pode acrescentar a necessidade de discutir sobre a educação ambiental na fundamentação teórica, para ficar claro a corrente teórica que a escola pretende seguir
29. É de suma importância da abrangência e análises do projeto

13. Como você avalia a seção "Metodologia e cronograma"?

43 respostas

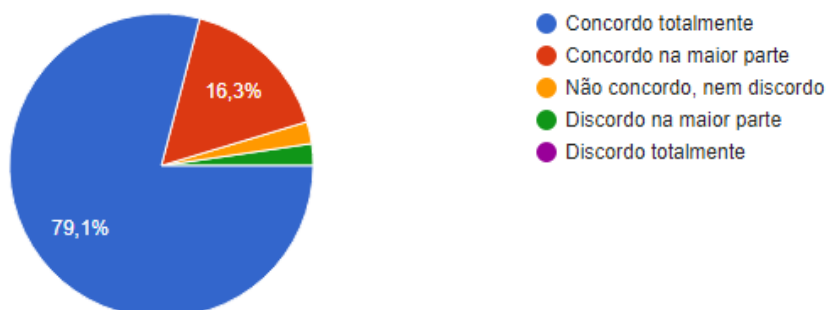


Figura 19: Percentual de concordância e discordância dos juizes a respeito da seção “Metodologia e cronograma” do guia

Quadro 21: Percepções, sugestões e observações dos juizes a respeito da seção “Metodologia e cronograma”

1. Ótimo
2. Bom
3. Com uma boa didática e com excelente formação e separações de tópicos.
4. Coerentes com a proposta
5. Muito bom!
6. Necessárias
7. Metodologia se refere a tendência pedagógica, adotada pelos professores e pela equipe escolar.
8. Estão de acordo com a proposta apresentada.
9. É imprescindível saber como acontecerá o desenvolvimento das questões escolares e quando irão acontecer.
10. Bem organizado
11. Adequada. Pode-se ir melhorando ao decorrer do tempo e das mudanças locais e globais.
12. Muito bem apresentado objetivamente. Corrigir a palavra formulação no segundo parágrafo.
13. Observar a palavra formulação
14. Tem que ser ajustado junto com os professores e alunos.

15. Concordo
16. Poderia ter citado exemplos de metodologias
17. A metodologia tem que estar adequado aos prazos.
18. Não concordo com termo metodologia e cronograma, como já dito anteriormente.
Trocaria os termos.
19. Apresentar as existentes
20. Essencial
21. Perfeito
22. Ambos estão colocando de forma que o planejado seja aplicado de forma coerente.
23. Excelente!
24. O conteúdo dos comentários às questões anteriores se aplica também a esta questão.
25. É necessário ter clara cada etapa a ser executada
26. Pertinente.
27. Pode ser acrescentado como o ensino da educação ambiental pode ser inseridos nas metodologias desenvolvidas nas escolas
28. É a maneira eficaz de organização a implementar as tarefas no desenvolvimento do projeto

14. Como você avalia a seção "Avaliação"?

43 respostas

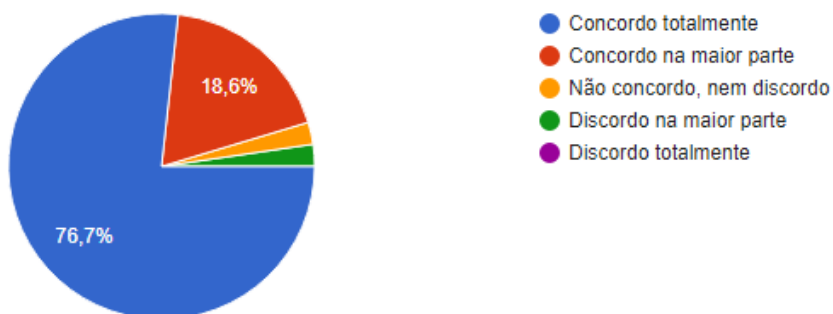


Figura 20: Percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção "Avaliação" do guia

Quadro 22: Percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção “Avaliação”

1. Ok
2. Ótimo
3. Importante
4. Com modelos simples de elaboração e moderno nas estruturas.
5. Coerente e propositiva
6. Objetiva
7. Indispensável
8. Dentro do PPP ela é a avaliação do PPP, e a forma como os professores avaliam os alunos.
9. A avaliação se encontra condizente com os princípios que regem o ensino da educação nacional.
10. Acredito que seja uma das partes mais importantes, pois com ela é possível perceber o que tem de continuar sendo feito ou o que deve ser modificado.
11. Fundamental
12. Adequada.
13. Básico
14. Sem comentários
15. Muito bom, mas precisa ser feito junto com trabalho realizado na prática
16. É importante salientar que um dos objetivos da avaliação é fortalecer o que está dando certo e redirecionar o que não deu.
17. Faltaram mais ilustrações e mais detalhamento
18. Adequado.
19. Bom!!
20. Balizadora
21. Bem colocada, desta forma fica bem mais fácil colher os resultados do proposto.
22. Excelente!
23. O conteúdo dos comentários às questões anteriores se aplica também a esta questão.
24. É crucial para saber como os aspectos quali-quantitativo foram consolidados
25. Nada complementar.
26. Acha que a Avaliação deve ser recíproca e continua

15. Como você avalia a seção "Referências"?

43 respostas

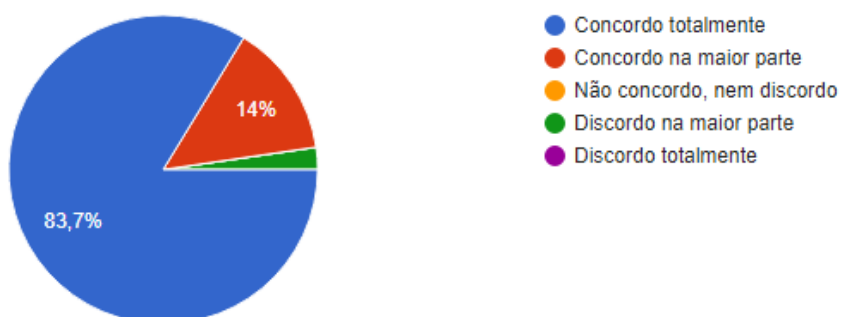


Figura 21: Percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da seção "Referências" do guia

Quadro 23: Percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da seção "Referências"

1. Boa
2. Ótimo
3. Com perfil de relevante contundência e validação.
4. Excelente bibliografia
5. Indispensável e que enriquece o PPP
6. Ok
7. Autores que fundamentam toda escrita do Projeto Político Pedagógico.
8. Referências estou de acordo
9. Traz a bibliografia dos autores pesquisados.
10. Dentro das proposta
11. Condizente.
12. Bem pontuado
13. Sem comentários
14. É o ponto de partida
15. Concordo
16. Faltam mais ilustrações e detalhamento
17. De acordo.
18. É isso mesmo!!
19. Apresentar

20. Fundamental
21. As referências com certeza foram as melhores a serem utilizadas para o bom desenvolvimento do processo proposto.
22. Boas referências!
23. O conteúdo dos comentários às questões anteriores se aplica também a esta questão.
24. Fundamental para se orientar nas discussões
25. Nada a acrescentar.
26. É a fonte das informações

16. Como você avalia a linguagem adotada no guia?

43 respostas

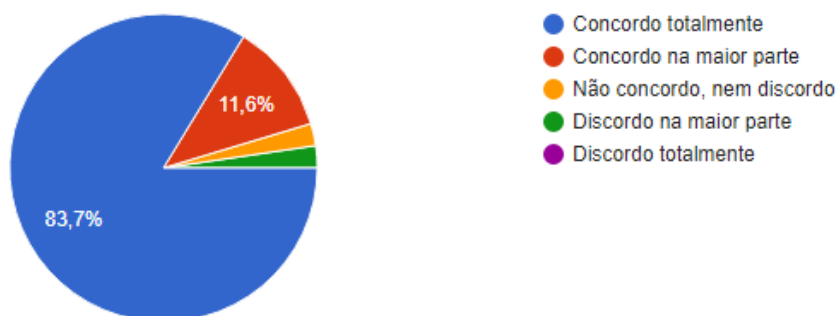


Figura 22: Percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da linguagem adotada no guia

Quadro 24: Percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito linguagem adotada no guia

1. Ótimo
2. Acessível
3. Formal e de fácil leitura.
4. Adequada e em consonância com a norma culta
5. Clara e objetiva
6. Linguagem de compreensão acessível a todos
7. Linguagem coerente com o público.

8. Achei a linguagem simples e objetiva.
9. Fácil acesso
10. Excelente.
11. Linguagem clara e assertiva.
12. Acessível a todos.
13. Quanto mais simples melhor
14. Excelente
15. A linguagem deveria transmitir informações de maneira simples, objetiva e inclusiva
16. Linguagem bem didática.
17. Simples de entender!!
18. Ok
19. Boa
20. Sucinta, porém coesa e coerente
21. Clara! Ótima!
22. O conteúdo dos comentários às questões anteriores se aplica também a esta questão. Além disso, devo observar que há erros ortográficos, erros de digitação e que a linguagem adotada é, marcadamente, acadêmica.
23. Precisa ser objetiva e clara.
24. A comunicação fluiu de maneira bastante agradável.
25. Acessível

17. O guia está ajustado para o público-alvo?

43 respostas

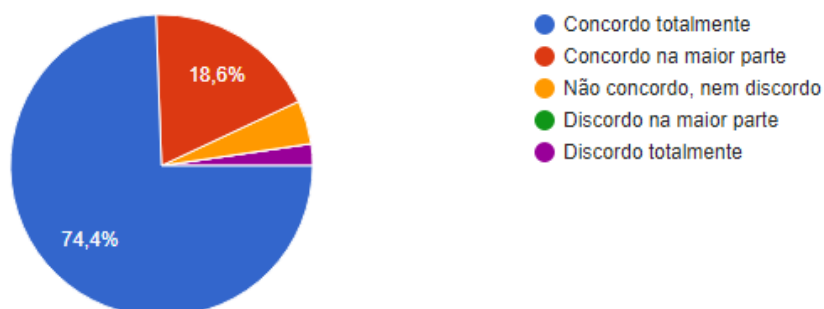


Figura 23: Percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito do ajuste do guia ao seu público-alvo

Quadro 25: Percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito do ajuste do guia ao seu público-alvo

1. Ótimo
2. Importante
3. O público pode ser atingido da forma que foi colocado para todos os públicos.
4. Adequado
5. Apropriadamente
6. Sim
7. Ok
8. Não consegui captar qual seria o público-alvo
9. Sim.
10. Ficou de fácil entendimento.
11. Fácil compreensão
12. Perfeito!
13. Considero que o guia contempla muito bem o conteúdo.
14. Sem comentários.
15. Eu acho que a linguagem tem que ficar mais simples e se adaptada para cada região
16. Colocaria mais imagens: fotos organogramas
17. Faltou uma linguagem e abordagem de ok maneira simples, objetiva e inclusiva
18. Também é importante que o aluno tenha um conhecimento do que é o PPP, assim como a comunidade.
19. Concordo!!
20. Mais especificamente
21. Pontual
22. Sim, com certeza o público alvo vai ser alcançado de forma satisfatória.
23. Bem criativo
24. Excelente!
25. O público-alvo não foi definido. Qual é a imagem que se tem do público-alvo? Essa imagem determina a linguagem adotada no guia.
26. São sujeitos fundamentais na execução da proposta pedagógica
27. Sim.
28. Achei coerente no contexto

18. Como você avalia a **aplicabilidade** desse guia?

43 respostas

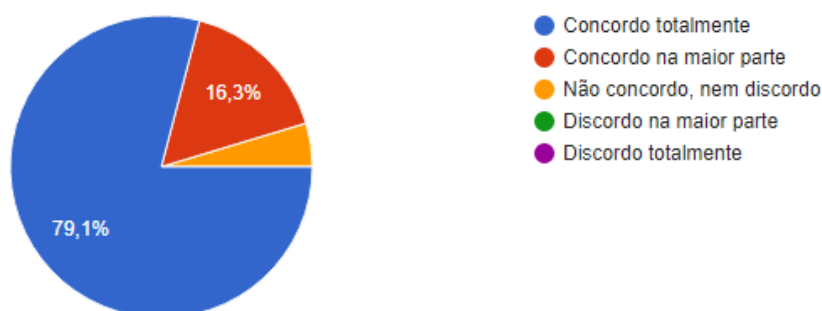


Figura 24: Percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito da aplicabilidade do guia

Quadro 26: Percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito da aplicabilidade

1. Ótimo
2. Importante
3. Pode ser aplicado para o corpo escolar em um todo e dentro das comunidades.
4. Totalmente exequível
5. Será de grande importância para auxiliar as escolas nessa nobre tarefa de oferecer uma formação pautada na sustentabilidade
6. Tranquila e de fácil compreensão.
7. Boa
8. O material produzido tem uma aplicabilidade que poderá contribuir para a condução da elabora e (re) elaboração de PPPs.
9. Necessária.
10. Essencial
11. Pode ser multiplicado de forma física e virtual, em murais e redes sociais. Assim como, tornar rotina nos trabalhos acadêmicos dos alunos e gestores.
12. O guia é funcional e aplicável de modo prático e exequível
13. É um guia importante, com uma proposta inovadora. Sua popularização irá contribuir para efetivação de práticas mais efetivas de educação ambiental na escola.
14. É mais um excelente ferramenta de formação de opinião pública sobre a política
15. Bem orientadora e fácil de aplicar
16. Melhore seu design com elementos visuais para que haja entendimento na aplicabilidade
17. Contribuirá para o trabalho pedagógico.

18. Essencial!!
19. Faltam especificidades
20. Bom
21. Bem aplicado, com certeza os resultados serão bem satisfatórios
22. Bem elaborado
23. Perfeita!
24. O guia está muito genérico. Então, não sei qual é a sua aplicabilidade de fato.
25. Necessário
26. Considero que a aplicabilidade é possível desde que as condições de governança estejam satisfatórias, com ambiente de cultura democrática e busca do bem comum em níveis elevados entre os envolvidos.
27. Ótimo

19. Como você avalia o design/aparência do guia?

43 respostas

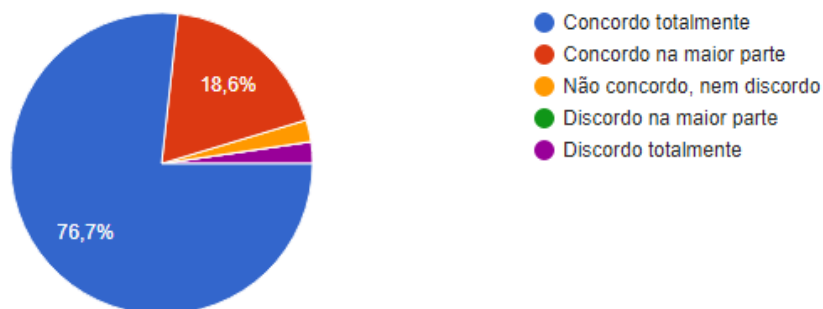


Figura 25: Percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito do design/aparência do guia

Quadro 27: Percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito do design/aparência do guia

1. Ótimo
2. Excelente
3. Criativo
4. Bem elaborado
5. Produz o interesse pretendido
6. Muito bom
7. O design se encontrar de maneira coesa com a proposta
8. Bem bonito.

9. Organizado
10. Boa aparência
11. Eu gostei do layout no primeiro momento, o azul chamou minha atenção, mas no decorrer da leitura me senti cansada por causa do contraste branco e azul. Se é um instrumento digital, precisa analisar uma forma de deixar a leitura mais suave, menos cansativa.
12. Deve ser ajustado para cada escola e região
13. Seria bom colocar mais fotos ou figuras na metodologia por exemplo
14. Faltou a comunicação visual
15. Atraente.
16. O design não remeteu a imagem de educação ambiental
17. Muito Bom!!
18. Mais mapas mentais
19. Bom
20. Muito bom. Aliado ao corpo escrito com será exitoso.
21. Perfeito
22. Excelente!
23. Parecem "slides" de uma aula. Na verdade, são; apesar de estarem sendo chamados de guia.
24. Boa
25. Bastante peculiar e comunicativo.

20. Como você avalia o conteúdo do guia?

43 respostas

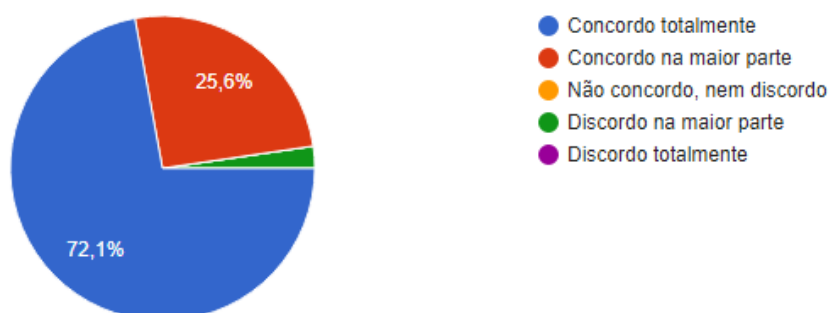


Figura 25: Percentual de concordância e discordância dos juízes a respeito do conteúdo presente no guia

Quadro 28: Percepções, sugestões e observações dos juízes a respeito do conteúdo do guia

1. Ótimo
2. Importante
3. Bom
4. Com uma expressividade de grande relevância.
5. Muito relevante
6. De grande utilidade!
7. Excelente
8. Necessita definir o público-alvo.
9. O autor apresentou de maneira prática passos importantes de orientação para elaboração e (re) elaboração do PPP .
10. O conteúdo é muito bom, prático e de fácil entendimento.
11. Espetacular!
12. Bom conteúdo
13. Uma abordagem necessária.
14. Bem atualizado podendo ser ajustado para cada região
15. Aplicação fácil
16. O guia está bem organizado e apresenta o passo a passo para a elaboração de um PPP.
17. Conteúdo bom, porém falta linguagem visual inclusiva
18. Está claro, irá facilitar a implantação do PPP.
19. Muito relevante e essencial para os espaços de educação.
20. Aprofundar
21. O conteúdo do guia está bem direcionado para o que se propõe e com certeza vai ajudar professores e coordenadores para uma melhor elaboração do PPP ambiental, sugiro que seja adicionado o item empreendedorismo ecológico e meus parabéns!
22. O conteúdo trabalhado no guia é bem atual e importante para os dias de hj, principalmente pela temática crucial a humanidade.
23. Excelente!
24. O conteúdo dos comentários às questões anteriores se aplica também a esta questão.
25. Relevante
26. Promissor.

27. Explicativo e acessível

Quadro 29: Avaliação geral dos juízes a respeito do guia

1. Muito interessante
2. Já elenquei nas respostas cada ponto sobre o guia, acredito que será importante para somar nas políticas ambientais das comunidades e escolar.
3. Coerente, necessário e exequível.
4. Prático, objetivo e necessário!
5. Gostei, de fácil compreensão e muito importante para o ambiente escolar,
6. Ajudará no processo ensino aprendizagem.
7. Excelente
8. Precisa ser definido alguns termos são para Projetos e outros para o Projeto Político Pedagógico.
9. O guia servirá como instrumento de estudo para facilitar a elaboração e (re) elaboração dos PPP, sendo um material prático de orientação que poderá servir de suporte em encontros pedagógicos e oficinas que tratem do tema abordado.
10. Excelente, acredito que vá ajudar bastante a comunidade escolar.
11. Bem elaborado e adequado sendo essencial a aplicabilidade nas escolas.
12. A ideia deste material é espetacular, fácil entendimento, prático e objetivo. Espero e desejo muito que seja difundido amplamente em escolas dos municípios e no IF Baiano.
13. Considero o referido guia um material de contribuição relevante para a educação ambiental na formação dos sujeitos atuantes na sociedade contemporânea.
14. Eu gostei do guia e acredito que ele é um instrumento muito importante para a educação. A Educação ambiental precisa estar inclusa no PPP e já dando sinais do que precisa ser trabalhado e da forma com trabalhar.
15. É um excelente ferramenta de trabalho para as escolas onde vai ajudar os professores a construir um perfil mais realista sobre o ponto de vista da política em nosso país.
16. Parabéns. Boa iniciativa
17. O guia parece atender à sua proposta.
18. Poderia utilizar uma linguagem híbrida ou mista, que é a associação das maneiras de comunicar verbal e não verbal. As histórias em quadrinhos são bons exemplos,

pois são compostos de escrita e imagens. Creio que também poderiam incluir diversidade nas imagens, tanto de raça quanto gênero e PCDs , além de ter um formato para pessoas surdas e cegas .

19. É um instrumento facilitador e esclarecedor sobre a temática.
20. Sobre Apresentação: Todo PPP deve ser construído de forma participativa, não só o dotado dos princípios da EA. Identificação: falta acrescentar- Cursos ou séries, número de alunos, professores e especialidades, quantidade de funcionários, gestão, vice e coordenação. Nos dez passos, pós avaliação é necessário colocar atualização. O PPP deve ser atualizado anualmente ou por semestre, depende da instituição. A justificativa está muito boa, importante ter citado as habilidades e competências. Na caracterização, é muito importante incluir a formação do professor. Como o professor vai trabalhar educação ambiental crítica se não tem formação sobre o tema?
21. Tem tudo para dar certo e ser um sucesso!!!
22. Muito bom
23. Coerente
24. Ótimo
25. O Guia vai ser de grande valia para as escolas e todo corpo docente.
26. Ótima, apesar de que é necessário ouvir a comunidade escolar, com seus olhares diferenciados.
27. Excelente!
28. Importante guia, visa trazer as questões socioambiental para construção do PPP e comunidade escolar não deixando de focar em todos os passos para a construção de um PPP em uma gestão escolar democrática.
29. Bem perceptível no guia a preocupação com a temática e o alerta para a sociedade.
30. Sensacional
31. Ótimo. De fácil acesso às informações
32. Material muito bom
33. Grande contribuição e é um conteúdo essencial, pois sou um deles que já precisei de um Gui como este
34. É uma posposta boa e bem esclarecida trazendo detalhes educacional importante diante da percepção ambiental.
35. Adorei, conteúdo muito bem abordado.
36. Gostei, excelente guia

37. Não é um guia prático. Sugiro que estude o que é um guia prático, que consulte guias práticos de áreas diferentes. Isso ajudará a ter uma noção do que seja um guia prático.
38. Não consegui ver as metas
39. Bem escrito, os objetivos atenderam ao tema proposto, produto bem elaborado.
40. Um trabalho bastante sugestivo, digno de respeito e apreço.
41. Os PPPs são documentos fundamentais para para a formação dos nossos estudantes. Produtos educacionais que visem orientar a construção de tais documentos para garantir que a educação ambiental crítica esteja presente nele são necessários.
42. Bem prático, com linguagem acessível, no entanto com a inserção das sugestões, pode ficar mais completo.
43. Guia é o norteamento do projeto
44. Eu acho que poderia melhorar

Verifica-se no Quadro 30 a porcentagem de concordância da avaliação dos juízes referentes ao guia proposto. Cada item avaliado passou pelo cálculo de porcentagem de concordância demonstrando os seguintes valores:

Quadro 30: Porcentagem de Concordância (%)

Item avaliado	Nº de concordância	Número total de respostas	Porcentagem de validação %
1. O título do guia está condizente com o conteúdo abordado?	41	43	95
2. Como você avalia a seção "Projeto Político Pedagógico (PPP)"?	42	43	97
3. Como você avalia a seção "Educação Ambiental Crítica"?	42	43	97
4. Como você avalia a seção "apresentação"?	42	43	97
5. Como você avalia a seção "Dez passos básicos para a construção do PPP"?	42	43	97
6. Como você avalia a seção "Identificação da Escola"?	39	43	90
7. Como você avalia a seção "Missão e valores"?	42	43	97
8. Como você avalia a seção "Justificativa"?	41	43	95
9. Como você avalia a seção "Caracterização da comunidade"?	42	43	97
10. Como você avalia a seção "Objetivos"?	42	43	97
11. Como você avalia a seção "Ações para a inserção da Educação Ambiental Crítica"?	42	43	97
12. Como você avalia a seção "Fundamentação teórica"?	42	43	97
13. Como você avalia a seção "Metodologia e cronograma"?	41	43	95
14. Como você avalia a seção "Avaliação"?	41	43	95
15. Como você avalia a seção "Referências"?	42	43	97
16. Como você avalia a linguagem adotada no guia?	41	43	95
17. O guia está ajustado para o público-alvo?	40	43	93
18. Como você avalia a aplicabilidade desse guia?	41	43	97
19. Como você avalia o design/aparência do guia?	41	43	95
20. Como você avalia o conteúdo do guia?	42	43	97

Verifica-se ainda no Quadro 30 que o percentual de concordância variou de 90 a 97% o que significa que o guia apresentou valores satisfatórios de porcentagem de concordância, corroborando com os valores descritos por Barbosa et al. (2020), que criaram um guia didático para o auto cuidado de puérperas, os autores alcançaram valores em torno de 94,75%. Os resultados também concordam com Rodrigues et al. (2021), que produziram um guia educativo para a saúde das mulheres, esse apresentou nível de concordância de 95,4%. No trabalho de Alves et al. (2023), a porcentagem de validação de cartilha digital voltada para práticas sustentáveis que favorecem ações promotoras de saúde para adolescentes foi de 95%. Diante desse resultado, o guia didático caracterizado como o produto dessa pesquisa foi validado.

PRODUTO ENVIADO PARA A VALIDAÇÃO



INSTITUTO FEDERAL
Baiano
Campus Serrinha



Mestrado Profissional em Ciências Ambientais

GUIA PRÁTICO:

ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PAUTADO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

SERRINHA-BAHIA, 2023



SUMÁRIO



1. Projeto Político Pedagógico (PPP).....	03
2. Educação Ambiental Crítica.....	04
3. Apresentação.....	05
4. Dez passos básicos para a construção do PPP.....	06
5. Identificação da escola.....	07
6. Missão e valores.....	08
7. Justificativa.....	09
8. Caracterização da comunidade.....	10
9. Objetivos.....	11
10. Ações para a inserção da Educação Ambiental Crítica.....	12
11. Fundamentação teórica.....	13
12. Metodologia e Cronograma.....	14
13. Avaliação.....	15
14. Referências.....	16

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

O termo projeto vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante, plano, intento, desígnio. O Projeto Político Pedagógico (PPP) busca definir as diversas ações que a escola almeja dentro do processo de ensino e aprendizagem. A construção do Projeto Político Pedagógico deve ocorrer de forma conjunta, incluindo a direção da escola, professores, profissionais de apoio, alunos, pais e agentes da comunidade.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

A Educação Ambiental crítica vai contra as visões conservadoras já conhecidas, ela sugere que se busque questionar a base dos problemas socioambientais, ao invés de apenas procurar compensações, devemos fazer uma Educação Ambiental diferente, aquela que valorize o ser, a que enxergue nas pessoas o problema e a resolução do mesmo, por isso é de extrema necessidade a atuação crítica na escola. O indivíduo deve conhecer sobre as suas responsabilidades e a própria atuação dentro de um macro e micro ecossistema político social. Ou seja, a escola não deve se limitar ao ensino da resolução do problema, trabalhando com temas tradicionais e frios, por exemplo: lixo, poluição ou as diversas técnicas sustentáveis. Ela deve, atrelado a esses temas, atuar de forma mais ampla, trazendo uma problematização, perpassando pelas diversas causas que levaram a criação desses problemas. Nesse sentido, é necessário que as escolas desenvolvam em sua comunidade o pensamento crítico reflexivo, mostrar aos indivíduos que o que desencadeia toda a crise ambiental são, na verdade, problemáticas de ordem política, econômica, cultural e social (SUAVÉ, 2005; LAYRARGUES, 2014).

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. *Ambiente & sociedade*, v. 17, p. 23-40, 2014.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. *Educação ambiental: pesquisa e desafios*, p. 17-44, 2005.

APRESENTAÇÃO

Para que o PPP seja dotado dos princípios da educação ambiental ele deve ser construído de forma abrangente e participativa, sendo necessário que as escolas desenvolvam junto com a comunidade projetos e atividades relacionadas ao pensamento ambiental crítico e reflexivo.

Esse guia se caracteriza como produto de uma pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional de Ciências Ambientais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano campus Serrinha, e tem por objetivo orientar gestores educacionais, professores e coordenadores pedagógicos na construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP) pautado na Educação Ambiental crítica.

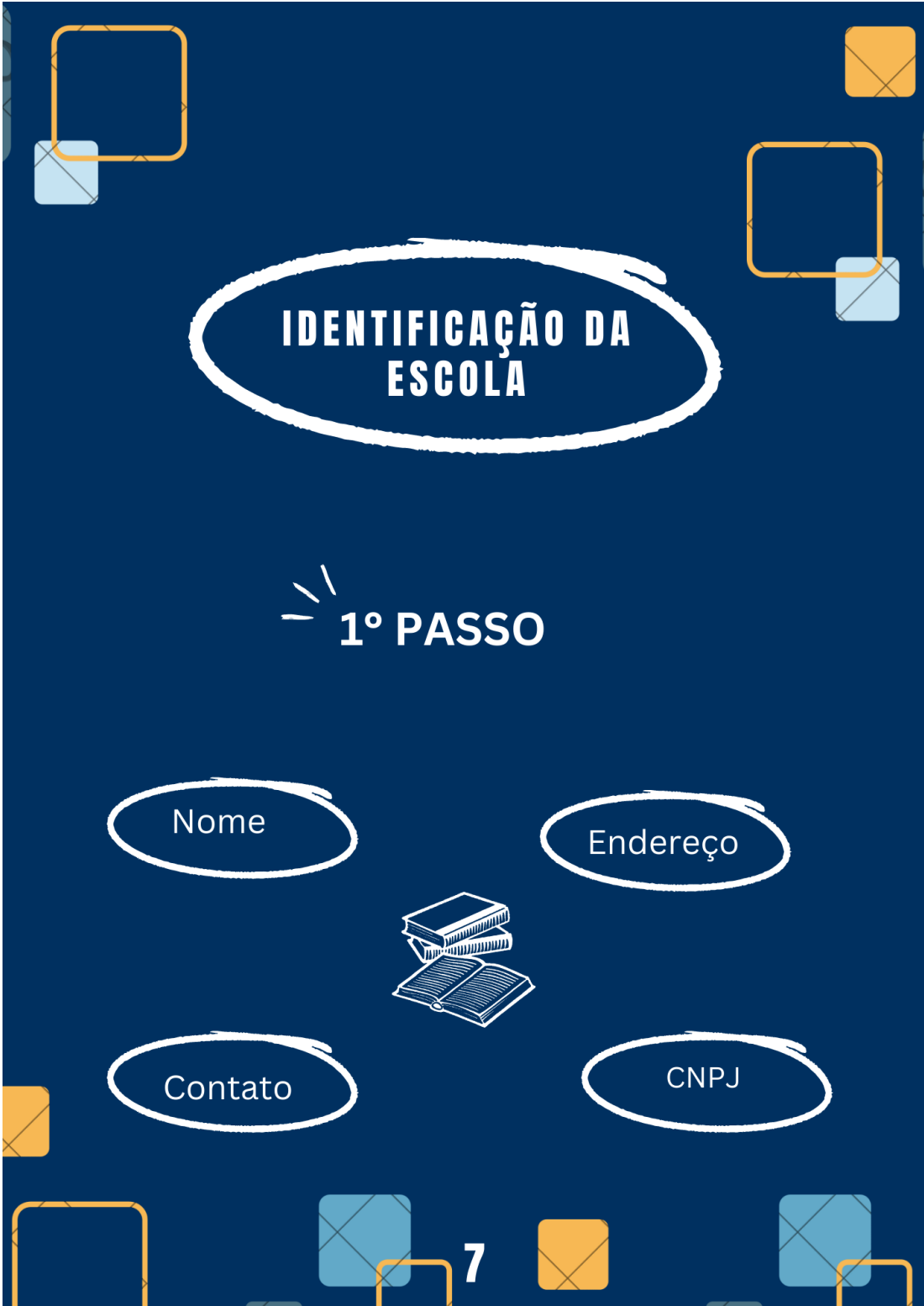
Público-alvo: gestores educacionais, professores e coordenadores pedagógicos.

DEZ PASSOS BÁSICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PPP

A estrutura básica de um PPP pode variar de acordo com a instituição de ensino, mas um PPP redigido pautado na educação ambiental deve conter os seguintes tópicos:

- Identificação da escola
- Valores e missão
- Justificativa
- Caracterização da comunidade
- Objetivo geral
- Ações para a inserção da educação ambiental crítica
- Fundamentação teórica
- Metodologia e cronograma
- Avaliação
- Referências





The infographic features a dark blue background with decorative orange and light blue squares and rounded rectangles. At the top center, the text "IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA" is enclosed in a white hand-drawn oval. Below it, "1º PASSO" is written in white with a small burst of lines to its left. In the center, there is an illustration of a stack of three books and one open book. Surrounding this central illustration are four white hand-drawn ovals containing the text: "Nome" (top left), "Endereço" (top right), "Contato" (bottom left), and "CNPJ" (bottom right). The number "7" is positioned at the bottom center of the page.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

1º PASSO

Nome

Endereço

Contato

CNPJ

7

ESTABELECEMOS A MISSÃO E VALORES DA ESCOLA

2º PASSO



Para que a escola tenha sucesso na sua jornada de desafios na comunidade onde está inserida é necessário que ela tenha sua própria identidade. Por isso, é importante que a comunidade escolar construa uma missão clara e alcançável baseada em valores sólidos que guiem o seu percurso metodológico. Os valores que a escola prega deverão ser pautados sempre nos princípios do respeito, tolerância e pluralidade.

É importante que a escola traga em sua missão uma abrangência de temas importantes discutidos na sociedade atual, ela deve pautar problemáticas políticas, sociais, culturais e ambientais. No tema meio ambiente, é importantíssimo considerar o contexto da comunidade, levar em consideração os problemas enfrentados nessa localidade e propor soluções.

JUSTIFICATIVA

3º PASSO

Uma justificativa pautada na educação ambiental crítica, deve levar em consideração a plena formação dos cidadãos. É necessário montar um plano estratégico que busque através da educação ambiental construir conhecimentos e valores que incentivem o desenvolvimento de habilidades e competências que estimulem os indivíduos tornarem-se pessoas proativas na construção de um futuro menos degradado e justo.

É de extrema importância trazer dentro da justificativa uma visão ampla da sociedade e do ambiente, apontando as diferentes problemáticas, como:

- A relação da política e a crise ambiental;
- As desigualdades sociais e o meio ambiente;
- A relação do capitalismo e o ambiente;
- Racismo e ambiente;
- Mudanças climáticas e as relações antrópicas;
- Populações vulneráveis;
- Agricultura familiar e sua importância para a comunidade.

4° PASSO

CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

Para realizar uma caracterização da comunidade baseado na educação ambiental, é necessário observar aspectos relevantes, como:

- Renda per capita da população atendida pela escola;
- Descrever as condições de moradias das pessoas da comunidade;
- Observar a fonte de renda das pessoas da comunidade;
- Fazer um levantamento das condições de saneamento básico da comunidade;
- Realizar um levantamento qualitativo das condições médicos-sanitárias da comunidade;
- Realizar um levantamento qualitativo das condições ambientais presentes no entorno da comunidade;
- Caracterizar a relação das pessoas com o meio ambiente ao seu redor.

Essas informações são extremamente importantes para construir um planejamento baseado nas discussões dessas problemáticas pela escola. Os estudantes devem, através do estímulo escolar propor transformações na sua comunidade.

OBJETIVOS

5° PASSO

A elaboração dos objetivos devem ser baseados na missão da escola, nas suas metas e no seu público-alvo. Os objetivos devem nortear a construção de intervenções para combater os desafios encontrados na caracterização da comunidade.

- Os objetivos devem trazer a importância das discussões críticas do ambiente;
- Abordar a participação social no debate da gestão ambiental;
- Trazer as necessidades das diferentes iniciativas práticas de educação ambiental;
- Mostrar a importância das diversas parcerias entre empresas privadas, comunidade, universidades, ongs e as demais instituições sociais com a escola.

AÇÕES PARA A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

6° PASSO

1. Montar um projeto transdisciplinar de redução de resíduos dentro da escola, abordando as questões sociais presentes no desperdício de alimentos e as diversas problemáticas ambientais envolvidas.
2. Construir um projeto interdisciplinar de horta comunitária abordando a desigualdade social presente na comunidade, a importância da agricultura familiar, uso de agrotóxicos e a produção orgânica.
3. Incluir os alunos dentro do debate político na esfera nacional, internacional e local. Promover a cidadania através da participação geral da escola em plenários do legislativo, reuniões de cooperativas e ongs.
4. Incentivar a participação prática desses alunos na construção de projetos que busquem sanar problemáticas ambientais e sociais.
5. Promover parcerias entre as diversas organizações ambientais e sociais do município para inserir a escola nos debates importantes.
6. Produzir eventos como: seminários, workshops, mesas redondas, debates e feiras do conhecimento com os mais variados atores sociais da comunidade, além de abordar os diversos temas, inclusive a educação ambiental e os problemas socioeconômicos da comunidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

7º PASSO

A fundamentação teórica é parte imprescindível na construção do PPP, é necessário muita leitura de diversas fontes, como artigos científicos, livros, monografias, dissertações e teses que sirvam como base para a construção desse documento. É importante discutir sobre os principais temas que abrangem o universo da escola.



METODOLOGIA E CRONOGRAMA

8º PASSO

A metodologia adotada pela instituição deve estar alinhada com os objetivos e diretrizes pedagógicas definidos no PPP. A escolha da metodologia deve ser feita de acordo com a realidade da escola, objetivos, metas, missão e valores defendidos pela instituição no PPP.

A formulação do cronograma é necessário para o estabelecimento de prazos exequíveis para a realização das metas e objetivos propostos pela equipe.



AVALIAÇÃO

9º PASSO

Nessa etapa do PPP devem ser estabelecidos os diversos critérios adotados para avaliar o aproveitamento do educando, lembrando que o processo de avaliação deve ser contínuo e dinâmico, sempre levando em consideração os aspectos qualitativos e os quantitativos baseados na lei de diretrizes e bases da educação.



REFERÊNCIAS

10° PASSO

Para elaboração do PPP opte sempre por pesquisar em fontes confiáveis como artigos científicos, dissertações, teses, monografias ou livros; evitando assim a coleta de informações falsas ou equivocadas.

As referências devem seguir as normas da associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) mais recente.

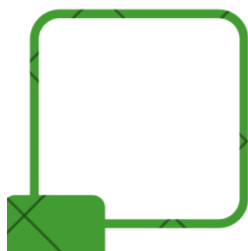


PRODUTO APÓS VALIDAÇÃO E CORREÇÃO DOS JUÍZES



GUIA PRÁTICO:

(RE) ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PAUTADO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA



SERRINHA-BAHIA, 2023





1. Projeto Político Pedagógico (PPP).....	03
2. Educação Ambiental Crítica.....	04
3. Apresentação.....	05
4. Dez passos básicos para a construção do PPP.....	06
5. Identificação da escola.....	07
6. Missão e valores.....	08
7. Justificativa.....	09
8. Caracterização da comunidade.....	10
9. Objetivos.....	11
10. Ações para a inserção da Educação Ambiental Crítica.....	12
11. Fundamentação teórica.....	13
12. Metodologia e Cronograma.....	14
13. Avaliação.....	15
14. Referências.....	16

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

O termo projeto vem do latim *projectu*, particípio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante, plano, intento, desígnio. O Projeto Político Pedagógico (PPP) busca definir as diversas ações que a escola almeja dentro do processo de ensino e aprendizagem. A construção do Projeto Político Pedagógico deve ocorrer de forma conjunta, incluindo a direção da escola, professores, profissionais de apoio, alunos, pais e agentes da comunidade (VEIGA, 2002).



VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14a edição Papyrus, 2002.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

A Educação Ambiental crítica vai contra as visões conservadoras já conhecidas, ela sugere que se busque questionar a base dos problemas socioambientais, ao invés de apenas procurar compensações, devemos fazer uma Educação Ambiental diferente, aquela que valorize o ser, a que enxergue nas pessoas o problema e a resolução do mesmo, por isso é de extrema necessidade a atuação crítica na escola. O indivíduo deve conhecer sobre as suas responsabilidades e a própria atuação dentro de um macro e micro ecossistema político social. Ou seja, a escola não deve se limitar ao ensino da resolução do problema, trabalhando com temas tradicionais e frios, por exemplo: lixo, poluição ou as diversas técnicas sustentáveis. Ela deve, atrelado a esses temas, atuar de forma mais ampla, trazendo uma problematização, perpassando pelas diversas causas que levaram a criação desses problemas. Nesse sentido, é necessário que as escolas desenvolvam em sua comunidade o pensamento crítico reflexivo, mostrar aos indivíduos que o que desencadeia toda a crise ambiental são, na verdade, problemáticas de ordem política, econômica, cultural e social (SUAVÉ, 2005; LAYRARGUES, 2014).

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. *Ambiente & sociedade*, v. 17, p. 23-40, 2014.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. *Educação ambiental: pesquisa e desafios*, p. 17-44, 2005.

APRESENTAÇÃO

Para que o PPP seja dotado dos princípios da educação ambiental ele deve ser construído de forma abrangente e participativa, sendo necessário que as escolas desenvolvam junto com a comunidade projetos e atividades relacionadas ao pensamento ambiental crítico e reflexivo.

Esse guia se caracteriza como produto de uma pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional de Ciências Ambientais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano campus Serrinha, e tem por objetivo orientar gestores educacionais, professores e coordenadores pedagógicos na construção ou na reelaboração de um Projeto Político Pedagógico (PPP) pautado na Educação Ambiental crítica.

Além disso, é importante mencionar que as recomendações trazidas nesse guia não têm a função de ser um manual instrutivo com receitas prontas para serem aplicadas, mas servir como indicação, possibilidades a serem desenvolvidas, reelaboradas, ampliadas, aprimoradas, seguindo a habitual inventividade dos(as) professores(as).

Público-alvo: gestores educacionais, professores e coordenadores pedagógicos.



DEZ PASSOS BÁSICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PPP

A estrutura básica de um PPP pode variar de acordo com a instituição de ensino, mas um PPP construído pautado na educação ambiental deve conter os seguintes tópicos:

- Identificação da escola
- Valores e missão
- Justificativa
- Caracterização da comunidade
- Objetivos
- Ações para a inserção da educação ambiental crítica
- Fundamentação teórica
- Metodologia e cronograma
- Avaliação
- Referências



IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

1º PASSO

A identificação da escola é um passo crucial para a melhor compreensão da sua realidade, são necessários definir as várias características que diferenciam a unidade escolar das demais, exemplos:

- Nome da escola;
- Cidade da escola;
- CNPJ;
- Contato;
- Características estruturais;
- Características sociais, políticas e culturais;
- Características ambientais;
- Características econômicas.



ESTABELECEMOS A MISSÃO E VALORES DA ESCOLA

2º PASSO



Para que a escola tenha sucesso na sua jornada de desafios na comunidade onde está inserida é necessário que ela tenha sua própria identidade. Por isso, é importante que a comunidade escolar construa uma missão clara e alcançável baseada em valores sólidos que guiem o seu percurso metodológico. Os valores que a escola prega deverão ser pautados sempre nos princípios do respeito, tolerância e pluralidade.

É importante que a escola traga em sua missão uma abrangência de temas importantes discutidos na sociedade atual, ela deve pautar problemáticas políticas, sociais, culturais e ambientais. No tema meio ambiente, é importantíssimo considerar o contexto da comunidade, levar em consideração os problemas enfrentados nessa localidade e propor soluções.

JUSTIFICATIVA

3º PASSO

Uma justificativa pautada na educação ambiental crítica, deve levar em consideração a plena formação dos cidadãos. É necessário montar um plano estratégico que busque através da educação ambiental construir conhecimentos e valores que incentivem o desenvolvimento de habilidades e competências.

É de extrema importância trazer dentro da justificativa uma visão ampla da sociedade e do ambiente, apontando as diferentes problemáticas, como:

- A relação da política e a crise ambiental;
- As desigualdades sociais e o meio ambiente;
- A relação do capitalismo e o ambiente;
- Racismo e ambiente;
- Mudanças climáticas e as relações antrópicas;
- Populações vulneráveis;
- Agricultura familiar e sua importância para a comunidade;
- O consumismo;
- A fome;
- A crise hídrica.

CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

4° PASSO

Para realizar uma caracterização da comunidade baseado na educação ambiental, é necessário observar aspectos relevantes, como:

- Renda per capita da população atendida pela escola;
- Descrever as condições de moradias das pessoas da comunidade;
- Observar a fonte de renda das pessoas da comunidade;
- Fazer um levantamento das condições de saneamento básico da comunidade;
- Realizar um levantamento qualitativo das condições médicos-sanitárias da comunidade;
- Realizar um levantamento qualitativo das condições ambientais presentes no entorno da comunidade;
- Caracterizar a relação das pessoas com o meio ambiente ao seu redor.

Essas informações são extremamente importantes e podem ser obtidas através de observações qualitativas, reuniões com a comunidade, secretaria de saúde e de assistência social, e pelo site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) de observações qualitativas, reuniões com a comunidade, e pelo Instituto de Brasileiro de Geografia .

OBJETIVOS

5° PASSO

A elaboração dos objetivos devem ser baseados na missão da escola, nas suas metas e no seu público-alvo. Os objetivos devem nortear a construção de intervenções para combater os desafios encontrados na caracterização da comunidade.

- Os objetivos devem trazer a importância das discussões críticas do ambiente;
- Abordar a participação social no debate da gestão ambiental;
- Trazer as necessidades das diferentes iniciativas práticas de educação ambiental;
- Mostrar a importância das diversas parcerias entre empresas privadas, comunidade, universidades, ongs e as demais instituições sociais com a escola.

AÇÕES PARA A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

6° PASSO

1. Montar um projeto transdisciplinar de redução de resíduos dentro da escola, abordando as questões sociais presentes no desperdício de alimentos e as diversas problemáticas ambientais envolvidas.
2. Construir um projeto interdisciplinar de horta comunitária abordando a desigualdade social presente na comunidade, a importância da agricultura familiar, uso de agrotóxicos e a produção orgânica.
3. Incluir os alunos dentro do debate político na esfera nacional, internacional e local. Incentivar o protagonismo estudantil e promover a cidadania através da participação geral da escola em plenários do legislativo, reuniões de cooperativas e ongs.
4. Incentivar a participação prática desses alunos na construção de projetos que busquem sanar problemáticas ambientais e sociais, tais como projetos/trabalhos que façam uso racional da água.
5. Promover parcerias entre as diversas organizações ambientais e sociais do município para inserir a escola nos debates importantes.
6. Produzir eventos como: seminários, workshops, mesas redondas, debates e feiras do conhecimento com os mais variados atores sociais da comunidade, além de abordar os diversos temas, inclusive a educação ambiental e os problemas socioeconômicos da comunidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

7º PASSO

A fundamentação teórica é parte imprescindível na construção do PPP, é necessário muita leitura de diversas fontes, como artigos científicos, livros, monografias, dissertações e teses que sirvam como base para a construção desse documento. É importante discutir sobre os principais temas que abrangem o universo da escola.

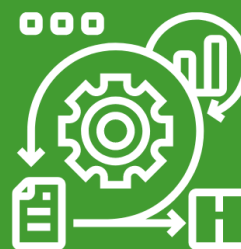


METODOLOGIA E CRONOGRAMA

8º PASSO

A metodologia adotada pela instituição deve estar alinhada com os objetivos e diretrizes pedagógicas definidos no PPP. A escolha da metodologia deve ser feita de acordo com a realidade da escola, objetivos, metas, missão e valores defendidos pela instituição no PPP.

A formulação do cronograma é necessário para o estabelecimento de prazos exequíveis para a realização das metas e objetivos propostos pela equipe.



AVALIAÇÃO

9º PASSO

Nessa etapa do PPP devem ser estabelecidos os diversos critérios adotados para avaliar o aproveitamento do educando, lembrando que o processo de avaliação deve ser contínuo e dinâmico, sempre levando em consideração os aspectos qualitativos e os quantitativos baseados na lei de diretrizes e bases da educação.



REFERÊNCIAS

10° PASSO

Para elaboração do PPP opte sempre por pesquisar em fontes confiáveis como artigos científicos, dissertações, teses, monografias ou livros; evitando assim a coleta de informações falsas ou equivocadas.

As referências devem seguir as normas da associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) mais recente.



SUGESTÕES DE LEITURA

Aqui estão algumas sugestões de referências bibliográficas acessíveis (em PDFs) que irão ajudar no estudo da categoria Educação Ambiental Crítica no seu aspecto interdisciplinar.

DO BOMFIM, Alexandre Maia; PICCOLO, Fernanda Delvalhas. Educação ambiental crítica: a questão ambiental entre os conceitos de cultura e trabalho. REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 27, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. Conceitos e práticas em educação ambiental na escola, p. 65, 2007.

LAYRARGUES, Philippe Pomier Pomier. Manifesto por uma Educação Ambiental indisciplinada. Ensino, Saúde e Ambiente, 2020.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. Educação ambiental: pesquisa e desafios, p. 17-44, 2005.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, v. 6, n. 1, p. 1-15, 2011.

COSTA, César Augusto; LOUREIRO, Carlos Frederico. A interdisciplinaridade em Paulo Freire: aproximações político-pedagógicas para a educação ambiental crítica. Revista Katálysis, v. 20, p. 111-121, 2017.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tânia. Racismo ambiental, o que é isso. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2006.

BARBOSA, Gerliane Kellvia Amâncio; DOS SANTOS, Ednilza Maranhão. Educação Ambiental no semiárido: uma revisão sistemática das experiências e práticas. Ambiente & Educação, v. 20, n. 1, p. 66-86, 2015.

4. CONCLUSÃO

O guia prático produzido durante essa pesquisa seguiu todos os passos metodológicos indicados pela literatura especializada, é importante mencionar que o processo de construção de um produto tão importante para as escolas estudadas não é uma tarefa simples, visto que a sua real utilização e eficácia dependerá da qualidade e adequação do material. Logo, esse guia ainda não se caracteriza como um material finalizado, ainda é um protótipo que necessita de um maior refinamento de designer, imagens e figuras para melhor adequação ao público alvo. Nesse sentido, enfatizamos que esse guia prático se caracteriza como produto final de pesquisa para a finalização dessa dissertação, contudo, passará por outros processos de ajustes para futuras publicações em periódicos especializadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, D. M. **Elaboração de materiais educativos. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**. Disponível em <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4412041/mod_resource/content/1/ELABORA %C3%87%C3%83O%20MATERIAL%20EDUCATIVO.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4412041/mod_resource/content/1/ELABORA%C3%87%C3%83O%20MATERIAL%20EDUCATIVO.pdf) > acessado em 20 de maio de 2023.
- ALVES, Sabrina Alaide Amorim et al. Cartilha digital sobre práticas sustentáveis para a promoção da saúde do adolescente. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 2215-2226, 2023.
- BARBOSA, Eryjoso Marculino Guerreiro et al. Desenvolvimento e validação de cartilha educativa para saúde e bem-estar no pós-parto. **Rev Rene**, v. 21, p. 38, 2020.
- DIAS, Érika ; PINTO, Fátima Cunha Ferreira, **Educação e Sociedade, Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, n. 104, p. 449–454, 2019.
- GIORDANI, A. T.; PIRES, P. A. B. F. Normas editoriais, orientação aos autores: cartilhas. **Editora UENP**, 2020.
- LIMA, Ana Carolina Maria Araújo Chagas Costa et al. Construção e Validação de cartilha para prevenção da transmissão vertical do HIV. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 30, p. 181-189, 2017.
- RODRIGUES, Jéssica Cordeiro; AVILA, Mariana Arias; DRIUSSO, Patricia. Cartilha educativa para promoção da saúde entre mulheres com dismenorreia primária. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 34, 2021.
- SABINO, Leidiane Minervina Moraes de et al. Elaboração e validação de cartilha para prevenção da diarreia infantil. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 31, p. 233-239, 2018.
- SILVA, Vagner Freitas. **Uso de Agrotóxicos na cultura do abacaxi [livro eletrônico] : e suas implicações na saúde do trabalhador rural** / Vagner Freitas da Silva ; [produção, edição e ilustrações Bianca Stephanie Paranhos da Silva Ramos, Larissa Souza Rocha da Conceição]. --1. ed. -- Itaberaba, BA : Ed. do Autor, 2022.

CAPÍTULO III

**MODELO DE PROJETO PAUTADO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA
DESENVOLVIDO NO COLÉGIO ESTADUAL JOÃO FRANCISCO DA SILVA EM
ITIÚBA-BA**

1. METODOLOGIA ADOTADA NO PROJETO DE EXTENSÃO

O projeto foi realizado no Colégio Estadual João Francisco da Silva localizado no povoado de Engenheiro Rômulo Campos na Cidade de Itiúba-BA, tal projeto foi desenvolvido de forma interdisciplinar, envolvendo as disciplinas de geografia, Arte e Projeto de Vida, a turma escolhida para o desenvolvimento foi o segundo ano do ensino médio.

Tal projeto foi realizado no período de um mês, sendo dividido em quatro módulos: **módulo I, módulo II, módulo III e módulo IV.**

1.2. Módulo I Implantação: apresentação do projeto a direção da escola e aos alunos(as) participantes.

1.3. Módulo II Desenvolvimento: realização de pesquisas bibliográficas; construção de apresentações em slides; reuniões em grupo; viagem técnica para conhecimento de um sistema de reaproveitamento de águas negras; e convite a escolas do ensino fundamental da região.

1.4. Módulo III Construção do material: Construção de materiais didáticos para a apresentação; maquete que representou o açude do Jacurici; maquete que representou uma Estação de Tratamento de Água e a construção de materiais para apresentação da técnica sódis.

1.5. Módulo IV Apresentações: culminância com apresentações das maquetes, palestras e entrega de certificados aos alunos(as) participantes do projeto e aos expectadores.

Os projetos de EAC nas escolas promovem as diversas mudanças de concepções e de atitude em relação ao papel das pessoas no meio ambiente e na sociedade. Além disso, ao desenvolver projetos dessa natureza a contribuição para a formação de cidadãos(ãs) mais críticos, são de extrema importância, visto que o pleno desenvolvimento da criticidade nas pessoas potencializa a capacidade de atuarem diante de diversos desafios ambientais da sociedade atual, tornando-os capazes de desenvolverem soluções (SANTOS, MOL, 2018).

Portanto, a implementação e desenvolvimento de projetos de EA nas escolas são considerados como ferramentas de extrema importância para se trabalhar os diversos temas envolvendo meio ambiente e sociedade na escola, visto que a

mudança de comportamento é essencial para a criação de uma sociedade mais justa e equitativa (SILVA *et al.*, 2009).

Esse projeto mudou a minha percepção e a de todas as pessoas envolvidas sobre a EA e de como ela deve ser trabalhada nas escolas. No desenvolvimento desse projeto, conseguimos mobilizar diversos atores da comunidade escolar, tais como: merendeiras, diretora, coordenadores pedagógicos, professores das mais diversas áreas do conhecimento, alunos(as), pais, porteiros e guardas.

Durante todo processo de construção e a realização dessa atividade de extensão, percebi o engajamento dos alunos(as), funcionários e da comunidade, analisei ali que a mensagem que queríamos passar para as pessoas estava, de fato, sendo absorvida. Naquele momento, observei que a EA deveria ser tratada e trabalhada nas escolas de forma diferente, deveria ter uma abordagem mais prática, que envolvesse todos, não só os alunos(as), mas também toda a comunidade. Além disso, a mensagem que a EA deveria passar não era apenas de meio ambiente como um objeto intocado e inabalado, deveríamos levar em consideração os diversos aspectos ligados ao meio natural, afinal somos um dos principais fatores de modificação do ambiente, ou seja, para se fazer uma discussão sobre algo tão complexo é necessário levantar hipóteses que tentem de alguma forma responder os diversos problemas que observamos.

A partir desse projeto de extensão houve o despertar para a realização dessa pesquisa nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas de ensino fundamental do meu Município, queria analisar como as escolas entendem a EA, e para descobrir essa informação seria necessária uma pesquisa documental nos PPPs dessas escolas, visto que tais documentos se caracterizam como os guias centrais da atuação escolar.

De fato, conseguimos através da análise desses documentos observar como essas unidades escolares trabalham tais temas, percebendo as principais dificuldades, os desafios e as diversas contribuições que essas unidades entregam para a sociedade.

1.6. Módulo I Implantação

Nessa etapa o projeto foi apresentado a direção da escola e aos alunos(as) que participariam da realização do projeto.



Figura 28: apresentação do projeto de extensão para os alunos(as) do segundo ano do Colégio Estadual João Francisco da Silva. **Fonte:** Acervo do autor

1.7. Módulo II Desenvolvimento

Realização de pesquisas bibliográficas; construção de apresentações em slides; reuniões em grupo; viagem técnica para conhecimento de um sistema de reaproveitamento de águas negras; e convite a escolas do ensino fundamental da região.





Figura 29: Viagem técnica dos alunos(as) do segundo ano do Colégio Estadual João Francisco da Silva para a Escola Agrícola de Itiúba-BA para a visualização de um sistema de reutilização de águas negras para a construção das maquetes do projeto de extensão de segurança hídrica. **Fonte:** Acervo do autor

1.8. Módulo III Construção do material

Construção de materiais didáticos para a apresentação; maquete que representam o açude do Jacurici; maquete que representa uma Estação de Tratamento de Água; materiais para a técnica sódis.



Figura 30: Alunos(as) do segundo ano do Colégio Estadual João Francisco da Silva construindo maquetes para projeto de extensão de segurança hídrica. **Fonte:** Acervo do autor

1.9. Módulo IV Apresentações

Culminância com apresentações das maquetes, palestras e entrega de certificados.





Figura 31: Culminância do projeto “Segurança hídrica: oficinas didáticas em escolas no semiárido baiano”, construído e desenvolvido pelos alunos(as) do segundo ano do Colégio Estadual João Francisco da Silva. Fonte: Acervo do autor

2. CONCLUSÃO

O projeto de extensão foi de grande importância para toda comunidade escolar, através dele os alunos(as) conseguiram desenvolver diversas habilidades como: trabalho em grupo; interpretação de imagens, gráficos e textos; desenvolvimento metodológico de projetos; modelagens artísticas; oratória em público; pontualidade e respeito com as diversas opiniões. No tema meio ambiente eles estudaram, entenderam e apresentaram sobre sustentabilidade, a importância dos mananciais em especial o açude Jacurici que banha a comunidade e é meio de subsistência econômica, cultural e emocional da comunidade. Foi um período de vasta experiência para todos que participaram, inclusive para mim como professor e orientador do projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, MD da; CARNIATTO, Irene; POLINARSKI, Celso Aparecido. Projeto políticopedagógico como instrumento para Educação Ambiental formal. **Anais do VII Enpec Encontro Nacional de Pesquisas em Educação em Ciências**, Florianópolis, 2009.

SANTOS, Aloma Henrique Ferraz dos; MOL, Marcos Paulo Gomes. Educação ambiental no espaço escolar: percepção e perspectivas na Escola Municipal Professor Geraldo Basílio Ramos, Contagem-MG. **Educação Ambiental em Ação**, v. 17, n. 65, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todas as análises foi possível verificar como as duas escolas de ensino fundamental II de Itiúba-BA abordam a EA dentro dos seus PPPs. As identificações feitas através de análises qualitativas dos documentos, foram baseadas em Suavé (2005) e Layrargues (2012, 2014), os resultados apontaram que as duas escolas construíram seus PPPs baseados em princípios que se relacionam com a EAC, visto que as instituições abordam em seus documentos a importância da transformação do ser político, autônomo, crítico e reflexivo. Todas as escolas possuem em seus projetos uma raiz freiriana, baseada na construção da escola cidadã e nos valores reais defendidos por Paulo Freire. A partir de uma avaliação minuciosa foi possível identificar que existem diversos fatores socioeconômicos que impedem às instituições de avançarem no processo de ensino-aprendizagem, tais fatores comprometem de forma peculiar as instituições públicas que atendem em sua grande maioria pessoas em situações de extrema pobreza e em alta vulnerabilidade. Os fatores de ordem socioeconômicas interferem de forma negativa no desenvolvimento formativo do aluno, visto que o projeto de vida das pessoas necessita, minimamente, de uma estrutura econômica que lhes ofereçam o mínimo suporte para manterem as suas presenças nas escolas.

Com isso, os objetivos desse trabalho foram alcançados, diante dos dados e das discussões levantadas foi possível analisar como duas escolas de Ensino Fundamental II do município de Itiúba-BA abordam pedagogicamente a EA a partir dos seus PPPs; Identificar os princípios da EA que norteiam os PPPs das escolas; Comparar os PPPs a fim de observar semelhanças e diferenças na abordagem da EA entre as escolas; (iii) criar um guia que auxilie as escolas na construção ou atualização dos PPPs no que diz respeito à EA.

A partir dessa análise, e com a produção de um guia prático para a construção do PPP pautado na EAC, será possível ajudar as escolas na atualização dos seus PPPs. A partir disso, os objetivos dessa pesquisa foram cumpridos por meio das seguintes etapas: recolhimento e organização; essa etapa se caracterizou pelo recolhimento do material junto as escolas estudadas; leituras flutuantes e levantamento de fontes que embasassem a pesquisa, esta etapa se caracterizou como a etapa de localização e seleção de artigos e livros relevantes para o tema abordado. Após o levantamento bibliográfico e organização dos *corpus* estudados,

foram realizadas as análises dos documentos, nessa etapa da pesquisa foram realizadas leituras profundas dos documentos, nessa fase, foram identificadas as informações mais importantes e separadas em unidades de registro, essas unidades foram transformadas em categorias temáticas de acordo com seus núcleos de sentido. As categorias temáticas foram transformadas em categorias iniciais, baseadas nos objetivos propostos dentro da pesquisa e artigos norteadores. Logo após, foi criada a categoria final de análise, ela foi construída de forma indutiva, baseados nas análises dos dados dos projetos políticos pedagógicos. Além disso, foram identificados temas e padrões relevantes para as discussões propostas pela pesquisa. Nessa categoria, foram agrupados todos os núcleos de sentidos identificados nos documentos. A partir desse processo metodológico, foram coletados os resultados e discutidos baseados em artigos, livros e documentos relevantes para tais temas, logo, foi possível construir interpretações e as diversas conclusões a partir dos objetivos propostos pela pesquisa.

Essa pesquisa de mestrado foi de grande valia para melhor compreendermos os perfis educacionais e a forma que a EA está sendo tratada e trabalhada nas duas escolas de Ensino Fundamental II do município de Itiúba-BA, visto a sua grande importância. Realizamos uma pesquisa do tipo *Estado da Arte* no Periódico Capes, com recorte temporal de dez anos, utilizando os descritores: Educação Ambiental, PPP e escola; encontrei 79 artigos que abordam a EA nos PPPs – desses 19 trabalharam com a EAC e os demais traziam assuntos variados inseridos no contexto da EA. Esse breve recorte mostra que, ainda, se faz necessário as pesquisas abordando tal temática no Brasil, tendo em vista a crise ambiental e o cenário social em que vivemos. Ainda existe grandes desafios para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa que respeite o ambiente, são necessários mais estudos para compreendermos como as escolas de todo nosso país abordam o tema EA, para sanar tal abismo científico são necessários mais investimentos nas nossas universidades e centros de pesquisa. Diante desse enorme desafio, acreditamos que tal pesquisa servirá como suporte e guia na construção ou reformulação dos PPP, no que diz respeito a EA. Esse guia ajudará as escolas estudadas e outras que compartilhem as mesmas realidades a terem um auxílio nessa tarefa árdua e importantíssima.



**INSTITUTO
FEDERAL**

Baiano

Campus
Serrinha